Legislação	Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013	Legislação Superveniente	Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal)	Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013 (VET nº 26, de 2013)	Medida Provisória nº 623, de 19 de julho de 2013
	Amplia o valor do Benefício				Altera a Lei nº 12.844, de 19
	Garantia-Safra para a safra		Garantia-Safra para a safra	Garantia-Safra para a safra	de julho de 2013, para
	de 2011/2012, amplia o				dispor sobre operações de
	Auxílio Emergencial		Auxílio Emergencial		crédito rural relativas a
	Financeiro, de que trata a		Financeiro, de que trata a		
	Lei nº 10.954, de 29 de		Lei nº 10.954, de 29 de		
	setembro de 2004, relativo		setembro de 2004, relativo		
	aos desastres ocorridos em		aos desastres ocorridos em		
	2012, autoriza a distribuição		2012; autoriza a distribuição		
	de milho para venda a pequenos criadores, nos		de milho para venda a pequenos criadores, nos		
	termos que especifica, altera		termos que especifica;		
	as Leis nº 12.249, de 11 de		institui medidas de estímulo		
	junho de 2010 e nº 12.716,		à liquidação ou		
	de 21 de setembro de 2012,		regularização de dívidas	, ,	
	e dá outras providências.		originárias de operações de	, ,	
	1		crédito rural; altera as Leis		
			n°s 10.865, de 30 de abril de	n°s 10.865, de 30 de abril de	
			2004, e 12.546, de 14 de		
			dezembro de 2011, para		
			prorrogar o Regime Especial		
			de Reintegração de Valores		
			1	Tributários para as	S
			Empresas Exportadoras -		•
			REINTEGRA e para alterar		
			o regime de desoneração da folha de pagamentos,		1
			11.774, de 17 de setembro		
			de 2008, 10.931, de 2 de		
			agosto de 2004, 12.431, de		
				24 de junho de 2011.	

	12.249, de 11 de junho de 12.249, de 11 de junho de	
	2010, 9.430, de 27 de 2010, 9.430, de 27 de	
	dezembro de 1996, 10.522, dezembro de 1996, 10.522,	
	de 19 de julho de 2002, de 19 de julho de 2002,	
	8.218, de 29 de agosto de 8.218, de 29 de agosto de	
	1991, 10.833, de 29 de 1991, 10.833, de 29 de	
	dezembro de 2003, 9.393, dezembro de 2003, 9.393,	
	de 19 de dezembro de 1996, de 19 de dezembro de 1996,	
	12.783, de 11 de janeiro de 12.783, de 11 de janeiro de	
	2013, 12.715, de 17 de 2013, 12.715, de 17 de	
	setembro de 2012, 11.727, setembro de 2012, 11.727,	
	de 23 de junho de 2008, de 23 de junho de 2008,	
	12.468, de 26 de agosto de 12.468, de 26 de agosto de	
	2011, 10.150, de 21 de2011, 10.150, de 21 de	
	dezembro de 2000, 12.512, dezembro de 2000, 12.512,	
	de 14 de outubro de 2011, de 14 de outubro de 2011,	
	9.718, de 27 de novembro 9.718, de 27 de novembro	
	de 1998, 10.925, de 23 dede 1998, 10.925, de 23 de	
	julho de 2004, 11.775, dejulho de 2004, 11.775, de	
	17 de setembro de 2008, el 7 de setembro de 2008, e	
	12.716, de 21 de setembro 12.716, de 21 de setembro	
	de 2012, a Medidade 2012, a Medida	
	Provisória nº 2.158-35, de Provisória nº 2.158-35, de	
	24 de agosto de 2001, e o 24 de agosto de 2001, e o	
	Decreto nº 70.235, de 6 de Decreto nº 70.235, de 6 de	
	março de 1972; dispõe sobremarço de 1972; dispõe sobre	
	a comprovação de comprovação de	
	regularidade fiscal peloregularidade fiscal pelo	
	contribuinte; regula acontribuinte; regula a	
	compra, venda e transporte compra, venda e transporte	
	de ouro; e dá outras de ouro; e dá outras	
	providências. providências.	
A PRESIDENTA DA	O CONGRESSO CONGRESSO	
REPÚBLICA, no uso da	NACIONAL decreta: NACIONAL decreta:	
atribuição que lhe confere o		
art. 62 da Constituição,		

adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:		
i Tovisoria, com Torça de Tei.		<b>Art. 1º</b> A Lei nº 12.844, de
		19 de julho de 2013, passa a
		vigorar com as seguintes
		alterações:
Art. 1º Excepcionalmente,	Art. 1° Excepcionalmente, Art. 1° Excepcionalmente,	
para a safra 2011/2012, fica	para a safra 2011/2012, ficapara a safra 2011/2012, fica	
o Fundo Garantia-Safra	o Fundo Garantia-Safrao Fundo Garantia-Safra	
autorizado a pagar adicional	autorizado a pagar adicional autorizado a pagar adicional	
ao Benefício Garantia-Safra	ao Beneficio Garantia-Safra Beneficio Garantia-Safra	
instituído pelo art. 1º da Lei	instituído pelo art. 1º da Leilinstituído pelo art. 1º da Lei	
nº 10.420, de 10 de abril de	n° 10.420, de 10 de abril den° 10.420, de 10 de abril de	
2002, no valor de até R\$	2002, no valor de até R\$2002, no valor de até R\$	
560,00 (quinhentos e	560,00 (quinhentos e 560,00 (quinhentos e	
sessenta reais) por família,	sessenta reais) por família, sessenta reais) por família,	
aos agricultores familiares	aos agricultores familiares aos agricultores familiares	
que aderiram ao Fundo	que aderiram ao Fundoque aderiram ao Fundo	
Garantia- Safra e tiveram	Garantia-Safra e tiveram Garantia-Safra e tiveram	
perda de safra em razão de	perda de safra em razão de perda de safra em razão de	
estiagem, nos termos do art.	estiagem, nos termos do art. estiagem, nos termos do art.	
8º da Lei nº 10.420, de	8° da Lei n° 10.420, de 10 de 8° da Lei n° 10.420, de 10 de	
2002, suplementar ao	abril de 2002, suplementarabril de 2002, suplementar	
adicional autorizado pelo	ao adicional autorizado peloao adicional autorizado pelo	
art. 1º da <u>Medida Provisória</u>	art. 1° da Lei n° 12.806, de 7 art. 1° da Lei n° 12.806, de 7	
nº 587, de 9 de novembro de	de maio de 2013. de maio de 2013.	
2012 e ampliado pelo art. 1º		
da <u>Medida Provisória nº</u>		
603, de 18 de janeiro de 2013.		
§ 1° O pagamento do	§ 1° O pagamento do§ 1° O pagamento do	
adicional ao Benefício,	adicional ao Beneficio, adicional ao Beneficio,	
autorizado na forma do	autorizado na forma doautorizado na forma do	
caput será feito em até	caput será feito em até 4caput será feito em até 4	
quatro parcelas mensais de	(quatro) parcelas mensais de (quatro) parcelas mensais de	

R\$ 140,00 (cento e quarenta	R\$ 140,00 (cento e quarentaR\$ 140,00 (cento e quarenta	
reais) subsequentes ao	reais) subsequentes aoreais) subsequentes ao	
pagamento da parcelas	pagamento das parcelas pagamento das parcelas	
adicionais autorizadas na	adicionais autorizadas naadicionais autorizadas na	
Medida Provisória nº 587,	Lei n° 12.806, de 7 de maio Lei n° 12.806, de 7 de maio	
de 2012.	de 2013. de 2013.	
§ 2° Fica vedado o	§ 2° Fica vedado o§ 2° Fica vedado o	
pagamento, aos agricultores	pagamento aos agricultores pagamento aos agricultores	
familiares, de parcelas do	familiares de parcelas do familiares de parcelas do	
adicional ao Beneficio	adicional ao Beneficio adicional ao Beneficio	
Garantia-Safra coincidentes	Garantia-Safra coincidentes Garantia-Safra coincidentes	
com os meses de	com os meses decom os meses de	
recebimento do Beneficio	recebimento do Beneficiorecebimento do Beneficio	
Garantia-Safra relativo à	Garantia-Safra relativo à Garantia-Safra relativo à	
safra 2012/2013.	safra 2012/2013. safra 2012/2013.	
Art. 2º Fica a União	Art. 2º Fica a União Art. 2º Fica a União	
autorizada a aportar ao	autorizada a aportar ao autorizada a aportar ao	
Fundo Garantia- Safra os	Fundo Garantia-Safra os Fundo Garantia-Safra os	
recursos necessários ao	recursos necessários ao recursos necessários ao	
desembolso integral do	desembolso integral dodesembolso integral do	
adicional estabelecido no	adicional estabelecido no adicional estabelecido no	
art. 1°.	art. 1°. art. 1°.	
Parágrafo único. Não se	Parágrafo único. Não se Parágrafo único. Não se	
aplica o disposto nos §§ 2º e	aplica o disposto nos §§ 2° eaplica o disposto nos §§ 2° e	
3° do art. 6° da Lei n°	3° do art. 6° da Lei n°3° do art. 6° da Lei n°	
10.420, de 2002, ao aporte	10.420, de 10 de abril de 10.420, de 10 de abril de	
referido no caput.	2002, ao aporte referido no 2002, ao aporte referido no	
	caput.	
Art. 3° Fica autorizada,	Art. 3° Fica autorizada, Art. 3° Fica autorizada,	
excepcionalmente, para	excepcionalmente, paraexcepcionalmente, para	
desastres ocorridos no ano	desastres ocorridos no anodesastres ocorridos no ano	
de 2012, a ampliação do	de 2012, a ampliação dode 2012, a ampliação do	
valor do Auxílio	valor do Auxíliovalor do Auxílio	
Emergencial Financeiro	Emergencial Financeiro Emergencial Financeiro	
instituído pelo art. 1º da Lei	instituído pelo art. 1º da Lei instituído pelo art. 1º da Lei	

n° 10.954, de 29 de setembro de 2004, em até setembro de 2004, em até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por familia, para além da ampliação criada pelo art. 4° da Medida Provisória n° da Medida Provisória n° 603, de 18 de janeiro de 2013.  Art. 4° Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2° da Medida Provisória n° de janeiro de 2013, quando destinados à venda a pela da mei de setembro de 2004, em atésetembro de 2004 (oitocentos reais) R\$ 800,00 (oitocentos reais) por familia, para além da pele art. 4° ampliação criada pelo
R\$ 800,00 (oitocentos reais) por família, para além da ampliação criada pelo art. 4° da Medida Provisória n° 587, de 2012, e alterada pelo art. 1° da Medida Provisória n° 603, de 18 de janeiro de 2013.  Art. 4° Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2° da Medida Provisória n° 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  R\$ 800,00 (oitocentos reais) Por família, para além da ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 deda Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° da Lei n° 12.806, de 7 de maio de ampliação criada pelo art. 4° am
por família, para além da ampliação criada pelo art. 4º da Medida Provisória nº da Lei nº 12.806, de 7 deda Lei nº 12.806, de 7 deda Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013.  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados 2013, quando destinados 2013, quando destinados 2013, quando 2013, quando 2013, quando 2013, quando 2013, quando 2013, quando 2013,
ampliação criada pelo art. 4º da Medida Provisória nº da Lei nº 12.806, de 7 deda Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013.  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando destinados 2013, quando 2013, qu
da Medida Provisória nº da Lei nº 12.806, de 7 deda Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013.  Art. 1º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013.  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados 2013, quando 2013, qua
maio de 2013.  maio d
art. 1º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013.  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando 2013, quand
nº 603, de 18 de janeiro de 2013.  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 6º da Lei nº termos do art. 6º da Lei nº termos do art. 6º da Lei nº termos do art. 6º de maio de 12.806, de 7 de maio de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à
Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  Art. 4º Fica a Companhia Nacional de Abastecimento Nacional de Abastecimento Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governosmilho aos governos estaduais, no ano de 2013, estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida 12.806, de 7 de maio de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à
Art. 4° Fica a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2° da Medida Provisória n° 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  Art. 4° Fica a Companhia Nacional de Abastecimento Nacional de Abastecimen
Nacional de Abastecimento  - CONAB autorizada a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2° da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  Nacional de Abastecimento Nacional de Abasteci
- CONAB autorizada a doar milho aos governos milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando des
milho aos governos estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando milho aos governos milho aos governos milho aos governos estaduais, no ano de 2013, estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 6º da Lei nº termos do art. 6º da
estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida  Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  estaduais, no ano de 2013, estaduais, no ano de 2013, inclusive o adquirido nos termos do art. 6º da Lei nº termos do a
inclusive o adquirido nos inclusive o adquirido nos termos do art. 2º da Medida termos do art. 6º da Lei nº termos
termos do art. 2º da Medida  Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando  termos do art. 6º da Lei nº termos do art. 6º da Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à
Provisória nº 603, de 18 de janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à
janeiro de 2013, quando destinados à 2013, quando destinados à
destinados à venda a venda a venda a pequenos criadores venda a pequenos criadores
pequenos criadores de aves, de aves, suínos, bovinos, de aves, suínos, bovinos,
suínos, bovinos, caprinos e caprinos e ovinos, caprinos e ovinos,
ovinos, localizados em localizados em Municípios localizados em Municípios
Municípios da área de da área de atuação da área de atuação da
atuação da Superintendência Superintendência do Superintendência do
do Desenvolvimento do Desenvolvimento do
Nordeste - Sudene em Nordeste - SUDENE em Nordeste - SUDENE em
situação de emergência ou situação de emergência ou
em estado de calamidade em estado de calamidade em estado de calamidade
pública. pública. pública.
Parágrafo único. A situação Parágrafo único. A situação Parágrafo único. A situação
de emergência ou estado de de emergência ou estado de de emergência ou estado de
calamidade pública deverá calamidade pública deverá
ser reconhecida pelo Poder ser reconhecida pelo Poder
Executivo federal, nos Executivo federal, nos Executivo federal, nos
termos dos §§ 1° e 2° do art. termos dos §§ 1° e 2° do art. termos dos §§ 1° e 2° do art.

3° da <u>Lei n° 12.340, de 1° de</u>		
dezembro de 2010, e de sua	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
regulamentação.	regulamentação. regulamentação.	
Art. 5° A venda referida no	Art. 5° A venda referida no Art. 5° A venda referida no	
caput do art. 4º será feita	caput do art. 4° será feitacaput do art. 4° será feita	
pelo Governo do Estado	pelo Governo do Estadopelo Governo do Estado	
onde se localiza o	onde se localiza oonde se localiza o	
Município em situação de	Município em situação de Município em situação de	
emergência ou estado de	emergência ou estado de emergência ou estado de	
calamidade pública	calamidade pública. calamidade pública.	
§ 1° A venda deverá ser feita		
nos exatos limites e	nos exatos limites enos exatos limites e	
condições de venda		
estabelecidos pelo Poder		
Executivo federal definidos		
ao amparo do inciso III do		
caput do art. 3° da Medida		
Provisória nº 603, de 2013	maio de 2013. <u>maio de 2013</u> .	
§ 2º A entrega do milho será	§ 2º A entrega do milho será§ 2º A entrega do milho será	
feita no porto de destino		
designado pelo Estado		
donatário, ficando a seu		
cargo os custos de remoção,		
ensacamento, distribuição e		
outros necessários ao		
cumprimento da destinação		
prevista no art. 4°.	prevista no art. 4°. prevista no art. 4°.	
§ 3° Até cinquenta por cento	§ 3° Até 50% (cinquenta por	
dos recursos recebidos com		
a venda do milho doado		
poderá ser destinado ao		
pagamento dos custos de		
que trata o § 2°.	custos de que trata o § 2°. custos de que trata o § 2°.	
§ 4° A diferença entre o		
arrecadado nos termos do §	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
printed and statistics are g	and the state of t	

1º e os custos referidos nos §§ 2º e 3º será alocada em ações de apoio aos pequenos criadores, com insumos complementares ao milho na alimentação animal.	1º e os custos referidos nos 1º e os custos referidos nos §§ 2º e 3º será alocada em §§ 2º e 3º será alocada em ações de apoio aos pequenos ações de apoio aos pequenos criadores, com insumos criadores, com insumos complementares ao milho na alimentação animal.	
Art. 6° Para as doações de que trata o art. 4°, o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos, criado pelo Decreto n° 7.920, de 15 de fevereiro de 2013, definirá:	Art. 6º Para as doações de que trata o art. 4º, o que trata o art. 4º, o que trata o art. 4º, o Conselho Interministerial de Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos, criado pelo Alimentos, criado pelo Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013, definirá:	
I - quantidade de milho a ser doado;	I - quantidade de milho a ser I - quantidade de milho a ser doado;	
II - condições de transferência ao Estado;	II - condições de II - condições de transferência ao Estado; transferência ao Estado;	
III - forma de entrega;	III - forma de entrega; III - forma de entrega;	
IV - limite quantitativo por criador;	IV - limite quantitativo por criador; riador; IV - limite quantitativo por criador;	
V - forma de prestação de contas; e	V - forma de prestação de V - forma de prestação de contas; e	
VI - outras disposições necessárias a sua implementação.	VI - outras disposições VI - outras disposições necessárias a sua necessárias a sua implementação. implementação.	
Art. 7º As doações de que trata o art. 4º somente poderão ser efetivadas após celebração de termo de compromisso entre o Ministro de Estado da	Art. 7º As doações de que Art. 7º As doações de que trata o art. 4º somente trata o art. 4º somente poderão ser efetivadas após poderão ser efetivadas após celebração de termo de compromisso entre o compromisso entre o Ministro de Estado da Ministro de Estado da	
Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Governador do Estado	Agricultura, Pecuária e Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Abastecimento e o Governador do Estado Governador do Estado	

	1 ,	1 ,	1 ,	
	correspondente,		correspondente,	
	contemplados os elementos		contemplados os elementos	
	definidos nos termos dos §§		definidos nos termos dos §§	
	1° e 4° do art. 5° e do art. 6°.	1° e 4° do art. 5° e do art. 6°.	1° e 4° do art. 5° e do art. 6°.	
	<b>Art. 8°</b> A Lei n° 12.249, de			
Lei nº 12.249, de 11 de	11 de junho de 2010, passa a			
junho de 2010	vigorar com as seguintes			
	alterações:			
Art. 70. É autorizada a				
concessão de rebate para				
liquidação, até 29 de março				
de 2013, das operações de				
crédito rural que tenham				
sido renegociadas nas				
condições do art. 2º da Lei				
nº 11.322, de 13 de julho de				
2006, e que estejam				
lastreadas em recursos do				
FNE, ou em recursos mistos	1			
do FNE com outras fontes,				
ou em recursos de outras				
fontes efetuadas com risco				
da União, ou ainda das	1			
operações realizadas no				
âmbito do Pronaf, em				
substituição a todos os				
bônus de adimplência e de				
liquidação previstos para				
essas operações na Lei nº				
11.322, de 13 de julho de				
-	1			
2006, e no art. 28 da <u>Lei nº</u> 11.775, de 17 de setembro				
The state of the s	1			
de 2008, não remitidas na				
forma do art. 69 desta Lei,				
observadas ainda as				

seguintes condições:			
	"Art. 70-A. Aplica-se o disposto no art. 70 às operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2006 no âmbito do Pronaf nos Municípios da área de abrangência da Sudene com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou actionom reconhecido palo		
	estiagem reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011, desde que as operações se enquadrem nas demais condições definidas no art. 70.  § 1º A liquidação das		
	operações de que trata o caput deverá ser realizada até 30 de dezembro de 2014.		
	§ 2º Não se aplica o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 70 para efeito da liquidação de operações de crédito rural.		
	§ 3º O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir de 4 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2014."		

(NR)	
Art. 71. São remitidas as	
dívidas referentes às	
operações de crédito rural	
do Grupo 'B' do Pronaf	
contratadas até 31 de	
dezembro de 2004 com	
recursos do orçamento geral	
da União ou dos Fundos	
Constitucionais de	
Financiamento do Nordeste.	
Norte e Centro-Oeste,	
efetuadas com risco da	
União ou dos respectivos	
Fundos, cujo valor	
contratado por mutuário	
tenha sido de até R\$	
1.000,00 (mil reais).	
Art. 73. O CMN poderá "Art. 73. O CMN poderá	
definir normas definir normas	
complementares para a complementares para a	
operacionalização do	
disposto nos arts. 69, 70, 71 disposto nos arts. 69, 70, 70-	
e 72 desta Lei. A, 71 e 72." (NR)	
	Art. 8° É autorizada aArt. 8° É autorizada a"Art. 8°
	concessão de rebate paraconcessão de rebate para
	liquidação, até 31 deliquidação, até 31 de
	dezembro de 2014, das dezembro de 2014, das
	operações de crédito rural operações de crédito rural
	de valor originalmentede valor originalmente
	contratado até R\$contratado até R\$
	100.000,00 (cem mil reais), 100.000,00 (cem mil reais),
	referentes a uma ou maisreferentes a uma ou mais
	operações do mesmo
	mutuário, com recursos de mutuário, com recursos de

fontes públicas, relativas afontes públicas, relativas a	
empreendimentos empreendimentos	
localizados na área delocalizados na área de	
abrangência daabrangência da	
Superintendência de Superintendência de	
Desenvolvimento do Desenvolvimento do	
Nordeste – SUDENE, Nordeste – SUDENE,	
contratadas até 31 decontratadas até 31 de	
dezembro de 2006, dezembro de 2006,	
observadas ainda asobservadas ainda as	
seguintes condições: seguintes condições:	
I - operações com valor - operações com valor	
originalmente contratado de originalmente contratado de	
até R\$ 15.000,00 (quinzeaté R\$ 15.000,00 (quinze	
mil reais) em uma ou mais mil reais) em uma ou mais	
operações do mesmo perações do mesmo	
mutuário: mutuário:	
a) rebate de 85% (oitenta ea) rebate de 85% (oitenta e	
cinco por cento) sobre ocinco por cento) sobre o	
saldo devedor atualizado, saldo devedor atualizado,	
para a liquidação das para a liquidação das	
dívidas relativas adívidas relativas a	
empreendimentos empreendimentos	
localizados nas regiões do localizados nas regiões do	
semiárido, do norte do norte do	
Espírito Santo e dos Espírito Santo e dos	
Municípios do norte de Municípios do norte de	
Minas Gerais, do Vale do Minas Gerais, do Vale do	
Jequitinhonha e do Vale do	
Mucuri, compreendidos na Mucuri, compreendidos na	
área de atuação da	
Superintendência de Superintendência de	
Desenvolvimento do Desenvolvimento do Nardasta SUDENE:	
Nordeste - SUDENE; Nordeste - SUDENE;	
b) rebate de 65% (sessenta eb) (VETADO);	

cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das demais	
dívidas;  II - operações com valorII - operações com valor	
originalmente contratado originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$(quinze mil reais) e até R\$	
35.000,00 (trinta é cinco mil 35.000,00 (trinta é cinco mil reais) em uma ou maisreais) em uma ou mais operações do mesmo operações do mesmo	
mutuário: mutuário:	
a) para a parcela do saldoa) para a parcela do saldo devedor atualizado devedor atualizado	
correspondente ao valor correspondente ao valor originalmente contratado de originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinzeaté R\$ 15.000,00 (quin	
mil reais): aplica-se omil reais): aplica-se o disposto no inciso I do caputdisposto no inciso I do caput	
deste artigo; deste artigo;	
b) para a parcela do saldob) para a parcela do saldo devedor atualizadodevedor atualizado	
correspondente ao valor correspondente ao valor	
originalmente contratado originalmente contratado excedente a R\$ 15.000,00 excedente a R\$ 15.000,00	
(quinze mil reais) e até o(quinze mil reais) e até o limite de R\$ 35.000,00limite de R\$ 35.000,00	
(trinta e cinco mil reais): (trinta e cinco mil reais):	
1. rebate de 75% (setenta e 1. rebate de 75% (setenta e	
cinco por cento), para acinco por cento), para a liquidação das dívidas liquidação das dívidas	
relativas a empreendimentos relativas a empreendimentos	
localizados nas regiões do localizados nas regiões do	
semiárido, do norte dosemiárido, do norte do Espírito Santo e dos Espírito Santo e dos	l l

	Municípios do norte de Municípios do norte de	
	Minas Gerais, do Vale do Minas Gerais, do Vale do	
	Jequitinhonha e do Vale do Jequitinhonha e do Vale do	
	Mucuri, compreendidos na Mucuri, compreendidos na	
	área de atuação da área de atuação da	
	Superintendência de Superintendência de	
	Desenvolvimento do Desenvolvimento do	
	Nordeste - SUDENE; Nordeste - SUDENE;	
	2. rebate de 45% (quarenta e2. (VETADO);	
	cinco por cento), para	
	liquidação das demais	
	dívidas;	
	III - operações com valor III - operações com valor	
	originalmente contratado originalmente contratado	
	acima de R\$ 35.000,00acima de R\$ 35.000,00	
	(trinta e cinco mil reais) e(trinta e cinco mil reais) e	
	até R\$ 100.000,00 (cem milaté R\$ 100.000,00 (cem mil	
	reais) em uma ou maisreais) em uma ou mais	
	operações do mesmo operações do mesmo	
	mutuário: mutuário:	
	a) para a parcela do saldoa) para a parcela do saldo	
	devedor atualizado devedor atualizado	
	correspondente ao valor correspondente ao valor	
	originalmente contratado de originalmente contratado de	
	até R\$ 35.000,00 (trinta eaté R\$ 35.000,00 (trinta e	
	cinco mil reais), aplica-se ocinco mil reais), aplica-se o	
	disposto nos incisos I e II dodisposto nos incisos I e II do	
	caput deste artigo; caput deste artigo;	
	b) para a parcela do saldob) para a parcela do saldo	
	devedor atualizado devedor atualizado	
	correspondente ao valorcorrespondente ao valor	
	originalmente contratadooriginalmente contratado	
	excedente a R\$ 35.000,00excedente a R\$ 35.000,00	
	(trinta e cinco mil reais) e(trinta e cinco mil reais) e	
	até o limite de R\$até o limite de R\$	
<u> </u>	pro comme de repute o mine de rep	

100.000,00 (cem mil reais); 100.000,00 (cem mil reais);	
1. rebate de 50% (cinquenta) 1. rebate de 50% (cinquenta)	
por cento) para a liquidação por cento) para a liquidação	
das dívidas relativas adas dívidas relativas a	
empreendimentos empreendimentos	
localizados nas regiões dolocalizados nas regiões do	
semiárido, do norte dosemiárido, do norte do	
Espírito Santo e dos Espírito Santo e dos	
Municípios do norte de Municípios do norte de	
Minas Gerais, do Vale do Minas Gerais, do Vale do	
Jequitinhonha e do Vale do Jequitinhonha e do Vale do	
Mucuri, compreendidos na Mucuri, compreendidos na	
área de atuação daárea de atuação da	
Superintendência de Superintendência de	
Desenvolvimento do Desenvolvimento do	
Nordeste – SUDENE; Nordeste – SUDENE;	
2. rebate de 40% (quarenta 2. (VETADO);	
por cento), para as demais	
dívidas.	
	IV- operações contratadas
	nos demais Municípios da
	área de abrangência da
	Sudene, não incluídos nos
	incisos I a III do caput,
	desde que tenha sido
	decretado estado de
	calamidade pública ou
	situação de emergência em
	decorrência de seca ou
	estiagem, no período de
	1º de dezembro de 2011 a 30
	de junho de 2011 à 30
	reconhecido pelo Poder
	Executivo federal:
	a) operações com valor

originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); aplica-se o disposto na alinea "a" deste
mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); aplica-se o disposto na alinea "a" deste
mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alinea "a" deste
operações do mesmo mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alinca "a" deste
mutuário: rebate de sessenta e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
e cinco por cento sobre o saldo devedor atualizado; e  b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); aplica-se o disposto na alínea "a" deste
saldo devedor atualizado; e b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
(quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
operações do mesmo mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
mutuário:  1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
mil reais): aplica-se o disposto na alínea "a" deste
disposto na alínea "a" deste
inciso;
2. para a parcela do saldo
devedor atualizado
correspondente ao valor
originalmente contratado
acima de R\$ 15.000,000
(quinze mil reais) e até R\$
35.000,00 (trinta e cinco mil
reais): rebate de quarenta e
cinco por cento;
c) operações com valor
originalmente contratado
acima de 35.000,00 (trinta e
cinco mil reais) e até R\$

			100.000,00 (cem mil reais),
			em uma ou mais operações
			do mesmo mutuário:
			1. para a parcela do saldo
			devedor atualizado
			correspondente ao valor
			originalmente contratado de
			até R\$ 35.000,00 (trinta e
			cinco mil reais): aplica-se o
			disposto nas alíneas "a" e
			"b" deste inciso; e
			2. para a parcela do saldo
			devedor atualizado
			correspondente ao valor
			originalmente contratado
			acima de R\$ 35.000,00
			(trinta e cinco mil reais) e
			até R\$ 100.000,00 (cem mil
			reais): rebate de quarenta
			por cento.
	e 10 Os saldas davidamas	e 10 (A/ETADO)	
	§ 1° Os saldos devedores		
	das operações a serem liquidadas segundo as		
	disposições deste artigo		
	serão atualizados, desde a		
	origem:		
	I - até 15 de janeiro de 2001:	(VETADO)	
	pelos encargos financeiros		
	originalmente contratados,		
	sem bônus, sem rebate e		
	sem encargos adicionais de		
	inadimplemento;		
	II - de 16 de janeiro de 2001	(VETADO)	
		(VETADO)	
	até 11 de junho de 2010:		

T T	
	a) para as operações <mark>(VETADO)</mark>
	efetuadas no âmbito do
	Programa Nacional de
	Fortalecimento da
	Agricultura Familiar –
	PRONAF: taxa efetiva de
	juros de 3,0% a.a. (três por
	cento ao ano), sem bônus,
	sem rebate, sem encargos
	adicionais de
	inadimplemento, desde que
	não seja superior aos
	encargos de normalidade
	definidos na legislação e
	regulamento do Programa;;
	b) para as demais operações, (VETADO)
	pelos encargos financeiros
	previstos no art. 45 da <u>Lei nº</u>
	11.775, de 17 de setembro
	de 2008, para cada período,
	sem bônus, sem rebate, sem
	encargos adicionais de
	inadimplemento.
	III - de 12 de junho de 2010(VETADO)
	até a data da liquidação da
	operação:
	a) para as operações(VETADO)
	efetuadas no âmbito do
	Programa Nacional de
	Fortalecimento da
	Agricultura Familiar –
	PRONAF: os encargos de
	normalidade definidos na
	legislação e regulamento do
	Programa;
	,

	WETADO)
	b) para as demais operações: (VETADO)
	taxa efetiva de juros de
	3,5% a.a (três inteiros e
	cinco décimos por cento ao
	ano), sem encargos
	adicionais de
	inadimplemento.
	§ 2° Os encargos financeiros § 2° Os encargos financeiros § 2° Os saldos devedores
	aplicáveis às operações deaplicáveis às operações dedas operações a serem
	crédito rural em situação decrédito rural em situação deliquidadas nos termos deste
	adimplência serão fixadosadimplência serão fixadosartigo serão apurados com
	pelo Conselho Monetário pelo Conselho Monetário base nos encargos
	Nacional, nos termos do Nacional, nos termos do contratuais de normalidade,
	caput. caput. excluídos os bônus, sem o
	cômputo de multa, mora,
	quaisquer outros encargos
	por inadimplemento ou
	honorários advocatícios.
	§ 3° O disposto neste artigo§ 3° O disposto neste artigo
	aplica-se também àsaplica-se também às
	seguintes operações operações originárias de crédito rural, originárias de crédito rural,
	observada a abrangência de observada a abrangência de
	que trata o caput: que trata o caput:
	I – renegociadas ao amparo I – renegociadas ao amparo
	dos §§ 3° e 6° do art. 5°, da dos §§ 3° e 6° do art. 5°, da
	Lei nº 9.138, de 29 de Lei nº 9.138, de 29 de
	novembro de 1995; novembro de 1995;
	II – renegociadas ao amparoII – renegociadas ao amparo
	das Resoluções n°s 2.238, das Resoluções n°s 2.238,
	de 31 de janeiro de 1996, ede 31 de janeiro de 1996, e
	2.471, de 26 de fevereiro de 2.471, de 26 de fevereiro de
	1998, do Conselho 1998, do Conselho
	Monetário Nacional; Monetário Nacional;
	Francisco Americani,

III – desoneradas de risco pela União por força dapela União por força da
Medida Provisória n° 2.196-Medida Provisória n° 2.196-
3, de 24 de agosto de 2001; 3, de 24 de agosto de 2001;
IV – renegociadas ao IV – renegociadas ao
amparo da Lei nº 10.437, de amparo da Lei nº 10.437, de
25 de abril de 2002; 25 de abril de 2002;
V – renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13 de lei nº 11.322, de
julho de 2006; julho de 2006;
VI – contratadas no âmbito VI – contratadas no âmbito
do Programa de
Recuperação da Lavoura
Cacaueira Baiana; Cacaueira Baiana;
VII – contratadas no âmbito
do Programa Nacional de Valorização e Utilização de Valorização e Utilização de
Várzeas Irrigáveis – Várzeas Irrigáveis –
PROVÁRZEAS; PROVÁRZEAS;
VIII – contratadas no
âmbito do Programa de âmbito do Programa de
Financiamento de Financiamento de Equipamentos de Irrigação — Equipamentos de Irrigação —
PROFIR; PROFIR;
IX – contratadas no âmbito IX – contratadas no âmbito
do Programa de Cooperação do Programa de Cooperação
Nipo-Brasileira para o Nipo-Brasileira para o
Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER; Cerrados – PRODECER;
X – lastreadas em recursos – lastreadas em recursos
repassados pelo Bancorepassados pelo Banco
Nacional deNacional de
Desenvolvimento Desenvolvimento
Econômico e Social – Econômico e Social –
BNDES no âmbito da BNDES no âmbito da

Finame Agrícola Especial; Finame Agrícola Especial;
XI – lastreadas em recursos XI – lastreadas em recursos
repassados pelo BNDES no repassados pelo BNDES no
âmbito do Programa de âmbito do Programa de
Modernização da Frota de Modernização da Frota de
Tratores Agrícolas e Tratores Agrícolas e
Implementos Associados e Implementos Associados e
Colheitadeiras – Colheitadeiras –
MODERFROTA; MODERFROTA;
XII – contratadas no âmbitoXII – contratadas no âmbito
do Programa de Programa de
Desenvolvimento Desenvolvimento
Cooperativo para Agregação Cooperativo para Agregação
de Valor à Produção Valor à Produção
Agropecuária Agropecuária –
PRODECOOP; PRODECOOP;
XIII – contratadas noXIII – contratadas no
âmbito do Programa deâmbito do Programa de
Geração de Emprego eGeração de Emprego e
Renda Rural - PROGERRenda Rural - PROGER
Rural; Rural;
XIV – inscritas em Dívida XIV - (VETADO);
Ativa da União – DAU;
XV – em cobrança pela <mark>XV - (VETADO);</mark>
Procuradoria-Geral da
Fazenda Nacional – PGFN
ou pela Advocacia-Geral da
União – AGU;
XVI – contratadas com <b>XVI - (VETADO)</b> ;
fontes públicas de recursos
nas modalidades custeio,
investimento ou
comercialização;
XVII – outras definidas peloXVII – outras definidas pelo
Conselho Monetário Conselho Monetário
Consens Moneum Consens Moneum

Nacional.	Nacional.	
§ 4º Não será acrescida taxa	§ 4º (VETADO).	
de 20% (vinte por cento) a		
título de encargo legal.		
previsto no Decreto-Lei no		
1.025, de 21 de outubro de		
1969, às dívidas originárias		
de crédito rural inscritas na		
Dívida Ativa da União a		
partir da publicação desta		
Lei e que forem		
renegociadas na forma do		
art. 8º desta Lei.		
	§ 5º (VETADO).	
eventualmente já imputados		
a título de encargo legal de		
20% (vinte por cento),		
previsto no Decreto-Lei no		
1.025, de 21 de outubro de		
1969, às dívidas originárias	I and the second	
de crédito rural inscritas na	1	
Dívida Ativa da União serão	1	
deduzidos dos respectivos		
saldos devedores apurados		
com base no § 1° deste		
artigo.		
§ 6° Caso o recálculo da	§ 6° Caso o recálculo da	§ 6º Caso o recálculo da
		dívida de que trata o §
		2º resulte em saldo devedor
		zero ou menor que zero, a
		operação será considerada
		liquidada, não havendo, em
		hipótese alguma, devolução
	, ,	de valores a mutuários.
valores a mutuários.	valores a mutuários.	" (NR)

§ 7º Para fins de § 7º Para fins de	
enquadramento nas enquadramento nas	
disposições deste artigo, os disposições deste artigo, os	
saldos devedores das saldos devedores das	
operações de crédito rural operações de crédito rural	
contratadas com contratadas com	
cooperativas, associações ecooperativas, associações e	
condomínios de produtores condomínios de produtores	
rurais, inclusive as rurais, inclusive as	
operações efetuadas na <mark>operações efetuadas na</mark>	
modalidade grupal ou <mark>modalidade grupal ou</mark>	
coletiva, serão apurados: coletiva, serão apurados:	
I - por cédula-filha ou <mark>l - por cédula-filha ou</mark>	
instrumento de crédito instrumento de crédito	
individual firmado porindividual firmado por	
beneficiário final do crédito; beneficiário final do crédito;	
II - no caso de crédito rural II - no caso de crédito rural	
grupal ou coletivo, pelogrupal ou coletivo, pelo	
resultado da divisão doresultado da divisão do	
valor originalmentevalor originalmente	
contratado pelo número decontratado pelo número de	
mutuários constantes da mutuários constantes da	
cédula de crédito; cédula de crédito;	
III - no caso de operaçãoIII - no caso de operação	
que não tenha envolvidoque não tenha envolvido	
repasse de recursos arepasse de recursos a	
cooperados ou associados, cooperados ou associados,	
pelo resultado da divisão pelo resultado da divisão	
dos saldos devedores pelodos saldos devedores pelo	
número total de cooperados número total de cooperados	
ou associados ativos daou associados ativos da	
entidade. entidade.	
§ 8° Admitem-se § 8º (VETADO).	
amortizações parciais do	
saldo devedor apurado de	
parao ao roaor aparado ao	

acordo com o § 1º do caput, desde que realizadas até 31 de dezembro de 2014, observando ainda:  I - que do saldo devedor(VETADO) apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da divida, nos termos do art. 9º desta Lei.  § 9° É o Fundo§ 9° É o Fundo
de dezembro de 2014, observando ainda:  I - que do saldo devedor (VETADO) apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da divida, nos termos do art. 9º desta Lei.
de dezembro de 2014, observando ainda:  I - que do saldo devedor(VETADO) apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional ás amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da divida, nos termos do art. 9º desta Lei.
observando ainda:  I - que do saldo devedor(VETADO) apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da divida, nos termos do art. 9º desta Lei.
I - que do saldo devedor (VETADO) apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da divida, nos termos do art. 9º desta Lei.
apurado nas condições definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
definidas neste artigo deve ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
ser deduzido, além do valor amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
amortizado, o valor equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
equivalente aos bônus de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
que tratam os incisos I a III do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
do caput deste artigo, de forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
forma proporcional às amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9° desta Lei.
amortizações efetuadas;  II - existindo saldo devedor(VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9° desta Lei.
II - existindo saldo devedor (VETADO) remanescente em 31 de dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
remanescente em 31 de dezembro de 2014, admitese a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
dezembro de 2014, admite- se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9° desta Lei.
se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
se a contratação de nova operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
operação para liquidação da dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
dívida, nos termos do art. 9º desta Lei.
desta Lei.
Constitucional de Constitucional de
Financiamento do Nordeste Financiamento do Nordeste
- FNE autorizado a assumir - FNE autorizado a assumir
os ônus decorrentes das os ônus decorrentes das
disposições deste artigodisposições deste artigo
referentes às operações referentes às operações
lastreadas em seus recursos as operações lastreadas em seus recursos
e às operações lastreadas em
recursos mistos do FNE do FNE
com outras fontes. com outras fontes.
§ 10. É a União autorizada a
§ 10. É a União autorizada a União autorizada a assumir os ônus decorrentes

ef in Pr FG A A PPI op ris de UU S \$ au m cc in pri da de de de as op ris fin fin	referentes às operações referentes às operações refetuadas com outras fontes, efetuadas com outras fontes, nelusive no âmbito do rograma Nacional de Programa Nacional de Programa Nacional de Fortalecimento da Fortalecimento da Fortalecimento da Programa Familiar — Agricultura Familiar — PRONAF, e às demais perações efetuadas com operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
in Property of A A Property of A A Property of A A B A A B A A A A A A A A A A A A A	nclusive no âmbito do inclusive no âmbito do Programa Nacional de Programa Nacional de Fortalecimento da Fortalecimento da Fortalecimento da Agricultura Familiar — Agricultura Familiar — PRONAF, e às demais PRONAF, e às demais operações efetuadas com operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo \$ 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
Presented A Principal A Princi	Programa Nacional de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Agricultura Familiar — PRONAF, e às demais PRONAF, e às demais operações efetuadas com operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
Fe A PPI op rise de U U \$ \$ au m co in pri da de de de as op rise fil	Fortalecimento da Fortalecimento da Agricultura Familiar — Agricultura Familiar — Agricultura Familiar — PRONAF, e às demais PRONAF, e às demais operações efetuadas comoperações efetuadas comoperações da União ou desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
A PPI op ris de UU \$\\$ au m co in pri da de de de as op ris fin fin	Agricultura Familiar — Agricultura Familiar — PRONAF, e às demais PRONAF, e às demais operações efetuadas comoperações efetuadas comoperações efetuadas como desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
Plop op ris de U	PRONAF, e às demais PRONAF, e às demais operações efetuadas com operações pela união.  § 11. É o Poder Executivo operações efetuadas com operações efetuadas com operações pela união.  § 11. É o Poder Executivo operações efetuadas com operações pela união.	
op ris de UU  § au m co in pri da de	operações efetuadas com operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo \$ 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
ris de U	desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
de U	desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela União.  § 11. É o Poder Executivo \$11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
S au m m co in pri da de as op ris	União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
S au m co in pri da de as op ris	União.  § 11. É o Poder Executivo § 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
au m co in pri da de as op ris	nutorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
au m co in pri da de as op ris	nutorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
meccinin pride da de as opris	metodologia e as demais metodologia e as demais condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
co in pri da de as op ris	condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
in production of the control of the		
pi da de as op ris	nstituições financeiras instituições financeiras	
da de as op ris	públicas federais dos custos públicas federais dos custos	
de as op ris fin	la repactuação e dos rebates da repactuação e dos rebates	
as op ris fii	definidos neste artigo paradefinidos neste artigo para	
op ris fii	as operações ou parcelas dasas operações ou parcelas das	
rīs   rīs	operações efetuadas comoperações efetuadas com	
	risco da instituição risco da instituição	
	inanceira, observado ofinanceira, observado o	
a)	disposto nos §§ 9° e 10disposto nos §§ 9° e 10	
	deste artigo. deste artigo.	
	§ 12. Ficam suspensos o	
	encaminhamento paraencaminhamento para	
	cobrança judicial, ascobrança judicial, as	
	execuções judiciais e os execuções judiciais e os	
	respectivos prazos prazos prazos	
	processuais referentes às processuais referentes às	
1 I	operações enquadráveis operações enquadráveis	
	neste artigo até a data limiteneste artigo até a data limite	
	definida no caput, desde que definida no caput, desde que	
pa	para concessão de rebatepara concessão de rebate	

interesse em liquidar aportação perante a instituição financeira.  § 13. O prazo de prescrição esta experação perante a instituição financeira.  § 13. O prazo de prescrição § 13. O prazo de prescrição das dividas de que trata o das dividas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação destada data de publicação destada Lei até 31 de dezembro de 2014.  § 14. As operações de risco § 14. As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União enquadradas para inscrição em Divida Ativa da União em Potida Ativa da União em Divida Ati	
instituição financeira.  § 13. O prazo de prescrição das dividas de que trata o das dividas de que trata o das dividas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação destad cata de publicação destad let atá 31 de dezembro del cia tê 31 de dezembro de 2014.  § 14. As operações de risco§ 14. As operações de risco da União enquadradas nesteda União enquadradas neste artigo não devem serártigo não devem serártigo, consideram-seráre de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins deste§ 15. (VETADO).  artigo, consideram-ser passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro en cartório não impedem a renegociação de que trata o	
\$ 13. O prazo de prescrição \$ 13. O prazo de prescrição das dividas de que trata o caput fica suspenso a partira de trata o caput fica suspenso a partira de trata o caput fica suspenso a partira de trata o destruit de determinante de destruit de	
das dividas de que trata odas dividas de que trata o caputir da data de publicação destata fuei até 31 de dezembro del ci até 31 de dezembro de 2014.  \$ 14. As operações de risco \$ 14. As operações de risco da União enquadradas nesteda União enquadradas neste artigo não devem ser enaminhadas para inscrição enaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União em Divida A	instituição financeira. instituição financeira.
caput fica suspenso a partiricaput fica suspenso a partiri da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2014.  \$ 14. As operações de risco \$ 14. As operações de risco da União enquadradas nesteda União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União devem ser encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014.  \$ 15. Para os fins destes \$ 15. (VETADO).  artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de credito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequences e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de afangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com fontes públicas de recursos.  \$ 16. A exigência de \$ 16. (VETADO).  honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de u trata o	
da data de publicação destada data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2014.  2014.  \$ 14. As operações de risco \$ 14. As operações de risco da União enquadradas nesteda União enquadradas neste artigo não devem serartigo não devem ser encaminhadas para inscrição encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União em Divida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.  \$ 15. Para os fins destes 15. (VETADO). artigo. consideram-se, passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com fontes públicas de recursos.  \$ 16. A exigência de \$ 16. (VETADO). honorários ou de despessas com registro em eartório não impedem a renegociação de que trata o	
lei até 31 de dezembro del ci até 31 de dezembro de 2014.  \$ 14. As operações de risco \$ 14. As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem ser artigo não devem ser encaminhadas para inscrição encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União em Divida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014. Até 31 de dezembro de 2014.  \$ 15. Para os fins deste \$ 15. (VETADO). artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  \$ 16. A exigência de \$ 16. (VETADO). honorários advocaticios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
2014.   2014.     § 14. As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União daté 31 de dezembro de 2014.     § 15. Para os fins deste   15. (VETADO).     artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.     § 16. A exigência de § 16. (VETADO).     honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
\$ 14. As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem serartigo não devem serartigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União em	Lei até 31 de dezembro de Lei até 31 de dezembro de
da União enquadradas nesteda União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Dívida Ativa da União em Dívida Ativa da União em Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014.  § 15. artigo, consideram-se passiveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes publicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	2014.
artigo não devem serartigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins destes 15. (VETADO).  artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	§ 14. As operações de risco§ 14. As operações de risco
encaminhadas para inscrição encaminhadas para inscrição em Divida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins deste \$ 15. (VETADO). artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de \$ 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	da União enquadradas neste da União enquadradas neste
em Dívida Ativa da União em Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins deste artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	artigo não devem serartigo não devem ser
em Dívida Ativa da União em Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins deste artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	encaminhadas para inscrição encaminhadas para inscrição
até 31 de dezembro de 2014. até 31 de dezembro de 2014.  § 15. Para os fins deste§ 15. (VETADO). artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de§ 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	em Dívida Ativa da União em Dívida Ativa da União
artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes públicas de recursos.  \$ 16. A exigência de \$ 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	até 31 de dezembro de 2014. até 31 de dezembro de 2014.
artigo, consideram-se passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes públicas de recursos.  \$ 16. A exigência de \$ 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	§ 15. Para os fins deste <b>§ 15. (VETADO).</b>
passíveis de enquadramento todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
todas as operações de crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
crédito rural contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
produtores rurais, suas cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
cooperativas ou associações na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	l de la companya del companya de la companya del companya de la companya del la companya de la c
Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
Nordeste — SUDENE com fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
fontes públicas de recursos.  § 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
§ 16. A exigência de § 16. (VETADO). honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
honorários advocatícios ou de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
de despesas com registro em cartório não impedem a renegociação de que trata o	
cartório não impedem a renegociação de que trata o	de despesas com registro em
artigo.	renegociação de que trata o
	artigo.

	§ 17. As operações de que § 17. (VETADO).
	trata este artigo serão
	individualizadas.
<b>Art. 9°</b> A Lei n° 12.716, de	
<b>Lei nº 12.716, de 21 de</b> 21 de setembro de 2012,	
setembro de 2012 passa a vigorar com as	
seguintes alterações:	
Art. 5º Fica o Poder Art. 5º Fica o Poder	Art. 9° Fica o PoderArt. 9° Fica o Poder
Executivo autorizado a Executivo autorizado a	Executivo autorizado a Executivo autorizado a
instituir linha de créditoinstituir linha de crédito	instituir linha de créditoinstituir linha de crédito
rural com recursos dos rural com recursos dos	rural com recursos dos rural com recursos dos
Fundos Constitucionais de Fundos Constitucionais de	Fundos Constitucionais de Fundos Constitucionais de
Financiamento do Nordeste	Financiamento do Nordeste Financiamento do Nordeste
- FNE e do Norte - FNO FNE e do Norte - FNO	- FNE e do Norte - FNO - FNE e do Norte - FNO
para liquidação, até 31 de para liquidação, até 31 de	para liquidação, até 31 de para liquidação, até 31 de
dezembro de 2013, dedezembro de 2014, de	dezembro de 2014, dedezembro de 2014, de
operações de crédito rural operações de crédito rural	operações de crédito rural operações de crédito rural
de custeio e de investimento	de custeio e de investimento de custeio e de investimento
com risco compartilhado ou com risco compartilhado ou	com risco compartilhado ou com risco compartilhado ou
integral do Tesouro do Tesouro	integral do Tesouro do Tesouro
Nacional, do FNE, do FNO Nacional, do FNE, do FNO	Nacional, do FNE, do FNO Nacional, do FNE, do FNO
ou das instituições ou das instituições	ou das instituições ou das instituições
financeiras oficiais federais, financeiras oficiais federais,	financeiras oficiais federais, financeiras oficiais federais,
independentemente da fonte independentemente da fonte	independentemente da fonte independentemente da fonte
de recursos, contratadas até de recursos, contratadas até	de recursos, contratadas atéde recursos, contratadas até
30 de dezembro de 2006 no 30 de dezembro de 2006 no	31 de dezembro de 2006, no 31 de dezembro de 2006, no
valor original de até R\$valor original de até R\$	valor original de até R\$valor original de até R\$
100.000,00 (cem mil reais),100.000,00 (cem mil reais),	200.000,00 (duzentos mil 200.000,00 (duzentos mil
que estiverem em situação que estiverem em situação	reais), em uma ou maisreais), em uma ou mais
de inadimplência em 30 de de inadimplência em 30 de	operações do mesmo do mesmo
junho de 2012, observadas junho de 2012, observadas	mutuário, que estiverem em mutuário, que estiverem em
as seguintes condições: as seguintes condições:	situação de inadimplência de inadimplência
	em 30 de junho de 2012, em 30 de junho de 2012,
	observadas as seguintes as seguintes
	condições: condições:
	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,

I - limite de crédito por	I - forma de apuração do I - forma de apuração do
mutuário: soma dos saldos	valor do crédito:
devedores ajustados e	observando-se o limite de observando-se o limite de
consolidados das operações	que trata o caput desteque trata o caput deste
a serem liquidadas, não	artigo, equivalente aoartigo, equivalente ao
podendo ultrapassar R\$	somatório dos saldos
200.000,00 (duzentos mil	devedores das operações adevedores das operações a
reais) por beneficiário,	serem liquidadas com aserem liquidadas com a
observado que, quando o	nova operação, retirando-se
saldo devedor total	encargos de inadimplemento encargos de inadimplemento
ultrapassar esse limite, o	e multas e aplicando-se ose multas e aplicando-se os
mutuário deve pagar	encargos de normalidade, encargos de normalidade,
integralmente o valor	sem bônus e sem rebate, sem bônus e sem rebate,
excedente ao referido limite	calculados até a data dacalculados até a data da
para fazer jus a linha de	liquidação com a liquidação com a
crédito de que trata este	contratação da nova contratação da nova
artigo;	operação; operação;
II - forma de apuração do	
valor do crédito: ajuste nos	
saldos devedores das	
operações a serem	
liquidadas com a nova	
operação, retirando-se os	
encargos de inadimplemento	
e as multas e aplicando-se	
os encargos de normalidade	
sem bônus e sem rebate,	
calculados até a data da	
liquidação com a	
contratação da nova	
operação;	
III - amortização mínima <mark>O art. 11 da MPV revoga o</mark>	
obrigatória, com base na <mark>inciso III do caput do art.</mark>	
soma dos saldos devedores 5º da Lei nº 12.716/2010.	
ajustados e consolidados na	
forma do inciso II:	

(Revogado pela MPV nº 610, de 2 de abril de 2013)	
a) quando o valor for de até O art. 11 da MPV revoga o	
R\$ 35.000,00 (trinta e cinco <mark>inciso III do <i>caput</i> do art.</mark>	
mil reais), 2% (dois por <mark>5° da Lei nº 12.716/2010.</mark>	
cento) do valor apurado; e	
(Revogado pela MPV nº 610,	
de 2 de abril de 2013)	
b) quando o valor for maior <mark>O art. 11 da MPV revoga o</mark>	
que R\$ 35.000,00 (trinta e <mark>inciso III do <i>caput</i> do art.</mark>	
cinco mil reais), 5% (cinco 5° da Lei n° 12.716/2010.	
por cento) do valor apurado;	
(Revogado pela MPV nº 610,	
de 2 de abril de 2013)	
IV - além dos bônus IV - além dos bônus	II – bônus adicional: além II – bônus adicional: além
previstos no § 5° do art. 1° definidos de acordo com o	dos bônus definidos de dos bônus definidos de
da Lei nº 10.177, de 12 dedisposto no § 6º do art. 1º da	acordo com o disposto no §acordo com o disposto no §
janeiro de 2001, as Lei nº 10.177, de 12 de	6° do art. 1° da Lei nº6° do art. 1° da <u>Lei nº</u>
operações contratadas comjaneiro de 2001, as	10.177, de 12 de janeiro de 10.177, de 12 de janeiro de
base na linha de crédito de operações contratadas com	2001, as operações 2001, as operações
que trata este artigo no valorbase na linha de crédito de	contratadas com base na
de até R\$ 35.000,00 (trinta eque trata o caput no valor de	linha de crédito de que tratalinha de crédito de que trata
cinco mil reais) fazem jusaté R\$ 35.000,00 (trinta e	o caput no valor de até R\$o caput no valor de até R\$
aos seguintes rebates sobrecinco mil reais) fazem jus	35.000,00 (trinta e cinco mil 35.000,00 (trinta e cinco mil
o principal de cada parcelaaos seguintes rebates sobre	reais) fazem jus aosreais) fazem jus aos
paga até a data de principal de cada parcela	seguintes rebates sobre o seguintes rebates sobre o
vencimento pactuada: paga até a data de	principal de cada parcela da principal de cada parcela da
vencimento pactuada:	nova operação paga até anova operação paga até a
	respectiva data de
	vencimento: vencimento:
a) 15% (quinze por cento)a) quinze por cento quando	a) 15% (quinze por cento)a) 15% (quinze por cento)
quando as atividades forem as atividades forem	quando as atividades foremquando as atividades forem
desenvolvidas em desenvolvidas em	desenvolvidas em desenvolvidas em
Municípios localizados na Municípios localizados no	Municípios localizados no Municípios localizados no
área do semiárido da na área de	semiárido da área desemiárido da área de
nordestino; abrangência da	abrangência da da

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene; e	Superintendência de Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e Nordeste - SUDENE; e
b) 10% (dez por cento)b) dez por cento quando as quando as atividades forematividades forem	b) 10% (dez por cento)b) 10% (dez por cento) quando as atividades foremquando as atividades forem
desenvolvidas nos demaisdesenvolvidas nos demais	desenvolvidas nos demais desenvolvidas nos demais
Municípios das regiões Municípios da região Norte	Municípios da região Norte Municípios da região Norte
Norte e Nordeste; e da área de abrangência da	e da área de abrangência da da área de abrangência da
Sudene.	Sudene; Sudene;
V - garantias: as admitidas	III - garantias: as admitidasIII - garantias: as admitidas
para o crédito rural,	para o crédito rural, para o crédito rural,
podendo ser mantidas as	podendo ser mantidas as podendo ser mantidas as
mesmas garantias	mesmas garantias garantias
constituídas nos	constituídas nos nos
financiamentos que serão	financiamentos que serão financiamentos que serão
liquidados com a	liquidados com a
contratação da nova	contratação da nova
operação;	operação; operação;
VI - risco da operação: a	IV - risco da operação: aIV - risco da operação: a
mesma posição de risco das	mesma posição de risco das mesma posição de risco das
operações a serem	operações a seremoperações a serem
liquidadas com a linha de	liquidadas com a linha deliquidadas com a linha de
crédito de que trata este	crédito de que trata estecrédito de que trata este
artigo, exceto as operações	artigo, exceto as operações artigo, exceto as operações
contratadas com risco do	contratadas com risco do contratadas com risco do
Tesouro Nacional que terão	Tesouro Nacional que terão Tesouro Nacional que terão
o risco transferido para o	o risco transferido para o risco transferido para o
respectivo Fundo;	respectivo Fundo; respectivo Fundo;
VII - prazo de até 10 (dez)	V – prazo: de até 10 (dez) V – prazo: de até 10 (dez)
anos para o pagamento do	anos para o pagamento do anos para o pagamento do
saldo devedor,	saldo devedor,
estabelecendo-se novo	estabelecendo-se novo estabelecendo-se novo
esquema de amortização, de	cronograma de amortização, cronograma de amortização,
acordo com a capacidade de	de acordo com a capacidade de acordo com a capacidade
pagamento do mutuário.	de pagamento do mutuário; de pagamento do mutuário;

	h	
	VI – carência: de no mínimo VI – carência: de no mínimo	
	3 (três) anos, de acordo com (três) anos, de acordo com	
	a capacidade de pagamento a capacidade de pagamento	
	do mutuário; do mutuário;	
	VII – encargos financeiros: VII – encargos financeiros:	
	a) agricultores familiaresa) agricultores familiares	
	enquadrados no Programaenquadrados no Programa	
	Nacional de Fortalecimento Nacional de Fortalecimento	
	da Agricultura Familiar –da Agricultura Familiar –	
	PRONAF: PRONAF:	
	1. beneficiários dos Grupos  A - Protoco de france de inventor de	
	A e B: taxa efetiva de juros A e B: taxa efetiva de juros	
	de 0,5% a.a. (cinco décimos de 0,5% a.a. (cinco décimos	
	por cento ao ano); por cento ao ano);	
	2. demais agricultores do 2. demais agricultores do	
	Pronaf: Pronaf:	
	2.1. para as operações de 2.1. para as operações de	
	valor até R\$ 10.000,00 (dezvalor até R\$ 10.000,00 (dez	
	mil reais): taxa efetiva demil reais): taxa efetiva de	
	juros de 1,0% a.a. (um porjuros de 1,0% a.a. (um por	
	cento ao ano); cento ao ano);	
	2.2. para as operações de 2.2. para as operações de	
	10.000,00 (dez mil reais): 10.000,00 (dez mil reais):	
	taxa efetiva de juros de juros de	
	2,0% a.a. (dois por cento ao 2,0% a.a. (dois por cento ao	
	ano); ano);	
	b) demais produtores rurais, b) demais produtores rurais,	
	suas cooperativas esuas cooperativas e	
	associações: taxa efetiva de associações: taxa efetiva de	
	juros de 3,5% a.a (três juros de 3,5% a.a (três	
	inteiros e cinco décimos por inteiros e cinco décimos por	
	cento ao ano).	
§ 1º Não são passíveis de§ 1º As parcelas vencidas	§ 1° As parcelas vencidas§ 1° As parcelas vencidas	
- I O I	V	

enquadramento na linha dedas operações renegociadas das operações renegociadas operações renegociadas crédito de que trata estecom base nos §§ 3º ou 6º do com base nos §§ 3° ou 6° docom base nos §§ 3° ou 6° do operaçõesart. 5º da Lei nº 9.138, de 29 art. 5° da Lei n° 9.138. de 29art. 5° da Lei n° 9.138. de 29 artigo renegociadas com base nosde novembro de 1995. de novembro de 1995 de novembro de 1995. §§ 3° ou 6° do art. 5° da Leirepactuadas ou não nos repactuadas ou não nos repactuadas ou não nos nº 9.138, de 29 de novembrotermos da Lei nº 10.437, de termos da Lei nº 10.437, determos da Lei nº 10.437, de de 1995, cedidas à União ao 25 de abril de 2002, da Lei 25 de abril de 2002, da Lei 25 de abril de 2002, da Lei nº 11.322, de 13 de julho denº 11.322, de 13 de julho de Medidanº 11.322, de 13 de julho de amparo 2006, ou da Lei nº 11.775, 2006, ou da Lei nº 11.775, Provisória nº 2.196-3. de 242006 ou da Lei nº 11.775. de de 17 de setembro de 2008, de 17 de setembro de 2008. de agosto de 2001,17 de setembro de 2008, repactuadas ou não nos exceto as cedidas à União ao exceto as cedidas à União ao exceto as cedidas à União ao termos da Lei nº 10.437, deamparo Medidaamparo Medida amparo Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 Provisória nº 2.196-3, de 24 25 de abril de 2002. Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão de agosto de 2001, poderão de agosto de 2001, poderão ser enquadradas na linha deser enquadradas na linha de ser enquadradas na linha de crédito de que trata o caput. crédito de que trata o caput. crédito de que trata o caput. 2º Ouando a garantia 2º Quando a garantia § 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório exigir o registro em cartório exigir o registro em cartório do instrumento contratual dado instrumento contratual da do instrumento contratual da linha de crédito de que trata linha de crédito de que tratalinha de crédito de que tratal o caput deste artigo, admiteo caput deste artigo, admite-o caput deste artigo, admitese a utilização de recursos se a utilização de recursos a utilização de recursos do FNE ou do FNO para do FNE ou do FNO parado FNE ou do FNO para financiar as respectivas financiar as respectivas financiar as respectivas despesas no âmbito da nova despesas no âmbito da novadespesas no âmbito da nova operação de que trata este operação de que trata este operação de que trata este artigo, com base noartigo, com base artigo, com base respectivo protocolo dorespectivo protocolo respectivo protocolo do pedido de assentamento e pedido de assentamento epedido de assentamento e limitada a 10% (dez por limitada a 10% (dez porlimitada a 10% (dez por cento) do valor total dacento) do valor total da cento) do valor total da operação de crédito a seroperação de crédito a ser operação de crédito a ser contratada. contratada, ainda que, com contratada. essas despesas, se ultrapasse o limite de R\$ 200.000,00

(duzentos mil reais) por beneficiário.	
§ 3° Ficam suspensas as § 3° Ficam suspensas as	§ 3° Fica autorizada, até 31 § 3° Fica autorizada, até 31
execuções judiciais e os execuções judiciais e os	de dezembro de 2014, ade dezembro de 2014, a
respectivos prazos prazos	suspensão das execuções suspensão das execuções
processuais referentes às processuais referentes às	judiciais e dos respectivos judiciais e dos respectivos
operações enquadráveis operações enquadráveis	prazos processuais prazos processuais
neste artigo até 30 deneste artigo até 30 de	referentes às operações de referentes às operações de
dezembro de 2012, desdedezembro de 2013, desde	crédito rural enquadráveis crédito rural enquadráveis
que o mutuário formalize à que o mutuário formalize à	neste artigo, desde que oneste artigo, desde que o
instituição financeira oinstituição financeira o	mutuário formalize à mutuário formalize à
interesse em liquidar ainteresse em liquidar a	instituição financeira olinstituição financeira o
operação, cabendo à operação, cabendo à	interesse em liquidar alinteresse em liquidar a
instituição financeira instituição financeira	operação, cabendo à operação, cabendo à
comunicar à justiça a comunicar à justiça a	instituição financeira instituição financeira
referida formalização. referida formalização.	comunicar à justiça acomunicar à justiça a
	referida formalização. referida formalização.
§ 4º O prazo de prescrição	§ 4º O prazo de prescrição § 4º O prazo de prescrição
das dívidas de que trata este	das dívidas de que trata estedas dívidas de que trata este
artigo fica suspenso a partir	artigo fica suspenso a partirartigo fica suspenso a partir
da data de publicação desta	da data de publicação destada data de publicação desta
Lei até a data limite para	Lei até a data limite para Lei até a data limite para
contratação da linha de	contratação da linha decontratação da linha de
crédito de que trata este	crédito de que trata estecrédito de que trata este
artigo.	artigo. artigo.
§ 5º A adesão à contratação	§ 5° A adesão à contratação § 5° A adesão à contratação
da operação de que trata este	da operação de que trata esteda operação de que trata este
artigo para as dívidas que	artigo para as dívidas que artigo para as dívidas que
estejam em cobrança	estejam em cobrançaestejam em cobrança
judicial importa em extinção	judicial importa em extinção judicial importa em extinção
destes processos, devendo o	dos correspondentes correspondentes
mutuário desistir de	processos, devendo oprocessos, devendo o
quaisquer outras ações	mutuário desistir de mutuário desistir de
judiciais que tenha por	quaisquer outras açõesquaisquer outras ações
objeto discutir a operação a	judiciais que tenham porjudiciais que tenham por

ser liquidada com os	objeto discutir a operação a objeto discutir a operação a
recursos de que trata este	ser liquidada com osser liquidada com os
artigo.	recursos de que trata este recursos de que trata este
	artigo. artigo.
§ 6º Admite-se o	§ 6° Admite-se o§ 6° Admite-se o
financiamento das despesas	financiamento das despesas financiamento das despesas
com honorários advocatícios	com honorários advocatícios com honorários advocatícios
e demais despesas	e demais despesase demais despesas
processuais com os recursos	processuais com os recursos processuais com os recursos
da linha de crédito de que	da linha de crédito de queda linha de crédito de que
trata este artigo, limitado a	trata este artigo, limitado atrata este artigo, limitado a
10% (dez por cento) do	4% (quatro por cento) do 4% (quatro por cento) do
valor total a ser contratado,	valor total a ser contratado. valor total a ser contratado.
ainda que, com essas	
despesas, se ultrapasse o	
limite de R\$ 200.000,00	
(duzentos mil reais) por	
beneficiário.	
§ 7º O mutuário que vier a	§ 7° O mutuário que vier a§ 7° O mutuário que vier a
inadimplir na linha de	inadimplir na linha de inadimplir na linha de
crédito de que trata este	crédito de que trata estecrédito de que trata este
artigo ficará impedido de	artigo ficará impedido de ficará impedido de
tomar novos financiamentos	tomar novos financiamentostomar novos financiamentos
em bancos oficiais,	em bancos oficiais, em bancos oficiais,
enquanto não for	enquanto não for enquanto não for
regularizada a situação da	regularizada a situação da regularizada a situação da
respectiva dívida.	respectiva dívida. respectiva dívida.
§ 8º Para fins da concessão	§ 8º Para fins da concessão § 8º Para fins da concessão
da linha de crédito de que	da linha de crédito de que da linha de crédito de que
trata este artigo, os saldos	trata este artigo, os saldos trata este artigo, os saldos
devedores das operações de	devedores das operações dedevedores das operações de
crédito rural contratadas	crédito rural contratadas crédito rural contratadas
com cooperativas,	com cooperativas, com cooperativas,
associações e condomínios	associações e condomínios associações e condomínios
de produtores rurais,	de produtores rurais, de produtores rurais,

inclusive as operações	inclusive as operações inclusive as operações
efetuadas na modalidade	efetuadas na modalidade efetuadas na modalidade
grupal ou coletiva, serão	grupal ou coletiva, serão grupal ou coletiva, serão
apurados:	apurados: apurados:
I - por instrumento de	I - por cédula-filha ou - por cédula-filha ou
crédito individual quando	instrumento de crédito instrumento de crédito
firmado por beneficiário	individual firmado por individual firmado por
final do crédito;	beneficiário final do crédito; beneficiário final do crédito;
IV - no caso de crédito	II - no caso de crédito rural II - no caso de crédito rural
grupal ou coletivo, por	grupal ou coletivo, pelogrupal ou coletivo, pelo
mutuário constante da	resultado da divisão do da divisão do
cédula de crédito.	valor originalmentevalor originalmente
	contratado pelo número de contratado pelo número de
	mutuários constantes da mutuários constantes da
	cédula de crédito; cédula de crédito;
II - no caso de operação que	III - no caso de operação III - no caso de operação
não tenha envolvido repasse	que não tenha envolvido que não tenha envolvido
de recursos a cooperados ou	repasse de recursos arepasse de recursos a
associados, pelo resultado	cooperados ou associados, cooperados ou associados,
da divisão dos saldos	pelo resultado da divisão pelo resultado da divisão
devedores pelo número total	dos saldos devedores pelodos saldos devedores pelo
de cooperados ou associados	número total de cooperados número total de cooperados
ativos da entidade;	ou associados ativos da ou associados ativos da
	entidade. entidade.
III - no caso de condomínios	
de produtores rurais, por	
participante identificado	
pelo respectivo Cadastro de	
Pessoa Física - CPF,	
excluindo-se cônjuges; ou	
§ 9º O ônus decorrente do	§ 9° Os custos decorrentes § 9° Os custos decorrentes
ajuste dos saldos devedores	do ajuste dos saldos do ajuste dos saldos
previsto no inciso II	devedores previsto no inciso
do caput deste artigo	I do caput deste artigo I do caput deste artigo
relativo às operações de	relativo às operações comrelativo às operações com

risco integral das instituições financeiras oficiais será assumido pelas	risco integral das instituições financeiras oficiais serão assumidos ficiais serão assumidos
instituições financeiras oficiais.	pelas instituições financeiras pelas instituições financeiras oficiais.
§ 10. Os custos referentes	§ 10. Os custos referentes ao § 10. Os custos referentes ao
ao ajuste de que trata o	ajuste de que trata o inciso lajuste de que trata o inciso l
inciso II do caput nas	do caput nas operações comdo caput nas operações com risco parcial ou integral dorisco parcial ou integral do
operações de risco parcial ou integral do Tesouro	Tesouro Nacional, do FNETesouro Nacional, do FNE
Nacional, do FNE ou do	ou do FNO podem serou do FNO podem ser
FNO podem ser suportados	suportados pelas respectivas suportados pelas respectivas
pelas respectivas fontes,	fontes, respeitada afontes, respeitada a
respeitada a proporção do	proporção do risco de cada proporção do risco de cada
risco de cada um no total	um no total das operações um no total das operações
das operações liquidadas	liquidadas com base nestelliquidadas com base neste
com base neste artigo.	artigo. artigo.
§ 11. Caberá ao Conselho	
Monetário Nacional definir	
os beneficiários, encargos	
financeiros e demais	
condições da linha de crédito de que trata este	
artigo.	
§ 12. Admite-se a liquidação	§ 11. Admite-se a liquidação § 11. Admite-se a liquidação
das operações passíveis de	das operações passíveis dedas operações passíveis de
enquadramento neste artigo,	enquadramento neste artigo, enquadramento neste artigo,
pelo saldo devedor apurado	pelo saldo devedor apuradopelo saldo devedor apurado
na forma do inciso II do	na forma do inciso I dona forma do inciso I do
caput, vedada a faculdade	caput, vedada a faculdadecaput, vedada a faculdade
prevista no § 6°." (NR)	prevista no § 6°. prevista no § 6°.
	§ 12. A exigência de § 12. A exigência de
	honorários advocatícios ou honorários advocatícios ou
	de despesas com registro em de despesas com registro em
	cartório do instrumento cartório do instrumento

	contratual da linha de contratual da linha de crédito não impedem a renegociação de que trata o caput.	
	Art. 10. Fica autorizada a renegociação das operações de crédito rural que estavam de crédito rural que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, contratadas a partir de 2011, contratadas a partir de 2007, nas condições de 2007, nas condições estabelecidas por resolução estabelecidas por resolução do Conselho Monetário Nacional.	
	Art. 11. Fica o Conselho Art. 11. Fica o Conselho Monetário Nacional Monetário Nacional autorizado a definir normas complementares para a complementares para a operacionalização do disposto nos arts. 1º a 10 desta Lei.	
	Parágrafo único. Caberá Parágrafo único. também ao Conselho (VETADO).  Monetário Nacional estabelecer metodologia para apropriação do rebate nos casos de pagamento proporcional de que trata o § 8° do art. 8°.	
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004	Art. 12. A Lei nº 10.865, de Art. 12. A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes vigorar com as seguintes alterações:	
Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de		

cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:				
§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.	COFINS-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI,	trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.	Cofins-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no	
Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011		Art. 13. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:	14 de dezembro de 2011,	
Art. 2º No âmbito do Reintegra, a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados no País poderá apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário federal existente na sua cadeia de produção.		"Art. 2°	"Art. 2°	
§ 11. Do valor apurado				

referido no <b>caput</b> :  I - 17,84% (dezessete inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) corresponderão a crédito da Contribuição para o PIS/Pasep; e  II - 82,16% (oitenta e dois inteiros e dezesseis centésimos por cento) corresponderão a crédito da Cofins.				
		na apuração da base de cálculo da Contribuição para		
Art. 3º O Reintegra aplicar- se-á às exportações realizadas até 31 de dezembro de 2012.		se-á às exportações realizadas:	"Art. 3º O Reintegra aplicar- se-á às exportações realizadas: I – de 4 de junho de 2013	
		até 31 de dezembro de 2013; e II – de 1° de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de	até 31 de dezembro de 2013; e II - (VETADO)." (NR)	
Art. 5º As empresas fabricantes, no País, de produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 2006, observados os limites previstos nos incisos I e II		2014."(NR) "Art. 5°	"Art. 5°	

do art. 4°do Decreto-Lei n° 1.199, de 27 de dezembro de 1971, poderão usufruir da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mediante ato do Poder Executivo, com o objetivo de estimular a competitividade, a agregação de conteúdo nacional, o investimento, a inovação tecnológica e a produção local.  § 1º A redução de que trata		§ 1°	§ 1°	
o caput:				
II – poderá ser usufruída até 31 de julho de 2016; e	II - poderá ser usufruída até 31 de dezembro de 2017; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013)	31 de dezembro de 2017; e		
Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2% (dois por cento):		"Art. 7°	"Art. 7°	

III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0.		
	Γ	V - as empresas do setor IV - as empresas do setor de IV - as empresas do setor de
	150	le construção civil, construção civil, construção civil,
	e	enquadradas nos grupos enquadradas nos grupos enquadradas nos grupos
		112, 432, 433 e 439 da 412, 432, 433 e 439 da 412, 432, 433 e 439 da
		CNAE 2.0; CNAE 2.0;
		Incluído pela MPV nº 601,
		le 2012, com vigência
		encerrada em 3 de junho de 1013)
	V	V - as empresas de
		ransporte rodoviário
		coletivo de passageiros por
		retamento e turismo
		nunicipal, intermunicipal
		em região metropolitana,
		ntermunicipal, interestadual
		e internacional, enquadradas
		na classe 4929-9 da CNAE
		2.0; (Incluído pela MPV nº
		512, de 4 de abril de 2013, com vigência a partir de 1° de
		aneiro de 2014)
	- F	VI - as empresas de V - as empresas de V - as empresas de
		ransporte ferroviário detransporte ferroviário de
		passageiros, enquadradas passageiros, enquadradas passageiros, enquadradas
	P	assagenos, enquaeracaspassagenos, enquaeracaspassagenos, enquaeracas

nas subclasses 4912-4/01 enas subclasses 4912-4/01 enas subclasses 4912-4/01 e
4912-4/02 da CNAE 2.0; 4912-4/02 da CNAE 2.0; 4912-4/02 da CNAE 2.0;
(Incluído pela MPV nº 612,
de 4 de abril de 2013, com
vigência a partir de 1º de
janeiro de 2014)
VII - as empresas de VI - as empresas de
transporte metroferroviário transporte metroferroviário transporte metroferroviário
de passageiros, enquadradas de passageiros, enquadradas de passageiros, enquadradas
na subclasse 4912-4/03 dana subclasse 4912-4/03 dana subclasse 4912-4/03 da
CNAE 2.0; CNAE 2.0; CNAE 2.0;
(Incluído pela MPV nº 612,
de 4 de abril de 2013, com
vigência a partir de 1º de
janeiro de 2014)
VIII - as empresas que
prestam os serviços
classificados na
Nomenclatura Brasileira de
Serviços - NBS, instituída
pelo Decreto nº 7.708, de 2
de abril de 2012, nos
códigos 1.1201.25.00,
1.1403.29.10, 1.2001.33.00,
1.2001.39.12, 1.2001.54.00,
1.2003.60.00 e
1.2003.70.00;
(Incluído pela MPV nº 612,
de 4 de abril de 2013, com
vigência a partir de 1º de
janeiro de 2014)
IX - as empresas deVII - as empresas de
construção de obras deconstrução de obras de
infraestrutura, enquadradas infraestrutura, enquadradas infraestrutura, enquadradas
nos grupos 421, 422, 429 enos grupos 421, 422, 429 enos grupos 421, 422, 429 e
431 da CNAE 2.0; 431 da CNAE 2.0. 431 da CNAE 2.0.
H31 Ua CNAE 2.0. H31 Ua CNAE 2.0.

	(7 ) (1 ) 1 PPT A (4A	
	(Incluído pela MPV nº 612,	
	de 4 de abril de 2013, com	
	vigência a partir de 1º de	
	janeiro de 2014)	
	X - as empresas de	
	engenharia e arquitetura	
	enquadradas no grupo 711	
	da CNAE 2.0; e	
	(Incluído pela MPV nº 612,	
	de 4 de abril de 2013, com	
	vigência a partir de 1º de	
	janeiro de 2014)	
	XI - as empresas de	
	manutenção, reparação e	
	instalação de máquinas e	
	equipamentos enquadrados	
	nas classes 3311-2, 3312-1,	
	3313-9, 3314-7, 3319-8,	
	3321-0 e 3329-5 da CNAE	
	2.0.	
	(Incluído pela MPV nº 612,	
	de 4 de abril de 2013, com	
	vigência a partir de 1º de	
	janeiro de 2014)	
§ 6º No caso de contratação		
de empresas para a		
execução dos serviços		
referidos no caput, mediante		
cessão de mão de obra, na		
forma definida pelo art. 31		
<u>da Lei nº 8.212, de 24 de</u>		
julho de 1991, a empresa		
contratante deverá reter		
3,5% (três inteiros e cinco		

décimos por cento) do valor		
bruto da nota fiscal ou fatura		
de prestação de serviços.		
	§ 7° As empresas§ 7° As empresas	
	relacionadas no inciso IV do relacionadas no inciso IV do	
	caput poderão antecipar paracaput poderão antecipar para	
	4 de junho de 2013 sua de junho de 2013 sua	
	inclusão na tributação inclusão na tributação	
	substitutiva prevista nestesubstitutiva prevista neste	
	artigo. artigo.	
	§ 8º A antecipação de que § 8º A antecipação de que	
	trata o § 7º será exercida detrata o § 7º será exercida de	
	forma irretratável mediante forma irretratável mediante	
	o recolhimento, até o prazo recolhimento, até o prazo	
	de vencimento, da vencimento, da	
	contribuição substitutiva contribuição substitutiva	
	prevista no caput, relativa aprevista no caput, relativa a	
	junho de 2013. junho de 2013.	
	§ 7º Serão aplicadas às § 9º Serão aplicadas às	
	empresas referidas no inciso empresas referidas no inciso empresas referidas no inciso	
	IV do caput as seguintes IV do caput as seguintes IV do caput as seguintes	
	regras: (Incluído pela MPV regras: regras:	
	n° 612, de 4 de abril de 2013)	
	II - para as obras - para as obras - para as obras	
	matriculadas no Cadastro matriculadas no Cadastro matriculadas no Cadastro	
	Específico do INSS - CEI Específico do INSS - CEI Específico do INSS - CEI	
	até o dia 31 de março de até o dia 31 de março de até o dia 31 de março de	
	2013, o recolhimento da 2013, o recolhimento da 2013, o recolhimento da	
	contribuição previdenciária contribuição previdenciária contribuição previdenciária	
	ocorrerá na forma deverá ocorrer na forma dos deverá ocorrer na forma dos	
	dos incisos I e III do caput d	
	do caput do art. 22 da Lei art. 22 da Lei nº 8.212, de art. 22 da Lei nº 8.212, de	
	nº 8.212, de 1991, até o seu24 de julho de 1991, até o 24 de julho de 1991, até o	
	término; e (Incluído pelaseu término; seu término;	
	MPV n° 612, de 4 de abril de	

20	013)	
I	- para as obrasII - para as obrasII - para as obras	
m	natriculadas no Cadastromatriculadas no Cadastromatriculadas no Cadastro	
	specífico do INSS - CEI a Específico do INSS - CEI Específico do INSS - CEI	
pa	artir do dia 1º de abril deno período compreendidono período compreendido	
	013, o recolhimento daentre 1° de abril de 2013 eentre 1° de abril de 2013 e	
co	ontribuição previdenciária 31 de maio de 2013, o 31 de maio de 2013, o	
oc	correrá na forma do <b>caput</b> , recolhimento da recolhimento da	
	té o seu término; ( <b>Incluído</b> contribuição previdenciária <mark>contribuição previdenciária</mark>	
	ela MPV nº 612, de 4 dedeverá ocorrer na forma dodeverá ocorrer na forma do	
ab	bril de 2013) caput, até o seu término; caput, até o seu término;	
	III - para as obrasIII - para as obras	
	matriculadas no Cadastro matriculadas no Cadastro	
	Específico do INSS - CEl Específico do INSS - CEI	
	no período compreendido	
	entre 1° de junho de 2013 entre 1° de junho de 2013	
	até o último dia do terceiro até o último dia do terceiro	
	mês subsequente ao damês subsequente ao da	
	publicação desta Lei, opublicação desta Lei, o	
	recolhimento da recolhimento da	
	contribuição previdenciária contribuição previdenciária	
	poderá ocorrer, tanto napoderá ocorrer, tanto na	
	forma do caput, como na forma do caput, como na	
	forma dos incisos I e III do forma dos incisos I e III do	
	caput do art. 22 da Lei nº caput do art. 22 da Lei nº	
	8.212, de 24 de julho de 8.212, de 24 de julho de	
	1991; <u>1991</u> ;	
	IV - para as obrasIV - para as obras	
	matriculadas no Cadastro matriculadas no Cadastro	
	Específico do INSS - CEl Específico do INSS - CEI	
	após o primeiro dia do após o primeiro dia do	
	quarto mês subsequente ao quarto mês subsequente ao	
	da publicação desta Lei, oda publicação desta Lei, o	
	recolhimento da recolhimento da	
	contribuição previdenciária contribuição previdenciária	

deverá ocorrer na forma do deverá ocorrer na forma do	
caput, até o seu término; caput, até o seu término;	
III - no cálculo da V - no cálculo da V - no cálculo da	
contribuição incidente sobre contribuição incidente sobre contribuição incidente sobre	
a receita bruta, serão receita bruta, serão receita bruta, serão	
excluídas da base de excluídas da base de excluídas da base de	
cálculo, observado ocálculo, observado ocálculo, observado o	
disposto no art. 9°, asdisposto no art. 9°, asdisposto no art. 9°, as	
receitas provenientes das receitas provenientes das receitas provenientes das	
obras a que se refere o obras cujo recolhimento da obras cujo recolhimento da	
inciso II. (Incluído pela MPV contribuição tenha ocorrido contribuição tenha ocorrido	
nº 612, de 4 de abril de 2013) na forma dos incisos I e III na forma dos incisos I e III	
do caput do art. 22 da Lei nºdo caput do art. 22 da <u>Lei nº</u>	
8.212, de 24 de julho de 8.212, de 24 de julho de	
1991. <u>1991</u> .	
§ 10. A opção a que se§ 10. A opção a que se	
refere o inciso III do § 9º refere o inciso III do § 9º	
será exercida de formaserá exercida de forma	
irretratável mediante oirretratável mediante o	
recolhimento, até o prazo de recolhimento, até o prazo de	
vencimento, da contribuição vencimento, da contribuição	
previdenciária naprevidenciária na	
sistemática escolhida, sistemática escolhida,	
relativa a junho de 2013 erelativa a junho de 2013 e	
será aplicada até o términoserá aplicada até o término	
da obra. da obra.	
§ 11. No caso das empresas § 11. (VETADO).	
de construção de obras de	
infraestrutura a que se refere	
o inciso VII do caput, a	
contribuição prevista no	
caput referente à	
remuneração paga ou	
creditada aos empregados e	
trabalhadores avulsos	
u additiadores a varisos	

	contratados por consórcio
	constituído nos termos do
	disposto nos arts. 278 e 279
	da Lei nº 6.404, de 15 de
	dezembro de 1976, será
	apurada sobre a receita bruta
	auferida pelo consórcio.
	§ 12. Na hipótese do § 11, a § 11. (VETADO)." (NR)
	receita bruta auferida pelo
	consórcio será deduzida da
	receita bruta das
	consorciadas,
	proporcionalmente à
	participação de cada uma no
	empreendimento, para fins
	de determinação da base de
	cálculo da contribuição
	prevista no caput deste
	artigo."(NR)
Art. 8º Até 31 de dezembro	Art. 8º Até 31 de 'Art. 8º Até 31 de dezembro 'Art. 8º Até 31 de dezembro
de 2014, contribuirão sobre	dezembro de 2014, de 2014, contribuirão sobrede 2014, contribuirão sobre
o valor da receita bruta,	contribuirão sobre o valor o valor da receita bruta, o valor da receita bruta,
excluídas as vendas	da receita bruta, excluídas as excluídas as vendas vendas
canceladas e os descontos	vendas canceladas e os canceladas e os descontos canceladas e os descontos
incondicionais concedidos, à	descontos incondicionais incondicionais concedidos, à incondicionais concedidos, à
alíquota de 1% (um por	concedidos, à alíquota de 1% (um poralíquota de 1% (um por
cento), em substituição às	um por cento, em cento), em substituição àscento), em substituição às
contribuições previstas	substituição às contribuições contribuições previstas nos contribuições previstas nos
nos incisos I e III do art. 22	previstas nos incisos I e III do art. 22 da incisos I e III do art. 22 da
da Lei no 8.212, de 24 de	do art. 22 da Lei nº 8.212, Lei nº 8.212, de 24 de julho Lei nº 8.212, de 24 de julho
julho de 1991, as empresas	de 24 de julho de 1991, as de 1991, as empresas que de 1991, as empresas que
que fabricam os produtos	empresas que fabricam os produtos fabricam os produtos
classificados na Tipi,	produtos classificados na classificados na Tipi, classificados na Tipi,
aprovada pelo Decreto no	Tipi, aprovada pelo Decreto aprovada pelo Decreto nº aprovada pelo Decreto nº
7.660, de 23 de dezembro de	n° 7.660, de 23 de dezembro 7.660, de 23 de dezembro de 7.660, de 23 de dezembro de
2011, nos códigos referidos	de 2011, nos códigos 2011, nos códigos referidos 2011, nos códigos referidos

no Anexo desta Lei.	referidos no Anexo I	no Anexo I.	no Anexo I.	
	(Redação dada pela MPV n			
	601, de 2012, com vigência			
	encerrada em 3 de junho de	e		
	2013)			
§ 1º O disposto no caput:		§ 1°	§ 1°	
II - não se aplica:		II	II	
b) aos fabricantes de				
automóveis, comerciais				
leves (camionetas, picapes,				
utilitários, vans e furgões),				
caminhões e chassis com				
motor para caminhões,				
chassis com motor para				
ônibus, caminhões-tratores,				
tratores agrícolas e				
colheitadeiras agrícolas				
autopropelidas.				
	c) às empresas aéreas	<mark>s</mark> c) às empresas aére	easc) às empresas aéreas	
			ira <mark>internacionais de bandeira</mark>	1
			ue estrangeira de países que	
			deestabeleçam, em regime de	
			to, reciprocidade de tratamento.	
			asisenção tributária às receitas	
			as geradas por empresas aéreas	
	brasileiras. (Incluído pela		brasileiras.	
	MPV n° 601, de 2012, con			
	vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	e		
	junio de 2013)			
		0.22		
§ 3º O disposto		§ 3°	§ 3°	
no caput também se aplica				

às empresas:	
X - de navegação de apoio	
marítimo e de apoio	
portuário.	
portuario.	XI - de manutenção eXI - de manutenção eXI - de manutenção e
	reparação de embarcações; reparação de embarcações; reparação de embarcações;
	(Incluído pela MPV nº 601,
	de 2012, com vigência
	encerrada em 3 de junho de
	2013)
	XII - de varejo que exercemXII - de varejo que exercemXII - de varejo que exercem
	as atividades listadas no as atividades listadas no as atividades listadas no
	Anexo II. Anexo II desta Lei; Anexo II desta Lei;
	(Incluído pela MPV nº 601,
	de 2012, com vigência
	encerrada em 3 de junho de
	2013)
	XIII - empresas que XIII - que realizam XIII - que realizam
	realizam operações de carga, operações de carga, operações de carga,
	descarga e armazenagem de descarga e armazenagem de descarga e armazenagem de
	contâineres em portos contêineres em portos
	organizados, enquadrados organizados, enquadradas organizados, enquadradas
	nas classes 5212-5 e 5231-1 nas classes 5212-5 e 5231-1 nas classes 5212-5 e 5231-1
	da CNAE 2.0; (Incluído pela da CNAE 2.0; da CNAE 2.0;
	MPV nº 612, de 4 de abril de
	2013)
	XIV - de transporte aéreo de
	passageiros e de carga não
	regular (táxi-aéreo), nos
	termos da Lei nº 7.565, de
	19 de dezembro de 1986,
	enquadradas na classe 5112-
	9 da CNAE 2.0; (Incluído
	pela MPV nº 612, de 4 de abril de 2013)
	auti de 2013)

XV - de transporteXIV - de transporteXIV - de transporte
rodoviário de cargas, rodoviário de cargas, rodoviário de cargas,
enquadradas na classe 4930-enquadradas na classe 4930-enquadradas na classe 4930-
2 da CNAE 2.0; (Incluído) da CNAE 2.0; 2 da CNAE 2.0;
pela MPV n° 612, de 4 de
abril de 2013)
XVI - de agenciamento
marítimo de navios,
enquadradas na classe 5232-
0 da CNAE 2.0; (Incluído
pela MPV n° 612, de 4 de
abril de 2013)
XVII - de transporte por
navegação de travessia,
enquadradas na classe 5091-
2 da CNAE 2.0; (Incluído
pela MPV n° 612, de 4 de
abril de 2013)
XVIII - de prestação de
serviços de infraestrutura
aeroportuária, enquadradas
na classe 5240-1 da CNAE
2.0; (Incluído pela MPV nº
612, de 4 de abril de 2013)
XIX - de transporteXV - de transporteXV - de transporte
ferroviário de cargas, ferroviário de cargas, ferroviário de cargas,
enquadradas na classe 4911-enquadradas na classe 4911-enquadradas na classe 4911-
6 da CNAE 2.0; e (Incluído 6 da CNAE 2.0; e 6 da CNAE 2.0; e
pela MPV n° 612, de 4 de
abril de 2013)
XX - jornalísticas e deXVI - jornalísticas e deXVI - jornalísticas e de
radiodifusão sonora e deradiodifusão sonora e deradiodifusão sonora e de
sons e imagens de que trata
a Lei nº 10.610, de 20 dea Lei nº 10.610, de 20 dea Lei nº 10.610, de 20 de
dezembro de 2002, dezembro de 2002, <u>dezembro de 2002</u> ,
enquadradas nas classes enquadradas nas classes enquadradas nas classes

	1811-3, 5811-5, 5812-3, 1811-3, 5811-5, 5812-3, 1811-3, 5811-5, 5812-3,
	5813-1, 5822-1, 5823-9,5813-1, 5822-1, 5823-9,5813-1, 5822-1, 5823-9,
	6010-1, 6021-7 e 6319-4 da 6010-1, 6021-7 e 6319-4 da 6010-1, 6021-7 e 6319-4 da
	CNAE 2.0. (Incluído pelaCNAE 2.0. CNAE 2.0.
	MPV n° 612, de 4 de abril de
	2013)
§ 4º A partir de 1º de janeiro	§ 4° A partir de 1° de janeiro § 4° A partir de 1° de janeiro § 4° A partir de 1° de janeiro
de 2013, ficam incluídos no	de 2013, ficam incluídos no de 2013, ficam incluídos no de 2013, ficam incluídos no
Anexo referido no caput os	Anexo I referido Anexo I referido no caput os Anexo I referido no caput os
produtos classificados nos	no caput os produtos produtos classificados nosprodutos classificados nos
seguintes códigos da Tipi:	classificados nos seguintes códigos da Tipi: seguintes códigos da Tipi:
seguintes codigos da Tipi.	/ 1' 1 m' ' m 1 m
	dada pela MPV n° 601, de
	2012, com vigência encerrada
	em 3 de junho de 2013)
	em 3 de junito de 2013)
	0.7077
	§ 5° No caso de contratação § 5° No caso de contratação § 5° No caso de contratação
	de empresas para ade empresas para ade empresas para a
	execução dos serviços execução dos serviços execução dos serviços
	referidos no § 3°, mediantereferidos no § 3°, mediantereferidos no § 3°, mediante
	cessão de mão de obra, nacessão de mão de obra, nacessão de mão de obra, na
	forma definida pelo art. 31 forma definida pelo art. 31 forma definida pelo art. 31
	da Lei nº 8.212, de 1991, ada Lei nº 8.212, de 24 deda <u>Lei nº 8.212, de 24 de</u>
	empresa contratante deverájulho de 1991, a empresajulho de 1991, a empresa
	reter 3,5% (três inteiros econtratante deverá retercontratante deverá reter
	cinco décimos por cento) do 3,5% (três inteiros e cinco 3,5% (três inteiros e cinco
	valor bruto da nota fiscal oudécimos por cento) do valordécimos por cento) do valor
	fatura de prestação debruto da nota fiscal ou faturabruto da nota fiscal ou fatura
	serviços. (Redação dada pelade prestação de serviços. de prestação de serviços.
	MPV nº 601, de 2012, com
	vigência encerrada em 3 de
	junho de 2013)
	relacionadas na alínea c do relacionadas na alínea c do
	inciso II do § 1° poderão inciso II do § 1° poderão
	antecipar para 1° de junho antecipar para 1° de junho

de 2013 sua exclusão da de 2013 sua exclusão da	
tributação substitutiva ributação substitutiva	
prevista no caput. prevista no caput.	
§ 7º A antecipação de que § 7º A antecipação de que	
trata o § 6° será exercida detrata o § 6° será exercida de	
forma irretratável medianteforma irretratável mediante	
o recolhimento, até o prazo recolhimento, até o prazo	
de vencimento, dade vencimento, da	
contribuição previdenciária contribuição previdenciária	
prevista nos incisos I e III prevista nos incisos I e III	
do caput do art. 22 da Lei nº do caput do art. 22 da Lei nº	
8.212, de 24 de julho de 8.212, de 24 de julho de	
1991, relativa a junho de 1991, relativa a junho de	
2013. 2013.	
§ 8° As empresas § 8° As empresas	
relacionadas nos incisos XI relacionadas nos incisos XI	
e XII do § 3º poderão XII do § 3º poderão	
antecipar para 4 de junho de de junho de junho de	
2013 sua inclusão na 2013 sua inclusão na	
tributação substitutivatributação substitutiva	
prevista neste artigo. prevista neste artigo.	
§ 9° A antecipação de que § 9° A antecipação de que	
trata o § 8º será exercida detrata o § 8º será exercida de	
forma irretratável medianteforma irretratável mediante	
o recolhimento, até o prazo recolhimento, até o prazo	
de vencimento, dade vencimento, da	
contribuição substitutiva contribuição substitutiva	
prevista no caput, relativa aprevista no caput, relativa a	
junho de 2013. junho de 2013.	
§ 10. Consideram-se § 10. (VETADO)" (NR)	
empresas jornalísticas, para	
os fins do disposto no inciso	
XVI do § 3°, aquelas que	
têm a seu cargo a edição de	
jornais, revistas, boletins e	

	periódicos, ou a distribuição
	de noticiário por qualquer
	plataforma, inclusive em
	portais de conteúdo da
	internet."(NR)
Art. 9º Para fins do disposto	"Art. 9" "Art. 9"
	Alt. 9 Alt. 9
nos arts. 7º e 8º desta Lei:	
II – exclui-se da base de	II - exclui-se da base de II - exclui-se da base de II - exclui-se da base de
cálculo das contribuições a	cálculo das contribuições acálculo das contribuições acálculo das contribuições a
receita bruta de exportações;	receita bruta: (Redação dada receita bruta: receita bruta:
	pela MPV nº 601, de 2012,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
	a) de exportações; ea) de exportações; e a) de exportações; e
	(Redação dada pela MPV nº
	601, de 2012, com vigência
	encerrada em 3 de junho de
	2013)
	b) decorrente de transporteb) decorrente de transporteb) decorrente de transporte
	internacional de carga; internacional de carga; internacional de carga;
	(Redação dada nela MPV nº
	601, de 2012, com vigência
	encerrada em 3 de junho de
	2013)
VI – (VETADO).	
VI – (VETADO).	
	VII - para os fins da VII - para os fins da VII - para os fins da
	contribuição prevista contribuição prevista no contribuição prevista no
	no caput dos arts. 7° e 8°, caput dos arts. 7° e 8°, caput dos arts. 7° e 8°,
	considera-se empresa aconsidera-se empresa aconsidera-se empresa a
	sociedade empresária, asociedade empresária, asociedade empresária, a
	sociedade simples, asociedade simples, asociedade simples, a
	empresa individual decooperativa, a empresa cooperativa, a empresa
	responsabilidade limitada eindividual deindividual de
	o empresário a que se refereresponsabilidade limitada eresponsabilidade limitada e
	p empresario a que se rerereresponsacimada e minua e esponsacimada e minua e

	o art. 966 da Lei nº 10.406, o empresário a que se refereo empresário a que se refere de 10 de janeiro de 2002 -o art. 966 da Lei nº 10.406, o art. 966 da Lei nº 10.406, Código Civil, devidamente de 10 de janeiro de 2002 - de 10 de janeiro de 2002 -
	registrados no Registro de Código Civil, devidamente Código Civil, devidamente
	Empresas Mercantis ou noregistrados no Registro de registrados no Registro de
	Registro Civil de Pessoas Empresas Mercantis ou no Empresas Mercantis ou no
	Jurídicas, conforme oRegistro Civil de Pessoas Registro Civil de Pessoas
	caso. (Incluído pela Jurídicas, conforme o caso; Jurídicas, conforme o caso;
	Medida Provisória nº 612, de 2013)
	VIII – para as sociedades VIII – para as sociedades
	cooperativas, a metodologia cooperativas, a metodologia
	adotada para a contribuição adotada para a contribuição
	sobre a receita bruta, emsobre a receita bruta, em
	substituição às contribuições substituição às contribuições
	previstas nos incisos I e III previstas nos incisos I e III
	do art. 22 da Lei nº 8.212, do art. 22 da <u>Lei nº 8.212.</u>
	de 24 de julho de 1991, de 24 de julho de 1991,
	limita-se ao art. 8º elimita-se ao art. 8º e
	somente às atividades atividades
	abrangidas pelos códigos pelos códigos
	referidos no Anexo I. referidos no Anexo I.
§ 8º (VETADO).	
3 0 (1211200).	§ 9° As empresas para as§ 9° As empresas para as§ 9° As empresas para as
	quais a substituição daquais a substituição daquais a substituição da
	contribuição previdenciáriacontribuição previdenciáriacontribuição previdenciária
	sobre a folha de pagamentosobre a folha de pagamentosobre a folha de pagamento
	pela contribuição sobre apela contribuição sobre apela contribuição sobre a
	receita bruta estiverreceita bruta estiverreceita bruta estiver
	vinculada ao seuvinculada ao seuvinculada ao seu
	enquadramento no CNAE enquadramento no CNAE enquadramento no CNAE
	deverão considerar apenas odeverão considerar apenas odeverão considerar apenas o
	CNAE relativo a suaCNAE relativo a suaCNAE relativo a sua
	atividade principal, assimatividade principal, assimatividade principal, assim
	auvidade principai, assimatividade principai, assimatividade principai, assim

	1
considerada aquela de maior considerada aquela de maior considerada aquela de maior	
receita auferida ou esperada, receita auferida ou esperada, receita auferida ou esperada,	
não lhes sendo aplicado o não lhes sendo aplicado o não lhes sendo aplicado o	
disposto no § 1°. (Incluído disposto no § 1°. disposto no § 1°.	
pela Medida Provisória nº	
612, de 2013)	
§ 10. Para fins do disposto § 10. Para fins do disposto § 10. Para fins do disposto	
no § 9º, a base de cálculo dano § 9º, a base de cálculo dano § 9º, a base de cálculo da	
contribuição a que secontribuição a que secontribuição a que se	
referem o caput do art. 7° ereferem o caput do art. 7° ereferem o caput do art. 7° e	
o caput do art. 8º será ao caput do art. 8º será ao caput do art. 8º será a	
receita bruta da empresareceita bruta da empresareceita bruta da empresa	
relativa a todas as suas relativa a todas as suas relativa a todas as suas	
atividades. (Incluído pelaatividades."(NR) atividades."(NR)	
Medida Provisória nº 612, de	
2013)	
Art. 14. O Anexo Único da Art. 14. O Anexo Único da	
Lei nº 12.546, de 14 de Lei nº 12.546, de 14 de	
dezembro de 2011, passa adezembro de 2011, passa a	
ser denominado Anexo I eser denominado Anexo I e	
passa a vigorar: passa a vigorar:	
I - acrescido dos produtosI - acrescido dos produtos	
classificados nos códigos daclassificados nos códigos da	
Tabela de Incidência do Tabela de Incidência do	
Imposto sobre Produtos Imposto sobre Produtos	
Industrializados - TIPI, Industrializados - TIPI,	
aprovada pelo Decreto nº aprovada pelo Decreto nº	
7.660, de 23 de dezembro de 7.660, de 23 de dezembro de	
2011, constantes do Anexo I <u>2011</u> , constantes do Anexo I	
desta Lei; desta Lei;	
II - acrescido dos produtos II - (VETADO);	
classificados nos códigos	
0801.3, 1302.19.99,	
6809.19.00 e 6809.90.00 da	
Tipi;	

III - acrescido dos produtos III - acrescido dos produtos
classificados nos códigos classificados nos códigos
9404.10.00 e 9619.00.00 da 9404.10.00 e 9619.00.00 da
Тірі; Тірі;
IV - subtraído dos produtos IV - subtraído dos produtos
classificados no Capítulo 93 classificados no Capítulo 93
e nos códigos 1301.90.90, e nos códigos 1301.90.90,
7310.21.90, 7323.99.00,7310.21.90, 7323.99.00,
7507.20.00, 7612.10.00,7507.20.00, 7612.10.00,
7612.90.11, 8309.10.00,7612.90.11, 8309.10.00,
8526.10.00, 8526.92.00, 8526.10.00, 8526.92.00,
9023.00.00, 9603.10.00, 9023.00.00, 9603.10.00,
9603.29.00, 9603.30.00,9603.29.00, 9603.30.00,
9603.40.10, 9603.40.90,9603.40.10, 9603.40.90,
9603.50.00 e 9603.90.00 da 9603.50.00 e 9603.90.00 da
Гірі; Гірі;
V - subtraído dos produtos V - subtraído dos produtos
classificados nos códigos classificados nos códigos
7403.21.00, 7407.21.10,7403.21.00, 7407.21.10,
7407.21.20, 7409.21.00,7407.21.20, 7409.21.00,
7411.10.10, 7411.21.10 e7411.10.10, 7411.21.10 e
74.12 da Tipi. 74.12 da Tipi.
VI - subtraído dos produtosVI - subtraído dos produtos
classificados nos códigos classificados nos códigos
3006.30.11, 3006.30.19,3006.30.11, 3006.30.19,
7207.11.10, 7208.52.00,7207.11.10, 7208.52.00,
7208.54.00, 7214.10.90,7208.54.00, 7214.10.90,
7214.99.10, 7228.30.00,7214.99.10, 7228.30.00,
7228.50.00, 8471.30,7228.50.00, 8471.30,
9022.14.13 e 9022.30.00 da 9022.14.13 e 9022.30.00 da
Tipi. Tipi.
§ 1° As empresas de que § 1° As empresas de que
tratam o inciso I poderão tratam o inciso I poderão
antecipar para 4 de junho de antecipar para 4 de junho de
2013 sua inclusão na 2013 sua inclusão na

	tributação substitutiva tributação substitutiva
	prevista no art. 8º da Lei nºprevista no art. 8º da <u>Lei nº</u>
	12.546, de 14 de dezembro 12.546, de 14 de dezembro
	de 2011. <u>de 2011</u> .
	§ 2º A antecipação de que § 2º A antecipação de que
	trata o § 1º será exercida detrata o § 1º será exercida de
	forma irretratável medianteforma irretratável mediante
	o recolhimento, até o prazo recolhimento, até o prazo
	de vencimento, dade vencimento, da
	contribuição substitutiva contribuição substitutiva
	prevista no caput, relativa aprevista no caput, relativa a
	junho de 2013. junho de 2013.
	§ 3° As empresas que § 3° As empresas que
	fabricam os produtos fabricam os produtos
	relacionados no inciso V dorelacionados no inciso V do
	caput poderão antecipar paracaput poderão antecipar para
	1° de abril de 2013 sua 1° de abril de 2013 sua
	exclusão da tributação exclusão da tributação
	substitutiva prevista no art.substitutiva prevista no art.
	8° da Lei n° 12.546, de 14 de 8° da <u>Lei n° 12.546, de 14 de</u>
	dezembro de 2011. dezembro de 2011.
	§ 4º A antecipação de que § 4º A antecipação de que
	trata o § 3° será exercida detrata o § 3° será exercida de
	forma irretratável mediante forma irretratável mediante
	o recolhimento, até o prazo recolhimento, até o prazo
	de vencimento, da vencimento, da
	contribuição previdenciária contribuição previdenciária
	prevista nos incisos I e III prevista nos incisos I e III
	do caput do art. 22 da Lei n <sup>o</sup> do caput do art. 22 da <u>Lei n</u> º
	8.212, de 24 de julho de <u>8.212, de 24 de julho de</u>
	1991, relativa a abril de 1991, relativa a abril de
	2013. 2013.
Lei nº 11.774, de 17 de	<b>Art. 15.</b> A Lei nº 11.774, de <b>Art. 15.</b> A Lei nº 11.774, de
setembro de 2008	17 de setembro de 2008, 17 de setembro de 2008,
	passa a vigorar com aspassa a vigorar com as

		seguintes alterações:	seguintes alterações:	
Art. 14. As alíquotas de que		"Art. 14	"Art. 14	
tratam os incisos I e III do				
caput do art. 22 da Lei				
nº 8.212, de 24 de julho de				
1991, em relação às				
empresas que prestam				
serviços de tecnologia da				
informação - TI e de				
tecnologia da informação e				
comunicação - TIC, ficam				
reduzidas pela subtração de				
1/10 (um décimo) do				
percentual correspondente à				
razão entre a receita bruta de				
venda de serviços para o				
mercado externo e a receita				
bruta total de vendas de				
bens e serviços, após a				
exclusão dos impostos e				
contribuições incidentes				
sobre a venda, observado o				
disposto neste artigo.				
§ 4° Para efeito do caput		§ 4°	§ 4°	
deste artigo, consideram-se				
serviços de TI e TIC:				
VII - suporte técnico em	VII - suporte técnico	emVII - suporte técnico	emVII - suporte técnico em	
informática, inclusive			siveinformática, inclusive	
instalação, configuração e			o e <mark>instalação, configuração e</mark>	
manutenção de programas			masmanutenção de programas	
de computação e bancos de			s dede computação e bancos de	
dados; e			içosdados, bem como serviços	
	de suporte técnico	emde suporte técnico	emde suporte técnico em	

	equipamentos de equipamentos de informática em geral; e informática em geral; e (Redação dada pela Medida
Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004	Art. 16. A Lei nº 10.931, de Art. 16. A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º Para cada incorporação submetida ao regime especial de tributação, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 6% (seis por cento) da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:	Art. 4º Para cada 'Art. 4º Para cada 'Art. 4º Para cada incorporação submetida aoincorporação submetida aoincorporação submetida ao regime especial deregime especial de tributação, a incorporadora de pagamento cento a pagament
Art. 8º Para fins de repartição de receita tributária e do disposto no § 2º do art. 4º, o percentual de 6% (seis por cento) de que trata o caput do art. 4º será considerado:	Art. 8° Para fins de 'Art. 8° Para fins de 'Art. 8° Para fins de repartição de receita repartição de receita tributária e do disposto no § tributária e do disposto no § tributária e do disposto no § 2° do art. 4°, o percentual de 2° do art. 4°, o percentual de quatro por cento de que trata 4% (quatro por cento) de 4% (quatro por cento) de o caput do art. 4° será que trata o caput do art. 4° que trata o caput do art. 4° considerado: (Redação dadaserá considerado: será considerado: pela Medida Provisória n°

601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
I - 1,71% (um inteiro el - 1,71% (um inteiro el - 1,71% (um inteiro el
setenta e um centésimos por setenta e um centésimos por setenta e um centésimos por
cento) como Cofins; cento) como Cofins cento) como Cofins
(Redação dada pela Medida
Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3
de junho de 2013)
II - 0,37% (trinta e seteII - 0,37% (trinta e seteII - 0,37% (trinta e sete
centésimos por cento) comocentésimos por cento) comocentésimos por cento) como
Contribuição para oContribuição para oContribuição para o
PIS/Pasep; (Redação dada PIS/Pasep; PIS/Pasep;
pela Medida Provisória nº
601, de 2013, com vigência
encerrada em 3 de junho de 2013)
III - 1,26% (um inteiro eIII - 1,26% (um inteiro eIII - 1,26% (um inteiro e
vinte e seis centésimos por vinte e seis centésimos por vinte e seis centésimos por
cento) como IRPJ; cento) como IRPJ; e cento) como IRPJ; e
e (Redação dada pela Medida
Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3
de junho de 2013)
IV - 0,66% (sessenta e seisIV - 0,66% (sessenta e seisIV - 0,66% (sessenta e seis
centésimos por cento) como centésimos por cento) como centésimos por cento) como
CSLL. (Redação dada pelaCSLL. CSLL.
Medida Provisória nº 601, de "(NR) "(NR)
2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
Art. 17. Os arts. 1°, 2° e 3° Art. 17. Os arts. 1°, 2° e 3°
da Lei nº 12.431, de 24 deda Lei nº 12.431, de 24 de
junho de 2011, passam ajunho de 2011, passam a
vigorar com as seguintesvigorar com as seguintes

	alterações: alterações:
Art. 1º Fica reduzida a 0	Art. 1º Fica reduzida a zero "Art. 1º Fica reduzida a 0" Art. 1º Fica reduzida a 0
(zero) a alíquota do imposto	a alíquota do imposto sobre(zero) a alíquota do imposto(zero) a alíquota do imposto
sobre a renda incidente	a renda incidente sobre ossobre a renda incidente sobre a renda incidente
sobre os rendimentos	rendimentos definidos nos sobre os rendimentos os rendimentos
definidos nos termos	termos alínea "a" do § 2º do definidos nos termos da definidos nos termos da
da <u>alínea "a" do § 2º do art.</u>	art. 81 da Lei nº 8.981, dealínea a do § 2º do art. 81 da línea a do § 2º do art. 81 da
81 da Lei nº 8.981, de 20 de	20 de janeiro de 1995, Lei nº 8.981, de 20 de Lei nº 8.981, de 20 de
janeiro de 1995, produzidos	quando pagos, creditados, janeiro de 1995, quando janeiro de 1995, quando
por títulos ou valores	entregues ou remetidos apagos, creditados, entregues pagos, creditados, entregues
mobiliários adquiridos a	beneficiário residente ouou remetidos a beneficiário u remetidos a beneficiário
partir de 1º de janeiro de	domiciliado no exterior, residente ou domiciliado no residente ou domiciliado no
2011, objeto de distribuição	exceto em país que não exterior, exceto em país que exterior, exceto em país que
pública, de emissão de	tribute a renda ou que anão tribute a renda ou que anão tribute a renda ou que a
pessoas jurídicas de direito	tribute à alíquota máxima tribute à alíquota máxima tribute à alíquota máxima
privado não classificadas	inferior a vinte por cento, inferior a 20% (vinte por inferior a 20% (vinte por
como instituições	produzidos por: (Redação cento), produzidos por: cento), produzidos por:
financeiras e	dada pela Medida Provisória
regulamentados pela	n° 601, de 2013, com vigência
Comissão de Valores	encerrada em 3 de junho de
Mobiliários ou pelo	2013)
Conselho Monetário	
Nacional, quando pagos,	
creditados, entregues ou	
remetidos a beneficiário	
residente ou domiciliado no	
exterior, exceto em país que	
não tribute a renda ou que a	
tribute à alíquota máxima	
inferior a 20% (vinte por	
cento).	
	I - títulos ou valores I - títulos ou valores I - títulos ou valores
	mobiliários adquiridos amobiliários adquiridos amobiliários adquiridos a
	partir de 1º de janeiro de partir de 1º de janeiro de janeiro de
	2011, objeto de distribuição 2011, objeto de distribuição 2011, objeto de distribuição
	pública, de emissão de pública, de emissão de pública, de emissão de

	pessoas jurídicas de direito pessoas jurídicas de direito pessoas jurídicas de direito privado não classificadas privado não classificadas como instituições como instituições como instituições financeiras; ou (Incluído financeiras; ou pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
	II - fundos de investimento II - fundos de investimento em direitos creditórios em direitos creditórios em direitos creditórios constituídos sob a forma de constituídos sob a forma de condomínio fechado, condomínio fechado, condomínio fechado, regulamentados pelaregulamentados pelaregulamentados pela Comissão de Valores Comissão de Valores Comissão de Valores Mobiliários - CVM, cujo Mobiliários - CVM, cujo Mobiliários - CVM, cujo originador ou cedente da originador ou cedente da carteira de direitos carteira instituição financeira. Instituição financeira. (Incluído pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
§ 1º Para fins do disposto no caput, os títulos ou valores mobiliários deverão ser remunerados por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial (TR), vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros pós-fixada, e ainda, cumulativamente, apresentar:	§ 1º Para fins do disposto no § 1º Para fins do disposto no inciso I do caput, os títulos inciso I do caput, os títulos ou valores mobiliários ou valores mobiliários ou valores mobiliários deverão ser remunerados deverão ser remunerados por taxa de juros pré-fixada, por taxa de juros pré-fixada, por taxa de juros pré-fixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial - TR, ou à Taxa Referencial - TR, vedada a pactuação total ou vedada a pactuação total ou vedada a pactuação total ou parcial de taxa de juros parcial de taxa de juros fixada, e ainda, pós-fixada, e ainda, pós-fixada, e ainda, cumulativamente, cumulativamente, apresentar: (Redação dada apresentar: apresentar: (Redação dada Provisória nº

	601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de
	2013)
I - prazo médio ponderado	I - prazo médio ponderado I - prazo médio ponderado I - prazo médio ponderado
superior a 4 (quatro) anos;	superior a 4 (quatro) anos; superior a 4 (quatro) anos; superior a 4 (quatro) anos;
superior a requario, anos,	(Redação dada pela Medida
	Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
II - vedação à recompra do	II - vedação à recompra do II - vedação à recompra do
título ou valor mobiliário	título ou valor mobiliário título ou valor mobiliário título ou valor mobiliário
pelo emissor ou parte a ele	pelo emissor ou parte a elepelo emissor ou parte a ele
relacionada nos 2 (dois)	relacionada nos 2 (dois) relacionada nos 2 (dois) relacionada nos 2 (dois)
primeiros anos após a sua	primeiros anos após a sua primeiros anos após a sua primeiros anos após a sua
emissão e à liquidação	emissão e à liquidação emissão e à liquidação emissão e à liquidação
antecipada por meio de	antecipada por meio de antecipada por meio de
resgate ou pré-pagamento,	resgate ou pré-pagamento, resgate ou pré-pagamento, resgate ou pré-pagamento,
salvo na forma a ser	salvo na forma a sersalvo na forma a sersalvo na forma a ser
regulamentada pelo	regulamentada pelo regulamentada pelo regulamentada pelo
Conselho Monetário	Conselho Monetário Conselho Monetário Conselho Monetário
Nacional; (Redação dada	Nacional; (Redação dada Nacional; Nacional;
pela Lei nº 12.715, de 17 de	pela Medida Provisória nº
setembro de 2012)	601, de 2013, com vigência
	encerrada em 3 de junho de 2013)
III - inexistência de	III - inexistência de III - inexistência de III - inexistência de
compromisso de revenda	compromisso de revenda compromisso de revenda
assumido pelo comprador;	assumido pelo comprador; assumido pelo comprador; assumido pelo comprador;
	(Redação dada pela Medida
	Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
IV - prazo de pagamento	IV - prazo de pagamento IV - prazo de pagamento
periódico de rendimentos, se	periódico de rendimentos, se periódico de rendimentos, se
existente, com intervalos de,	existente, com intervalos de, existente, com intervalos de, existente, com intervalos de,
no mínimo, 180 (cento e	no mínimo, 180 (cento eno mínimo, 180 (cento eno mínimo, 180 (cento e

oitenta) dias; (Redação dada oitenta) dias; oitenta) dias;
pela Medida Provisória nº
601, de 2013, com vigência
encerrada em 3 de junho de
2013)
V - comprovação de que oV - comprovação de que oV - comprovação de que o
título ou valor mobiliário título ou valor mobiliário título ou valor mobiliário
esteja registrado em sistema esteja registrado em sistema esteja registrado em sistema
de registro devidamente de registro devidamente de registro devidamente
autorizado pelo Bancoautorizado pelo Bancoautorizado pelo Banco
Central do Brasil ou pela Central do Brasil ou pela Central do Brasil ou pela
CVM, nas suas respectivas CVM, nas suas respectivas CVM, nas suas respectivas
áreas de competência; eáreas de competência; e áreas de competência; e
(Redação dada pela Medida
Provisória nº 601, de 2013,
com vigência encerrada em 3
de junho de 2013)
VI - procedimento VI - procedimento VI - procedimento
simplificado que demonstresimplificado que demonstresimplificado que demonstre
o compromisso de alocar os o compromisso de alocar os o compromisso de alocar os
recursos captados no recursos captados no recursos captados no
pagamento futuro ou nopagamento futuro ou nopagamento futuro ou no
reembolso de gastos, reembolso de gastos, reembolso de gastos,
despesas ou dívidas despesas ou dívidas despesas ou dívidas
relacionados aos projetos de relacionados aos projetos de relacionados aos projetos de
investimento, inclusive osinvestimento, inclusive osinvestimento, inclusive os
voltados à pesquisa, voltados à pesquisa, voltados à pesquisa,
desenvolvimento edesenvolvimento edesenvolvimento e
inovação. (Redação dada inovação. inovação.
pela Medida Provisória nº
601, de 2013, com vigência
encerrada em 3 de junho de
2013)
§ 1º-A Para fins do disposto § 1º-A Para fins do disposto § 1º-A Para fins do disposto
no inciso II do caput, ano inciso II do caput, ano inciso II do caput, a
rentabilidade esperada das rentabilidade esperada das rentabilidade esperada das

cotas de emissão dos fundos de investimento em direitos de investimento en direitos de investimento ser creditiono	
I - o fundo deve possuir I - o fundo deve possuir I - o fundo deve possuir prazo de duração mínimo deprazo de duração mínimo de prazo de duração mínimo de seis anos; (Redação dada6 (seis) anos; 6 (seis) anos; pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
II - vedação ao pagamento II - vedação ao pagamento II - vedação ao pagamento total ou parcial do principal das cotas nos dois primeiros das cotas nos 2 (dois) das cotas nos 2 (dois) anos a partir da data deprimeiros anos a partir daprimeiros anos a partir da encerramento da oferta data de encerramento dadata de encerramento da pública de distribuição de oferta pública de oferta pública de cotas constitutivas do distribuição de cotas distribuição de cotas patrimônio inicial do fundo, constitutivas do patrimônio constitutivas do patrimônio exceto nas hipóteses de inicial do fundo, exceto nas liquidação antecipada do hipóteses de liquidação hipóteses de liquidação fundo, previstas em seu antecipada do fundo, antecipada do fundo, regulamento; (Redação dada previstas em seu pr	

III - vedação à aquisição de III - vedação à aquisição de cotas pelo originador ou cotas pelo originador ou cedente ou por partes a eles relacionadas, exceto quando relacionadas, exceto quando relacionadas, exceto quando se tratar de cotas cuja classes e tratar de cotas cuja classes e subordine às demais para subordine-se às demais para subordine-se às demais para efeito de amortização eefeito de amortização e resgate; (Redação dada pela resgate; (Redação dada pela resgate; Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
IV - prazo de amortização IV - prazo de amortização IV - prazo de amortização parcial de cotas, inclusive as parcial de cotas, inclusive as parcial de cotas, inclusive as provenientes de rendimentos provenientes de rendimentos provenientes de rendimentos incorporados, caso incorporados, caso incorporados, caso existente, com intervalos de, existente, com intervalos de, no mínimo, cento e oitenta no mínimo, 180 (cento e no mínimo, 180 (cento e dias; (Redação dada pela oitenta) dias; oitenta) dias; Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
V - comprovação de que as V - comprovação de que as cotas estejam admitidas a cotas estejam admitidas a negociação em mercado negociação em mercado negociação em mercado organizado de valores organizado de valores organizado de valores mobiliários, ou registrados mobiliários ou registrados em sistema de registro em sistema de registro devidamente autorizado devidamente autorizado pelo Banco Central do pelo Banco Central do pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas Brasil ou pela CVM, nas suas respectivas áreas desuas respectivas áreas de competência; (Redação dada competência; (Redação dada competência; competência; pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	

VI - procedimento VI - procedimento VI - procedimento simplificado que demonstresimplificado que demonstre o objetivo de alocar oso objetivo de alocar oso objetivo de alocar oso objetivo de alocar oso recursos obtidos com arecursos obtidos com arecursos obtidos com a operação em projetos de operação em projetos de investimento, inclusive os investimento, inclusive os voltados à pesquisa, voltados à pesquisa, aovoltados à pesquisa, ao desenvolvimento edesenvolvimento e àdesenvolvimento e à inovação; e (Redação dadainovação; e inovação; e pela Medida Provisória no 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
VII - presença obrigatória no contrato de cessão, no no contrato de cessão, no no contrato de cessão, no regulamento e no prospecto, regulamento e no prospecto, se houver, na forma a serse houver, na forma a ser regulamentada pela CVM: regulamentada pela CVM:  (Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
a) do objetivo do projeto oua) do objetivo do projeto oua) do objetivo do projeto ou projetos beneficiados; projetos beneficiados; (Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
b) do prazo estimado para b) do prazo estimado para início e encerramento ou, início e encerramento ou, início e encerramento ou, para os projetos empara os projetos em para os projetos em andamento, a descrição da andamento, a descrição da fase em que se encontram e fase em que se encontram e fase em que se encontram e a estimativa do seua estimativa do seua estimativa do seua encerramento; (Redação encerramento; encerramento; dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência	

encerrada em 3 de junho de	
2013)	
c) do volume estimado dosc) do volume estimado dosc) do volume estimado dos recursos financeiros financeiros financeiros necessários para a realização necessários para a realizaçõo necessários para a realizaçõo necessários para a realizaçõo neces	
do projeto ou projetos não do projeto ou projetos não do projeto ou projetos não iniciados ou para a iniciados ou para a	
conclusão dos já iniciados; e conclusão dos já iniciados; e (Redação dada pela Medida	
Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	
d) do percentual que sed) do percentual que sed) do percentual que se estima captar com a venda estima captar com a venda dos direitos creditórios, dos direitos creditórios, dos direitos creditórios,	
frente às necessidades de frente às necessidades de recursos financeiros dos recursos financeiros dos projetos beneficiados, projetos beneficiados; projetos beneficiados;	
(Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3	
de junho de 2013)	
VIII - percentual mínimo de VIII - percentual mínimo de VIII - percentual mínimo de oitenta e cinco por cento de 85% (oitenta e cinco por 85% (oitenta e cinco por	
patrimônio líquido cento) de patrimônio líquido cento) de patrimônio líquido representado por direitos representado por di	
creditórios, e a parcela creditórios, e a parcela restante por títulos públicos restante por tít	
federais, operações federais, operações federais, operações compromissadas lastreadas compromissadas lastreadas em títulos públicos federaisem	
ou cotas de fundos de ou cotas de fundos de investimento que invistaminvestimento que invistamin	
em títulos públicos federais. em títulos públicos federais. (Redação dada pela Medida	
Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3	

	de junho de 2013)			
lº-A. Para fins do disposto	§ 1º-B Para fins do disposto § 1º-B Para fins do disposto § 1º-B Para fins do disposto			
no caput, os certificados de	no inciso I do caput, osno inciso I do caput, osno inciso I do caput, os			
recebíveis imobiliários	certificados de recebíveis certificados de recebíveis certificados de recebíveis			
deverão ser remunerados	imobiliários deverão serimobiliários deverão serimobiliários deverão ser			
por taxa de juros prefixada,	remunerados por taxa de remunerados por taxa de remunerados por taxa de			
vinculada a índice de preço	juros pré-fixada, vinculada ajuros pré-fixada, vinculada ajuros pré-fixada, vinculada a			
ou à Taxa Referencial - TR,	índice de preço ou à TR índice de preço ou à TR índice de preço ou à TR,			
vedada a pactuação total ou	vedada a pactuação total ouvedada a pactuação total ouvedada a pactuação total ou			
parcial de taxa de juros pós-	parcial de taxa de juros pós-parcial de taxa de juros parcial de taxa de juros			
fixada, e ainda,	fixada, e ainda pós-fixada, e ainda pós-fixada, e ainda,			
cumulativamente, apresentar	cumulativamente, apresentar cumulativamente, apresentar cumulativamente, apresentar			
os seguintes requisitos:	os seguintes requisitos: os seguintes requisitos:			
(Incluído pela Lei nº 12.715,	(Redação dada pela Medida			
de 17 de setembro de 2012)	Provisória nº 601, de 2013,			
	com vigência encerrada em 3			
	de junho de 2013)			
I - prazo médio ponderado	I - prazo médio ponderado I - prazo médio ponderado I - prazo médio ponderado			
superior a 4 (quatro) anos;	superior a quatro anos, nasuperior a 4 (quatro) anos, superior a 4 (quatro) anos,			
(Incluído pela Lei nº 12.715,	data de sua emissão; na data de sua emissão; na data de sua emissão;			
de 17 de setembro de 2012)	(Redação dada pela Medida			
	Provisória nº 601, de 2013,			
	com vigência encerrada em 3			
	de junho de 2013)			
II - vedação à recompra dos	II - vedação à recompra dos II - vedação à recompra dos II - vedação à recompra dos			
certificados de recebíveis	certificados de recebíveis certificados de recebíveis certificados de recebíveis			
imobiliários pelo emissor ou	imobiliários pelo emissor ou imobiliários pelo emissor ou imobiliários pelo emissor ou			
parte a ele relacionada e o	parte a ele relacionada e oparte a ele relacionada e oparte a ele relacionada e o			
cedente ou originador nos 2	cedente ou originador nos cedente ou originador nos 2 cedente ou originador nos 2			
(dois) primeiros anos após a	dois primeiros anos após a (dois) primeiros anos após a (dois) primeiros anos após a			
sua emissão e à liquidação	sua emissão e à liquidação sua emissão e à liquidação sua emissão e à liquidação			
antecipada por meio de	antecipada por meio de antecipada por meio de antecipada por meio de			
resgate ou pré-pagamento,	resgate ou pré-pagamento, resgate ou pré-pagamento, resgate ou pré-pagamento,			
salvo na forma a ser	salvo na forma a sersalvo na forma a sersalvo na forma a ser			
regulamentada pelo	regulamentada peloregulamentada peloregulamentada pelo			
Conselho Monetário	Conselho Monetário Conselho Monetário Conselho Monetário			

Nacional; (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	р 6 е	Nacional; (Redação dada ela Medida Provisória nº 01, de 2013, com vigência ncerrada em 3 de junho de 013)		Nacional;	
III - inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador; (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	c a c p 6 e	ompromisso de revenda	III - inexistência de compromisso de revenda assumido pelo comprador;	compromisso de revenda	
IV - prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias; (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	p e n d <b>N</b> 2	periódico de rendimentos, se xistente, com intervalos de,	periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e	IV - prazo de pagamento periódico de rendimentos, se existente, com intervalos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias;	
V - comprovação de que os certificados de recebíveis imobiliários estejam registrados em sistema de registro, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas de competência; e (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	c iii r r a a C d d d n e e	7 - comprovação de que os ertificados de recebíveis mobiliários estejam egistrados em sistema de egistro, devidamente utorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas le competência; e (Redação lada pela Medida Provisória 601, de 2013, com vigência ncerrada em 3 de junho de 013)	certificados de recebíveis imobiliários estejam registrados em sistema de registro, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas de competência; e	autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nas respectivas áreas de competência; e	
VI - procedimento simplificado que demonstre		/I - procedimento implificado que demonstre	<u> </u>	VI - procedimento simplificado que demonstre	

o compromisso de alocar os recursos captados no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados a projetos de investimento, inclusive os voltados à pesquisa, desenvolvimento e inovação. (Incluído pela Lei	o compromisso de alocar oso compromisso de alocar oso compromisso de alocar os recursos captados norecursos captados no pagamento futuro ou nopagamento futuro ou no pagamento futuro ou no reembolso de gastos, reembolso de gastos, despesas ou dívidas despesas ou dívidas despesas ou dívidas relacionados a projetos derelacionados a projetos de investimento, inclusive os investimento, inclusive os voltados à pesquisa, voltados à pesquisa, ao desenvolvimento e desenvolvimento e à desenvolvimento e à inovação. (Redação dadainovação.
nº 12.715, de 17 de setembro	pela Medida Provisória nº
de 2012)	601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
§ 1º-B. O procedimento	§ 1º-C O procedimento § 1°-C O procedimento § 1°-C O procedimento
simplificado previsto no	simplificado previsto nos simplificado previsto nos simplificado previsto nos
inciso VI dos §§ 1º e 1º-A	incisos VI dos §§ 1º, 1º -A eincisos VI dos §§ 1º, 1º-A eincisos VI dos §§ 1º, 1º-A e
deve demonstrar que os	1º -B deve demonstrar que los los deve demonstrar que os los deve demonstrar que os los los deve demonstrar que de los deve demonstrar que de los deve demonstrar que deve demonstrar que de
gastos, despesas ou dívidas	os gastos, despesas ou dívidas gastos, despesas ou dívidas
passíveis de reembolso	dívidas passíveis de reembolso passíveis de reembolso
ocorreram em prazo igual	reembolso ocorreram em ocorreram em prazo igual ocorreram em prazo igual
ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de	prazo igual ou inferior a ou inferior a 24 (vinte e vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro) meses da data de vinte e quatro meses da data quatro meses da data de vinte e quatro meses da data quatro meses da data de vinte e quatro meses da data da data de vinte e quatro meses da data de vinte e quatro meses da data da data de vinte e quatro meses
encerramento da oferta	de encerramento da ofertaencerramento da ofertaencerramento da oferta
pública. (Incluído pela Lei nº	pública. (Incluído pelapública. pública.
12.715, de 17 de setembro de	Medida Provisória nº 601, de
2012)	2013, com vigência encerrada
	em 3 de junho de 2013)
	§ 1º -D Para fins do disposto § 1º-D Para fins do disposto § 1º-D Para fins do disposto
	neste artigo, os fundos deneste artigo, os fundos de neste artigo, os fundos de
	investimento em direitos investimento em direitos investimento em direitos
	creditórios e os certificados creditórios e os certificados creditórios e os certificados
	de recebíveis imobiliários de recebíveis imobiliários de recebíveis imobiliários
	podem ser constituídos para podem ser constituídos para podem ser constituídos para
	adquirir recebíveis de umadquirir recebíveis de umadquirir recebíveis de um
	único cedente ou devedor ou único cedente ou devedor ou único cedente ou devedor ou

	de empresas pertencentes ao de empresas pertencentes ao de empresas pertencentes ao
	mesmo grupo econômico. mesmo grupo econômico. mesmo grupo econômico.
	(Incluído pela Medida
	Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
§ 2º O Conselho Monetário	§ 2º O Conselho Monetário § 2º O Conselho Monetário § 2º O Conselho Monetário
Nacional definirá a fórmula	Nacional definirá a fórmula Nacional definirá a fórmula Nacional definirá a fórmula
de cômputo do prazo médio	de cômputo do prazo médio de cômputo do prazo médio de cômputo do prazo médio
a que se refere o inciso I dos	a que se refere o inciso I dos que se refere o inciso I dos que se refere o inciso I dos
§§ 1º e 1º-A, bem como o	§§ 1º e 1º -B, e o §§ 1º e 1º-B, e o §§ 1º e 1º-B, e o
procedimento simplificado a	procedimento simplificado a procedimento simplificado a procedimento simplificado a
que se refere o inciso VI dos	que se referem os incisos VIque se referem os incisos VIque se referem os incisos VI
§§ 1º e 1º-A. (Redação dada	dos §§ 1º, 1º-A e 1º-B. dos §§ 1º, 1º-A e 1ºB. dos §§ 1º, 1º-A e 1ºB.
pela Lei n° 12.715, de 17 de	(Podação dada pola Modida
setembro de 2012)	Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
§ 4º O disposto neste artigo	§ 4°
aplica-se:	
aprica sc.	
TT ) 1 0 1 1	
II - às cotas de fundos de	II - às cotas de fundos de II - às cotas de fundos de II - às cotas de fundos de
investimento exclusivos	investimento exclusivos investimento exclusivos investimento exclusivos
para investidores não	para investidores não para investidores não para investidores não
residentes que possuam no	residentes que possuam no residentes que possuam no residentes que possuam no
mínimo 85% (oitenta e	mínimo oitenta e cinco por mínimo 85% (oitenta e mínimo 85% (oitenta e
cinco por cento) do valor do	cento do valor docinco por cento) do valor docinco por cento) do valor do
patrimônio líquido do fundo	patrimônio líquido do fundo patrimônio líquido do fundo patrimônio líquido do fundo
aplicado em títulos de que	aplicado em títulos de que aplicado em títulos de que aplicado em títulos de que
trata o caput. (Redação dada	trata o inciso I do caput trata o inciso I do caput. trata o inciso I do caput.
pela Lei nº 12.715, de 17 de	(Redação dada pela Medida
setembro de 2012)	Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
§ 4º-A. O percentual	§ 4º-A O percentual § 4º-A O percentual mínimo § 4º-A O percentual mínimo

	<del>,</del>	<del>-</del>	
mínimo a que se refere o inciso II poderá ser de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do valor do patrimônio líquido do fundo aplicado em títulos de que trata o caput, nos primeiros 2 (dois) anos a partir da data de encerramento da oferta pública de distribuição de cotas constitutivas do patrimônio inicial do fundo. (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	mínimo a que se refere oa que se refere o inciso II dinciso II do § 4º poderá ser § 4º poderá ser de, rede, no mínimo, sessenta emínimo, 67% (sessenta sete por cento do valor dosete por cento) do valor de patrimônio líquido do fundo patrimônio líquido do fundo patrimônio líquido do fundo patrimônio líquido do fundo aplicado em títulos de que aplicado em títulos de que trata o inciso I do caput no trata o inciso I do caput reprazo de dois anos, contado prazo de 2 (dois) ano da data de encerramento dacontado da data da primeiro ferta pública de integralização de cotas.  distribuição de cotas constitutivas do patrimônio inicial do fundo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	los 4º poderá ser de, no emínimo, 67% (sessenta e losete por cento) do valor do lopatrimônio líquido do fundo leaplicado em títulos de que lotrata o inciso I do caput no s, prazo de 2 (dois) anos,	
§ 8º Fica sujeito à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado na forma deste artigo não alocado no projeto de investimento, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB:	§ 8°	§ 8°	
II - o originador, no caso de certificados de recebíveis imobiliários. (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	II - o cedente, no caso de II - o cedente, no caso de certificados de recebíveis certificados de cotas de fundo de investimento em fundo de investimento em directos certificados de cotas de co		

§ 9º Os rendimentos		
produzidos pelos títulos ou		
valores mobiliários a que se		
refere este artigo sujeitam-se		
à alíquota reduzida de		
imposto de renda ainda que		
ocorra a hipótese prevista no		
§ 8º, sem prejuízo da multa		
nele estabelecida.		
nere estaberecida.		
	§ 10. Sem prejuízo do § 10. Sem prejuízo do	
	disposto no caput, os fundos disposto no caput, os fundos	
	soberanos de qualquer país soberanos de qualquer país	
	fazem jus à alíquotafazem jus à alíquota	
	reduzida atribuída aosreduzida atribuída aos	
	beneficiários residentes oubeneficiários residentes ou	
	domiciliados no exterior. domiciliados no exterior.	
	§ 11. Para fins do disposto § 11. Para fins do disposto	
	no § 10, classificam-seno § 10, classificam-se	
	como fundos soberanos oscomo fundos soberanos os	
	veículos de investimento noveículos de investimento no	
	exterior cujo patrimônio seja exterior cujo patrimônio seja	
	composto por recursos composto por recursos	
	provenientes provenientes	
	exclusivamente da poupança exclusivamente da poupança	
	soberana do país respectivosoberana do país respectivo	
	e que, adicionalmente, e que, adicionalmente,	
	cumpram os seguintescumpram os seguintes	
	requisitos: requisitos:	
	1 1	
	I - apresentem, em ambiente I - apresentem, em ambiente	
	de acesso público, uma de acesso público, uma	
	política de propósitos e depolítica de propósitos e de	
	investimento definida; investimento definida;	
	II - apresentem, em II - apresentem, em	
	ambiente de acesso público ambiente de acesso público	
	e em periodicidade, noe em periodicidade, no	

mínimo, anual, suas fontes mínimo, anual, suas fontes
de recursos; e de recursos; e
III - disponibilizem, em III - disponibilizem, em
ambiente de acesso público, ambiente de acesso público,
as regras de resgate dosas regras de resgate dos
recursos por parte dorecursos por parte do
governo."(NR) governo."(NR)
Art. 2º No caso de 'Art. 2º No caso de 'Art. 2º No caso de
debêntures emitidas por debêntures emitidas por debêntures emitidas por
sociedade de propósito sociedade de propósito sociedade de propósito
específico, constituída sob a específico, constituída sob a específico, constituída sob a
forma de sociedade porforma de sociedade por
ações, e de cotas de emissão ações, dos certificados de ações, dos certificados de
de fundo de investimento recebíveis imobiliários e de recebíveis imobiliários e de
em direitos creditórios cotas de emissão de fundo cotas de emissão de fundo
constituídos sob a forma dede investimento em direitos de investimento em direitos
condomínio fechado, creditórios, constituídos sob creditórios, constituídos sob
relacionados à captação de forma de condomínio forma de condomínio
recursos com vistas emfechado, relacionados à fechado, relacionados à
implementar projetos decaptação de recursos comcaptação de recursos com
investimento na área devistas em implementarvistas em implementar
infraestrutura, ou de projetos de investimento na projetos de investimento na
produção econômica área de infraestrutura, ou de área de infraestrutura, ou de
intensiva em pesquisa produção econômica produção econômica
desenvolvimento e intensiva em pesquisa, intensiva em pesquisa,
inovação, considerados desenvolvimento edesenvolvimento e
como prioritários na formalinovação, considerados inovação, considerados
regulamentada pelo Podercomo prioritários na formacomo prioritários na forma
Executivo federal, osregulamentada pelo Poderregulamentada pelo Poder
rendimentos auferidos por Executivo federal, os Executivo federal, os
pessoas físicas ou jurídicas rendimentos auferidos por endimentos auferidos por
residentes ou domiciliadas pessoas físicas ou jurídicas pessoas físicas ou jurídicas
no País sujeitam-se à residentes ou domiciliadas residentes ou domiciliadas
incidência do imposto sobreno País sujeitam-se à no País sujeitam-se à
a renda, exclusivamente na incidência do imposto sobre incidência do imposto sobre
fonte, às seguintes alíquotas: a renda, exclusivamente na renda, exclusivamente na

	(Padação dada pola Madidatanta às saguintes alíquetos: fonte às saguintes alíquetos:
	(Redação dada pela Medida fonte, às seguintes alíquotas: fonte, às seguintes alíquotas: Provisória nº 601, de 2013,
	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
	de James de 2010)
§ 1º O disposto neste artigo	§ 1º O disposto neste artigo§ 1º O disposto neste artigo§ 1º O disposto neste artigo
aplica-se somente aos ativos	aplica-se somente aos ativosaplica-se somente aos ativos
que atendam ao disposto nos	que atendam ao disposto nosque atendam ao disposto nosque atendam ao disposto nos
§§ 1°, 1°-B e 2° do art. 1°,	\$\\$ 1\cdot \\ 1\cdot \\ -\ A,  1\cdot \\ -\ B \\ \\ 2\cdot \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\ \\
emitidos entre a data da	
	art. 1º, emitidos entre a datado art. 1º, emitidos entre a do art. 1º, emitidos entre a
publicação da	da publicação da data da publicação da data da publicação da
regulamentação mencionada	regulamentação mencionada regulamentação regulamentação
no § 2º do art. 1º e a data de	no § 2º do art. 1º e a data de mencionada no § 2º do art. mencionada no § 2º do art.
31 de dezembro de 2015.	31 de dezembro de 2015.   1° e a data de 31 de 1° e a data de 31 de
(Redação dada pela Lei nº	(Redação dada pela Medida dezembro de 2015. dezembro de 2015.
12.715, de 17 de setembro de	Provisória nº 601, de 2013,
2012)	com vigência encerrada em 3
	de junho de 2013)
§ 1º-A. Fazem jus aos	§ 1°-A As debêntures objeto § 1°-A As debêntures objeto
benefícios dispostos	de distribuição pública, de distribuição pública, de distribuição pública,
no caput, respeitado o	emitidas por concessionária, emitidas por concessionária, emitidas por concessionária,
disposto no § 1º, as	permissionária, autorizatária permissionária, autorizatária permissionária, autorizatária
debêntures objeto de	ou arrendatária, constituídas ou arrendatária, constituídas ou arrendatária, constituídas
distribuição pública,	sob a forma de sociedadesob a forma de sociedadesob a forma de sociedade
emitidas por concessionária,	por ações, para captarpor ações, para captarpor ações, para captar
permissionária ou	recursos com vistas emrecursos com vistas emrecursos com vistas em
autorizatária de serviços	implementar projetos de implementar projetos de implementar projetos de
públicos, constituídas sob a	investimento na área de investimento na área de investimento na área de
forma de sociedade por	infraestrutura, ou deinfraestrutura ou deinfraestrutura ou de
ações, para captar recursos	produção econômica produção econômica produção econômica
com vistas em implementar	intensiva em pesquisa, intensiva em pesquisa, intensiva em pesquisa,
projetos de investimento na	desenvolvimento edesenvolvimento edesenvolvimento e
área de infraestrutura, ou de	inovação, considerados inovação, considerados inovação, considerados
produção econômica	como prioritários na formacomo prioritários na formacomo prioritários na forma
μ ,	
* * '	
intensiva em pesquisa, desenvolvimento e	regulamentada pelo Poder regulamentada pelo Poder Executivo federal também Executivo federal também

inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	fazem jus aos benefícios fazem jus aos benefícios fazem jus aos benefícios dispostos no caput, dispostos no caput, respeitado o disposto no §respeitado o disposto no §1°.  (Redação dada pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)
§ 5º O emissor que deixar de alocar, no todo ou em parte, os recursos captados nos projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação mencionados neste artigo durante o prazo previsto nos documentos da oferta, fica sujeito à multa equivalente a 20% (vinte por cento) do	§ 5º Ficam sujeitos à multa § 5º Ficam sujeitos à multa equivalente a vinte por equivalente a 20% (vinte equivalente a 20% (vinte cento do valor captado na por cento) do valor captado por cento) do valor captado forma deste artigo não na forma deste artigo não alocado no projeto de alocado no projeto de investimento, a ser aplicada investimento, a ser aplicada pela Secretaria da Receita pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Federal do B
valor não alocado no projeto de investimento, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB. (Redação dada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012)	I - o emissor dos títulos el - o emissor dos títulos e valores mobiliários; ou valores mobiliários; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)  II - o cedente, no caso del II - o cedente, no caso de fundos de investimento em certificados de recebíveis certificados de recebíveis direitos creditórios. imobiliários e fundos de (Incluído pela Medida investimento em direitos Provisória nº 601, de 2013, creditórios. com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)  II - o cedente, no caso del II - o cedente, no caso de fundos de recebíveis direitos creditórios. imobiliários e fundos de imobiliários e fundos de creditórios creditórios. creditórios. creditórios. creditórios. creditórios. creditórios. (NR)

Art. 3º As instituições		"Art. 3°	"Art. 3°	
autorizadas pela Comissão				
de Valores Mobiliários ao				
exercício da administração				
de carteira de títulos e				
valores mobiliários poderão				
constituir fundo de				
investimento, que disponha				
em seu regulamento que a				
aplicação de seus recursos				
nos ativos de que trata o art.				
2º não poderá ser inferior a				
85% (oitenta e cinco por				
cento) do valor do				
patrimônio líquido do				
fundo.				
Turido.				
§ lº-A. O percentual	8 10 A O parametral mínima	s 19 A O paraantual mínima	§ 1°-A O percentual mínimo	
§ lº-A. O percentual mínimo a que se refere			a que se refere o caput	
o caput poderá ser de, no			poderá ser de, no mínimo,	
mínimo, 67% (sessenta e	*	•	F	
sete por cento) do valor do	valor do patrimônio líquido		67% (sessenta e sete por cento) do valor do	
			cento) do valor do patrimônio líquido do fundo	
patrimônio líquido do fundo				
aplicado nos ativos nos 2	*		aplicado nos ativos no prazo	
(dois) primeiros anos a partir da data de			de 2 (dois) anos contado da	
ř	encerramento da oferta pública de distribuição de	1	data da primeira integralização de cotas.	
encerramento da oferta pública de distribuição de			integranzação de cotas.	
cotas constitutivas do	cotas constitutivas do patrimônio inicial do fundo			
patrimônio inicial do fundo.	ou, no caso de fundos	l e		
(Incluído pela Lei nº 12.715,	abertos, da data da primeira			
de 17 de setembro de 2012)	integralização de cotas.			
10 17 the section at 2012)	(Redação dada pela Medida			
	Provisória nº 601, de 2013			
	com vigência encerrada em 3			
	de junho de 2013)			
	/			

			1
§ 2º Os cotistas dispostos			
na alínea "b" do inciso I e			
no inciso II do §			
1º sujeitam-se à incidência			
do imposto sobre a renda			
exclusivamente na fonte.			
	§ 2°-A Para fins do disposto	§ 2°-A Para fins do disposto	
	neste artigo, consideram-se	neste artigo, consideram-se	
	rendimentos quaisquei	rendimentos quaisque	-
	valores que constituam	valores que constituam	
	remuneração do capital		
	aplicado, inclusive ganho de		
	capital auferido na alienação		
	*	de cotas.	
		§ 2°-B Não se aplica ao	
	fundo de investimento de		
	que trata o caput e ao fundo		
	de investimento em cota de		
		fundo de investimento de	
	que trata o § 1º a incidência	que trata o § 1º a incidência	4
	do imposto de renda na	do imposto de renda na	ų l
	fonte prevista no art. 3º da	fonte prevista no art. 3° da	
	Lei nº 10.892, de 13 de	Lei nº 10.892, de 13 de	
	iulho de 2004.	julho de 2004.	
§ 3º O não atendimento	1		
pelo fundo de investimento			
de que trata o caput ou pelo			
fundo de investimento em			
cota de fundo de			
investimento de que trata o			
§ 1º de qualquer das			
condições dispostas neste			
artigo implica a sua			
liquidação ou transformação			

em outra modalidade de	
fundo de investimento ou de	
fundo de investimento em	
cota de fundo de	
investimento, no que couber.	
§ 4º O fundo de	§ 4° O fundo de § 4° O fundo de
investimento de que trata o	investimento de que trata o investimento de que trata o
caput e o fundo de	caput e o fundo decaput e o fundo de
investimento em cota de	investimento em cota de investimento em cota de
fundo de investimento de	fundo de investimento de fundo de investimento de
que trata o § 1º terão prazo	que trata o § 1º terão prazoque trata o § 1º terão prazo
máximo de 180 (cento e	de até 180 (cento e oitenta) de até 180 (cento e oitenta)
oitenta) dias após a sua	dias contados da data dadias contados da data da
constituição para enquadrar-	primeira integralização de primeira integralização de
se no disposto neste artigo e	cotas para enquadrar-se ao cotas para enquadrar-se ao
de 90 (noventa) dias para	disposto no § 1°-A. disposto no § 1°-A.
promover eventual	
reenquadramento.	
§ 5º Os reenquadramentos	§ 5° Sem prejuízo do prazo § 5° Sem prejuízo do prazo
devem ser computados a	previsto no § 4°, não seprevisto no § 4°, não se
partir da data de apuração	aplica o disposto no § 1° se, aplica o disposto no § 1° se,
do descumprimento do	em um mesmo ano-em um mesmo ano-
disposto neste artigo.	calendário, a carteira do calendário, a carteira do
	fundo de investimento não fundo de investimento não
	cumprir as condições cumprir as condições
	estabelecidas neste artigo estabelecidas neste artigo
	por mais de 3 (três) vezes ou por mais de 3 (três) vezes ou
	por mais de 90 (noventa) por mais de 90 (noventa)
	dias, hipótese em que os dias, hipótese em que os
	rendimentos produzidos arendimentos produzidos a
	partir do dia imediatamente
	após a alteração da condição após a alteração da condição
	serão tributados na forma forma
	do § 6°. do § 6°.
	§ 5°-A Ocorrida a hipótese § 5°-A Ocorrida a hipótese

	prevista no § 5° e após prevista no § 5° e após	
	cumpridas as condições cumpridas as condições	
	estabelecidas neste artigo, estabelecidas neste artigo,	
	admitir-se-á o retorno ao admitir-se-á o retorno ao	
	enquadramento anterior a enquadramento anterior a	
	partir do 1º (primeiro) diapartir do 1º (primeiro) dia	
	do ano-calendário ano-calendário	
	subsequente. subsequente.	
§ 6 <sup>o</sup> Na hipótese de	"(NR)"(NR)	
liquidação ou transformação		
do fundo conforme previsto		
no § 3º, aplicar-se-ão aos		
rendimentos de que trata o §		
1º a alíquota de 15% (quinze		
por cento) para os cotistas		
dispostos na alínea "a" do		
inciso I e as alíquotas		
previstas nos incisos I a IV		
do caput do art. 1º da Lei		
nº 11.033, de 21 de		
dezembro de 2004, para os		
cotistas dispostos na alínea		
"b" do inciso I e no inciso		
II, não se aplicando a		
incidência exclusivamente		
na fonte para os cotistas do		
inciso II.		
	Art. 18. A comprovação de Art. 18. A comprovação de	
	regularidade quanto à regularidade quanto à	
	quitação de tributos federais quitação de tributos federais	
	e demais créditos inscritos demais créditos inscritos	
	em Dívida Ativa da União, em Dívida Ativa da União,	
	para fins de reconhecimento para fins de reconhecimento	
	de incentivos ou benefícios de incentivos ou benefícios	

	fiscais, é feita mediante fiscais, é feita mediante Certidão Negativa de Certidão Negativa de Débitos - CND ou de Certidão Positiva de Débito Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CND ENLOCATION
	CPD-EN válida.  Parágrafo único. AParágrafo único. A comprovação da existência de Certidão Negativa dede Certidão Negativa de Débitos - CND ou de Débitos - CND ou de Certidão Positiva de Débito Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - com Efeitos de Negativa - CPD-EN válida deve ser CPD-EN válida deve ser feita pela autoridade feita pela autoridade administrativa responsável pelo reconhecimento do incentivo ou beneficio de vinicentivo ou beneficio
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010	físcal.  Art. 19. A Lei nº 12.249, de Art. 19. A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes vigorar com as seguintes alterações:  alterações:
Art. 60. Ficam isentos do Imposto de Renda na fonte, de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2015, os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou demiciliado, por exterior	"Art. 60. Ficam isentos do Art. 60. Ficam isentos do Imposto de Renda na fonte, Imposto de Renda na fonte, de 1º de janeiro de 2011 atéde 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2015, os 31 de dezembro de 2015, os valores pagos, creditados, valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou demiciliado para pessoa física residente ou para pessoa física para pessoa físi
domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de	domiciliada no exterior, domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes de pessoas físicas residentes no País, em viagens de

turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais.  § 1º A isenção de que trata o caput deste artigo é sujeita ao limite global das remessas de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, sendo esse valor sujeito aos limites e condições a que se refere o § 3º.	turismo, negócios, serviço, turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais, até o limite global oficiais, até o limite global de R\$ 20.000,00 (vinte milde R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, nos termos, reais) ao mês, nos termos, limites e condições estabelecidos pelo Poder estabelecidos pelo Poder Executivo.  Executivo.  Executivo.
§ 2º Em relação às agências de viagem, o limite de que trata o § 1º passa a ser de, no máximo, R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao mês por passageiro, observado o disposto no § 3º.	§ 2º A partir de 1º de abril § 1º O limite global previsto § 1º O limite global previsto de 2013, em relação àsno caput não se aplica em operadoras e agências derelação às operadoras erelação às operadoras e viagem não se aplica oagências de viagem.  limite previsto no § 1º, desde que cadastradas no Ministério do Turismo e que as operações previstas nocaput sejam realizadas por intermédio de instituição financeira domiciliada no País. (Redação dada pela Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013)
§ 3º O Poder Executivo disporá sobre os limites, a quantidade de passageiros e as condições para utilização da isenção, conforme o tipo de gasto custeado.	§ 3º O Poder Executivo disporá sobre os limites e as condições para utilização do benefício. (Redação dada pela Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013)
§ 4º Salvo se atendidas as condições do art. 26, o disposto neste artigo não se	§ 4º O disposto neste artigo § 2º Salvo se atendidas as § 2º Salvo se atendidas as não se aplica ao caso decondições previstas no art. condições previstas no art. beneficiário residente ou 26, o disposto no caput não 26, o disposto no caput não

aplica ao caso de	domiciliado em país ouse aplica ao caso de aplica ao caso de	
beneficiário residente ou	dependência com tributação beneficiário residente ou beneficiário residente ou	
domiciliado em país ou	favorecida ou beneficiada domiciliado em país ou domiciliado em país ou	
dependência com tributação	por regime fiscal dependência com tributação dependência com tributação	
favorecida ou beneficiada	privilegiado, de que tratamfavorecida ou pessoa física favorecida ou pessoa física	
por regime fiscal	os arts. 24 e 24-A da Lei nºou jurídica submetida aou jurídica submetida a	
privilegiado, de que tratam	9.430, de 27 de dezembro deregime fiscal privilegiado, regime fiscal privilegiado,	
os arts. 24 e 24-A da Lei nº	1996. (Redação dada pelade que tratam os arts. 24 ede que tratam os arts. 24 e	
9.430, de 27 de dezembro de	Lei n° 12.810, de 15 de maio 24-A da Lei n° 9.430, de 2724-A da Lei n° 9.430, de 27	
1996.	de 2013) de dezembro de 1996. de dezembro de 1996.	
1330.	, as definite de 1990.	
	§ 3° As operadoras e § 3° As operadoras e	
	agências de viagem, na agências de viagem, na	
	hipótese de cumprimento de cumprimento	
	da ressalva constante do §da ressalva constante do §	
	2°, sujeitam-se ao limite de 2°, sujeitam-se ao limite de	
	R\$ 10.000,00 (dez mil reais) R\$ 10.000,00 (dez mil reais)	
	ao mês por passageiro, ao mês por passageiro,	
	obedecida a regulamentação obedecida a regulamentação	
	do Poder Executivo, quanto do Poder Executivo, quanto	
	a limites, quantidade de limites, quantidade de	
	passageiros e condições para passageiros e condições para	
	utilização da isenção du isenção da isenção,	
	conforme o tipo de gastoconforme o tipo de gasto	
	custeado. custeado.	
	§ 4° Para fins de § 4° Para fins de	
	cumprimento das condições cumprimento das condições	
	de isenção de que trata este de isenção de que trata este	
	artigo, as operadoras eartigo, as operadoras e	
	agências de viagem deverão agências de viagem deverão	
	ser cadastradas noser cadastradas no	
	Ministério do Turismo eMinistério do Turismo e	
	suas operações devem sersuas operações devem ser	
	realizadas por intermédio de realizadas por intermédio de	
	instituição financeira financeira	
	domiciliada no País."(NR) domiciliada no País."(NR)	

Art. 69. São remitidas as	"Art. 69. São remitidas as "Art. 69. (VETADO)."
dívidas decorrentes de	dívidas de operações
operações de crédito rural	originárias de crédito rural
renegociadas nas condições	relativas a empreendimentos
do art. 2º da Lei nº 11.322,	localizados na área de
de 13 de julho de 2006,	atuação da Superintendência
cujos saldos devedores na	de Desenvolvimento do
data de publicação desta	Nordeste - SUDENE,
Lei, atualizados pelos	contratadas por agricultores
encargos financeiros	familiares, mini, pequenos e
contratuais aplicáveis para a	médios produtores rurais,
situação de normalidade,	suas cooperativas ou
1	associações, até 31 de
excluídos os bônus, sejam	dezembro de 2006, de valor
de até R\$ 10.000,00 (dez	originalmente contratado até
mil reais), desde que as	
operações sejam:	R\$ 50.000,00 (cinquenta mil
	reais), em uma ou mais
	operações do mesmo
	mutuário, cujos saldos
	devedores na data de
	publicação desta Lei,
	atualizados pelos encargos
	financeiros contratuais
	aplicáveis para a situação de
	normalidade, excluídos os
	bônus, sejam de até R\$
	15.000,00 (quinze mil
	reais).
I - lastreadas em recursos do	I – (revogado); (VETADO)
Fundo Constitucional de	
Financiamento do Nordeste	
- FNE;	
II - lastreadas em recursos	II - (revogado); (VETADO)
mistos do FNE com outras	(TETADO)
fontes;	

	III – (revogado), (VETADO)	
III - lastreadas em outras	III – (revogado), (VETADO)	
fontes de crédito rural cujo		
risco seja da União; ou		
IV - contratadas no âmbito	IV – (revogado); (VETADO)	
do Programa Nacional de		
Fortalecimento da		
Agricultura Familiar -		
PRONAF.		
§ 1º Do valor de que trata	§ 1° Do valor de que trata o§ 1° Do valor de que trata o	
o caput deste artigo	caput deste artigo excluem-caput deste artigo excluem-	
excluem-se as multas.	se as multas. se as multas.	
§ 2º A remissão de que trata	§ 2° A remissão de que trata§ 2° A remissão de que trata	
este artigo também se aplica	este artigo também se aplicaeste artigo também se aplica	
às operações de crédito rural	às operações de crédito rural às operações de crédito rural	
que se enquadrem nas	em situação de situação de	
condições para renegociação	inadimplemento, não inadimplemento, não	
previstas no art. 2º da Lei nº	renegociadas desde à sua renegociadas desde à sua	
11.322, de 13 de julho de	contratação e cujo saldo contratação e cujo saldo	
2006, efetuadas com	devedor atualizado até adevedor atualizado até a	
recursos do FNE, ou com	data de publicação destadata de publicação desta	
recursos mistos do FNE	Lei, nas condições abaixoLei, nas condições abaixo	
com outras fontes, ou com	especificadas, seja inferior aespecificadas, seja inferior a	
recursos de outras fontes	R\$ 10.000,00 (dez mil R\$ 10.000,00 (dez mil	
efetuadas com risco da	reais): reais):	
União, ou ainda às		
operações contratadas no		
âmbito do Pronaf, cujos		
mutuários não as tenham		
renegociado nas condições		
ali estabelecidas e cujo		
saldo devedor atualizado até		
a data de publicação desta		
Lei, nas condições abaixo		
especificadas, seja inferior a		
R\$ 10.000,00 (dez mil		

reais):	
I - até 15 de janeiro de 2001,	I - até 15 de janeiro de 2001, I - até 15 de janeiro de 2001,
pelos encargos financeiros	pelos encargos financeiros pelos encargos financeiros
originalmente contratados,	originalmente contratados, originalmente contratados,
sem bônus e sem encargos	sem bônus e sem encargos em bônus e sem encargos
adicionais de	adicionais de de
inadimplemento;	inadimplemento; inadimplemento;
II - de 16 de janeiro de 2001	II - de 16 de janeiro de 2001 II - de 16 de janeiro de 2001
até a data de publicação	até a data de publicação até a data de publicação
desta Lei:	desta Lei: desta Lei:
a) para as operações	a) para as operaçõesa) para as operações
efetuadas no âmbito do	efetuadas no âmbito doefetuadas no âmbito do
Pronaf, taxa efetiva de juros	Pronaf, taxa efetiva de juros Pronaf, taxa efetiva de juros
de 3% a.a. (três por cento ao	de 3% a.a. (três por cento aode 3% a.a. (três por cento ao
ano);	ano); ano);
b) para as demais operações,	b) para as demais operações, b) para as demais operações,
pelos encargos financeiros	pelos encargos financeiros pelos encargos financeiros
previstos no art. 45 da Lei	previstos no art. 45 da Lei nº previstos no art. 45 da Lei nº
f	11.775, de 17 de setembro 11.775, de 17 de setembro
nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, para cada	de 2008, para cada período, de 2008, para cada período,
	sem encargos adicionais desem encargos adicionais de
período, sem encargos adicionais de	inadimplemento, observado inadimplemento, observado
inadimplemento, observado	o porte do mutuário. o porte do mutuário.
o porte do mutuário.	o porte do mutuario.
1	§ 3° Para fins de § 3° Para fins de
3 - 11-11 11-1	enquadramento na remissão enquadramento na remissão
enquadramento na remissão	de que trata este artigo, osde que trata este artigo, os
de que trata este artigo, os saldos devedores das	saldos devedores dassaldos devedores das
operações de crédito rural	operações de crédito rural operações de crédito rural
contratadas com	contratadas comcontratadas com
cooperativas, associações e	cooperativas, associações ecooperativas, associações e
condomínios de produtores	condomínios de produtores condomínios de produtores
rurais, inclusive as	rurais, inclusive asrurais, inclusive as
operações efetuadas na	operações efetuadas na efetuadas na
modalidade grupal ou	modalidade grupal oumodalidade grupal ou
inodandade grupai ou	modundade grapar ou

coletiva, serão apurados:	coletiva, serão apurados: coletiva, serão apurados:
I - por cédula-filha ou	I - por cédula-filha oul - por cédula-filha ou
instrumento de crédito	instrumento de crédito de crédito
individual firmado por	individual firmado porindividual firmado por
beneficiário final do crédito:	beneficiário final do crédito; beneficiário final do crédito;
II - no caso de operação que	II - no caso de operação que II - no caso de operação que
não tenha envolvido repasse	não tenha envolvido repassenão tenha envolvido repasse
de recursos a cooperados ou	de recursos a cooperados oude recursos a cooperados ou
associados, pelo resultado	associados, pelo resultado associados, pelo resultado
da divisão dos saldos	da divisão dos saldosda divisão dos saldos
devedores pelo número total	devedores pelo número totaldevedores pelo número total
de cooperados ou associados	de cooperados ou associados de cooperados ou associados
ativos da entidade;	ativos da entidade; ativos da entidade;
III - no caso de condomínios	III - no caso de condomínios III - no caso de condomínios
de produtores rurais, por	de produtores rurais, porde produtores rurais, por
participante identificado	participante identificadoparticipante identificado
pelo respectivo Cadastro de	pelo respectivo Cadastro depelo respectivo Cadastro de
Pessoa Física - CPF.	Pessoa Física - CPF Pessoa Física - CPF
excluindo-se cônjuges; ou	excluindo-se cônjuges; ou excluindo-se cônjuges; ou
IV - no caso de crédito	IV - no caso de crédito IV - no caso de crédito
grupal ou coletivo, por	grupal ou coletivo, por grupal ou coletivo, por
mutuário constante da	mutuário constante da mutuário constante da
cédula de crédito.	cédula de crédito. cédula de crédito.
§ 4º O disposto no §	§ 4° O disposto neste artigo § 4° O disposto neste artigo
2º deste artigo aplica-se às	aplica-se ainda às seguintes aplica-se ainda às seguintes
operações ali enquadráveis	operações originárias de operações originárias de
renegociadas com base em	crédito rural: crédito rural:
outros instrumentos legais,	
mantida a vedação prevista	
no § 8° do art. 2° da Lei no	
11.322, de 13 de julho de	
2006.	
	I - renegociadas ao amparo I - renegociadas ao amparo
	dos §§ 3° e 6° do art. 5° dados §§ 3° e 6° do art. 5° da
	Lei nº 9.138, de 29 de Lei nº 9.138, de 29 de

	1 1 1005
	novembro de 1995; novembro de 1995;
	II - desoneradas de risco II - desoneradas de risco
	pela União por força dapela União por força da
	Medida Provisória n° 2.196-Medida Provisória n° 2.196-
	3, de 24 de agosto de 2001; 3, de 24 de agosto de 2001;
	III - inscritas em Dívida III - inscritas em Dívida
	Ativa da União — DAU eAtiva da União — DAU e
	em cobrança pela <mark>em cobrança pela</mark>
	Procuradoria-Geral da Procuradoria-Geral da
	Fazenda Nacional — PGFN, Fazenda Nacional — PGFN,
	cujo saldo devedor deve sercujo saldo devedor deve ser
	apurado nos termos do art. apurado nos termos do art.
	5° da Medida Provisória nº 5° da Medida Provisória nº
	2.196-3, de 2001; <u>2.196-3, de 2001;</u>
	IV - em cobrança pela IV - em cobrança pela
	Procuradoria-Geral da Procuradoria-Geral da
	República/Advocacia-Geral República/Advocacia-Geral
	da União. da União.
§ 5º A remissão de que trata	§ 5° A remissão de que trata§ 5° A remissão de que trata
este artigo abrange somente	este artigo abrange somente este artigo abrange somente
o saldo devedor, sendo que	o saldo devedor, sendo que o saldo devedor, sendo que
em nenhuma hipótese	em nenhuma hipóteseem nenhuma hipótese
haverá devolução de valores	haverá devolução de valores devolução de valores
a mutuários.	a mutuários. a mutuários.
§ 6º É o FNE autorizado a	§ 6° É o FNE autorizado a§ 6° É o FNE autorizado a
assumir os ônus decorrentes	assumir os ônus decorrentes assumir os ônus decorrentes
das disposições deste artigo	das disposições deste artigodas disposições deste artigo
referentes às operações	referentes às operações referentes às operações
lastreadas em seus recursos	lastreadas em seus recursos lastreadas em seus recursos
e às operações lastreadas em	e às operações lastreadas eme às operações lastreadas em
recursos mistos do FNE	recursos mistos do FNErecursos mistos do FNE
com outras fontes.	com outras fontes. com outras fontes.
§ 7º É a União autorizada a	§ 7° É a União autorizada a§ 7° É a União autorizada a
assumir os ônus decorrentes	assumir os ônus decorrentes assumir os ônus decorrentes
das disposições deste artigo	das disposições deste artigodas disposições deste artigo
uas disposições deste artigo	aus disposições deste dirigonas disposições deste dirigo

referentes às operações	referentes às operações referentes às operações	
efetuadas com recursos de	efetuadas com recursos de efetuadas com recursos de	
outras fontes no âmbito do	outras fontes, outras fontes, outras fontes	
Pronaf e às demais	no âmbito do Pronaf e àsno âmbito do Pronaf e às	
operações efetuadas com	demais operações efetuadas demais operações efetuadas	
risco da União.	com risco da União oucom risco da União ou	
	desoneradas de risco pela desoneradas de risco pela	
	União. União.	
§ 8º É o Poder Executivo	§ 8° É o Poder Executivo § 8° É o Poder Executivo	
autorizado a definir a	autorizado a definir aautorizado a definir a	
metodologia e as demais	metodologia e as demais metodologia e as demais	
condições para ressarcir às	condições para ressarcir às condições para ressarcir às	
instituições financeiras	instituições financeiras financeiras	
públicas federais os custos	públicas federais os custos públicas federais os custos	
da remissão e dos rebates	da remissão e dos rebates	
definidos neste artigo para	definidos neste artigo para definidos neste artigo para	
as operações ou parcelas das	as operações ou parcelas das operações ou parcelas das	
operações efetuadas com	operações efetuadas comoperações efetuadas com	
risco da instituição	risco da instituição da instituição	
financeira, observado o	financeira, observado ofinanceira, observado o	
disposto nos §§ 6º e 7º.	disposto nos §§ 6° edisposto nos §§ 6° e	
	7°."(NR) 7°."(NR)	
	<b>Art. 20.</b> Os arts. 6°, 73 e 74 <b>Art. 20.</b> Os arts. 6°, 73 e 74	
Lei nº 9.430, de 27 de	da Lei nº 9.430, de 27 de da Lei nº 9.430, de 27 de	
dezembro de 1996	dezembro de 1996, passam adezembro de 1996, passam a	
dezembro de 1990	vigorar com as seguintes vigorar com as seguintes	
	alterações: alterações:	
Art. 6° O imposto devido,	"Art. 6°" "Art. 6°	
apurado na forma do art. 2°,		
deverá ser pago até o último		
dia útil do mês subseqüente		
àquele a que se referir.		
§ 1° O saldo do imposto	§ 1° O saldo do imposto § 1° O saldo do imposto	
apurado em 31 de dezembro	apurado em 31 de dezembro apurado em 31 de dezembro	
será:	receberá o seguinte	

	k
	tratamento: tratamento:
I - pago em quota única, até	I - se positivo, será pago em I - se positivo, será pago em
o último dia útil do mês de	quota única, até o último diaquota única, até o último dia
março do ano subsequente,	útil do mês de março do ano útil do mês de março do ano
se positivo, observado o	subsequente, observado osubsequente, observado o
disposto no § 2°;	disposto no § 2°; ou disposto no § 2°; ou
II - compensado com o	II - se negativo, poderá serII - se negativo, poderá ser
imposto a ser pago a partir	objeto de restituição ou deobjeto de restituição ou de
do mês de abril do ano	compensação nos termos do compensação nos termos do
subsequente, se negativo,	art. 74.
assegurada a alternativa de	" (NR)
requerer, após a entrega da	
declaração de rendimentos,	
a restituição do montante	
pago a maior.	
Art. 73. Para efeito do	"Art. 73. A restituição e o Art. 73. A restituição e o
disposto no art. 7° do	ressarcimento de tributos ressarcimento de tributos
Decreto-lei nº 2.287, de 23	administrados pela
de julho de 1986, a	Secretaria da ReceitaSecretaria da Receita
utilização dos créditos do	Federal do Brasil ou aFederal do Brasil ou a
contribuinte e a quitação de	restituição de pagamentos restituição de pagamentos
seus débitos serão efetuadas	efetuados mediante DARF e efetuados mediante DARF e
em procedimentos internos à	GPS cuja receita não sejaGPS cuja receita não seja
Secretaria da Receita	administrada pela Secretaria dministrada pela Secretaria
Federal, observado o	da Receita Federal do Brasilda Receita Federal do Brasil
seguinte:	será efetuada depois deserá efetuada depois de
seguinte.	verificada a ausência deverificada a ausência de
	débitos em nome do sujeito débitos em nome do sujeito
	passivo credor perante apassivo credor perante a
	Fazenda Nacional.  Fazenda Nacional.
T 1 1 4 1	
I - o valor bruto da	I – (revogado); I – (revogado);
restituição ou do	
ressarcimento será debitado	
à conta do tributo ou da	

	ī	
contribuição a que se referir;		
II - a parcela utilizada para a	II – (revogado).	II – (revogado).
quitação de débitos do		
contribuinte ou responsável		
será creditada à conta do		
respectivo tributo ou da		
respectiva contribuição.		
	Dívida Ativa da União, os créditos serão utilizados para quitação desses	débitos, não parcelados ou parcelados sem garantia, inclusive inscritos em Dívida Ativa da União, os créditos serão utilizados
	seguinte:	seguinte:
	ressarcimento será debitado à conta do tributo a que se	restituição ou do ressarcimento será debitado
		quitação de débitos do contribuinte ou responsável será creditada à conta do respectivo tributo."(NR)
Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de	"Art. 74	"Art. 74
restituição ou de ressarcimento, poderá		

utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.	
§ 17. Aplica-se a multa prevista no § 15, também, sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo.	
	§ 18. No caso de apresentação de apresentação de manifestação de manifestação de inconformidade contra a não inconformidade contra a não homologação da homologação da compensação, fica suspensa compensação, fica suspensa a exigibilidade da multa de oficio de que trata o § 17, ainda que não impugnada ainda que não impugnada essa exigência, essa exigência, enquadrando-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional."(NR) Tributário Nacional."(NR)
Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002	Art. 21. O art. 19 da Lei nº Art. 21. O art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 19. Fica a Procuradoria-	'Art. 19 'Art. 19

Geral da Fazenda Nacional	
autorizada a não contestar, a	
não interpor recurso ou a	
desistir do que tenha sido	
interposto, desde que	
inexista outro fundamento	
relevante, na hipótese de a	
decisão versar sobre:	
II - matérias que, em virtude	II - matérias que, em virtude II - matérias que, em virtude
de jurisprudência pacífica	de jurisprudência pacíficade jurisprudência pacífica
do Supremo Tribunal	do Supremo Tribunal do Supremo Tribunal
Federal, ou do Superior	Federal, do Superior Federal, do Superior
Tribunal de Justiça, sejam	Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça, do
objeto de ato declaratório do	Tribunal Superior do Tribunal Superior do
Procurador-Geral da	Trabalho e do Tribunal Trabalho e do Tribunal
Fazenda Nacional, aprovado	Superior Eleitoral, sejamSuperior Eleitoral, sejam
pelo Ministro de Estado da	objeto de ato declaratório do objeto de ato declaratório do
Fazenda.	Procurador-Geral da Procurador-Geral da
II - matérias que, em virtude	Fazenda Nacional, aprovado Fazenda Nacional, aprovado
de jurisprudência pacífica	pelo Ministro de Estado dapelo Ministro de Estado da
do Supremo Tribunal	Fazenda; Fazenda;
Federal, do Superior	
Tribunal de Justiça, do	
Tribunal Superior do	
Trabalho, do Tribunal	
Superior Eleitoral ou da	
Turma Nacional de	
Uniformização de	
Jurisprudência, sejam objeto	
de ato declaratório do	
Procurador-Geral da	
Fazenda Nacional, aprovado	
pelo Ministro de Estado da	
Fazenda; (Redação dada pela	
Lei n° 12.788, de 14 de	

janeiro de 2013 – VETADO)	
III - matérias decididas de	
modo desfavorável à	IV - matérias decididas de IV - matérias decididas de
Fazenda Nacional pelo	modo desfavorável àmodo desfavorável à
Supremo Tribunal Federal	Fazenda Nacional pelo Fazenda Nacional pelo
ou pelo Superior Tribunal de	Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal,
Justiça, em sede de	em sede de julgamentoem sede de julgamento
julgamento realizado nos	realizado nos termos do art.realizado nos termos do art.
termos dos arts. 543-B e	543-B da Lei n° 5.869, de 11543-B da Lei n° 5.869, de 11
543-C da Lei nº 5.869, de 11	de janeiro de 1973 - Código de janeiro de 1973 - Código
de janeiro de 1973 - Código	de Processo Civil; de Processo Civil;
de Processo Civil."	V - matérias decididas de V - matérias decididas de
(Redação dada pela Lei nº	modo desfavorável àmodo desfavorável à
12.788, de 14 de janeiro de	Fazenda Nacional pelo Fazenda Nacional pelo
2013 – VETADO)	Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça,
	em sede de julgamentoem sede de julgamento
	realizado nos termos dos art. realizado nos termos dos art.
	543-C da Lei n° 5.869, de 11543-C da Lei n° 5.869, de 11
	de janeiro de 1973 - Código de janeiro de 1973 - Código
	de Processo Civil, com <u>de Processo Civil,</u> com
	exceção daquelas que aindaexceção daquelas que ainda
	possam ser objeto depossam ser objeto de
	apreciação pelo Supremoapreciação pelo Supremo
	Tribunal Federal. Tribunal Federal.
§ 1º Nas matérias de que	§ 1º Nas matérias de que § 1º Nas matérias de que
trata este artigo, o	trata este artigo, otrata este artigo, o
Procurador da Fazenda	Procurador da Fazenda Procurador da Fazenda
Nacional que atuar no feito	Nacional que atuar no feito Nacional que atuar no feito
deverá, expressamente,	deverá, expressamente: deverá, expressamente:
reconhecer a procedência do	I - reconhecer a procedêncial - reconhecer a procedência
pedido, quando citado para	do pedido, quando citado pedido, quando citado
apresentar resposta, hipótese	para apresentar resposta, para apresentar resposta,
em que não haverá	inclusive em embargos à inclusive em embargos à
condenação em honorários,	execução fiscal e exceções execução fiscal e exceções
ou manifestar o seu	de pré-executividade, de pré-executividade,

desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão	hipóteses em que não haverá hipóteses em que não haverá condenação em honorários; condenação em honorários;
judicial.	ou ou
	II - manifestar o seu II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão quando intimado da decisão judicial.
§ 4º A Secretaria da Receita	§ 4º A Secretaria da Receita 4º A Secretaria da Receita
Federal não constituirá os	Federal do Brasil não Federal do Brasil não
créditos tributários relativos	constituirá os créditosconstituirá os créditos
às matérias de que trata o	tributários relativos àstributários relativos às
inciso II do caput deste	matérias de que tratam os matérias de que tratam os
artigo.	incisos II, IV e V do caput, incisos II, IV e V do caput,
	após manifestação da manifestação da
	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos casosFazenda Nacional nos casos
	dos incisos IV e V do caput. dos incisos IV e V do caput.
§ 6º As unidades da	§ 5° As unidades da§ 5° As unidades da
Secretaria da Receita	Secretaria da Receita da Receita
Federal do Brasil deverão	Federal do Brasil deverão Federal do Brasil deverão
reproduzir, em suas decisões	reproduzir, em suas decisões reproduzir, em suas decisões
sobre as matérias a que se refere o caput, o	sobre as matérias a que sesobre as matérias a que se refere o caput, orefere o caput, o
refere o caput, o entendimento adotado nas	refere o caput, orefere o caput, o entendimento adotado nasentendimento adotado nas
decisões definitivas de	decisões definitivas dedecisões definitivas de
mérito que versem sobre as	mérito, que versem sobre
mesmas matérias.	essas matérias, apósessas matérias, após
(Redação dada pela Lei nº	manifestação da manifestação da
12.788, de 14 de janeiro de	Procuradoria-Geral da Procuradoria-Geral da
2013 – VETADO)	Fazenda Nacional nos casos Fazenda Nacional nos casos
	dos incisos IV e V do caput. dos incisos IV e V do caput.
§ 5º Na hipótese de créditos	§ 7º Na hipótese de créditos
tributários já constituídos, a	tributários já constituídos, atributários já constituídos, a

autoridade lançadora deverá	autoridade lançadora deveráautoridade lançadora deve	rá
rever de ofício o	rever de oficio orever de oficio	o
lançamento, para efeito de	lançamento, para efeito delançamento, para efeito de	le
alterar total ou parcialmente	alterar total ou parcialmentealterar total ou parcialmen	
o crédito tributário,	o crédito tributário, o crédito tributári	
conforme o caso.	conforme o caso, apósconforme o caso, apo	1
comornic o caso.		la
		la
	Fazenda Nacional nos casos Fazenda Nacional nos casos	
	dos incisos IV e V dodos incisos IV e V d	.0
	caput."(NR) caput."(NR)	
	Art. 22. O art. 6° da Lei n° Art. 22. O art. 6° da Lei	
Lei n° 8.218, de 29 de	8.218, de 29 de agosto de 8.218, de 29 de agosto de	le
agosto de 1991	1991, passa a vigorar com a 1991, passa a vigorar com	a
	seguinte redação: seguinte redação:	
Art. 6º Ao sujeito passivo	"Art. 6°" "Art. 6°	
que, notificado, efetuar o		
pagamento, a compensação		
ou o parcelamento dos		
tributos administrados pela		
Secretaria da Receita		
Federal do Brasil, inclusive		
das contribuições sociais		
previstas nas		
alíneas a, b e c do parágrafo		
único do art. 11 da Lei		
nº 8.212, de 24 de julho de		
1991, das contribuições		
instituídas a título de		
substituição e das		
contribuições devidas a		
terceiros, assim entendidas		
outras entidades e fundos,		
será concedido redução da		
multa de lançamento de		
_		
oficio nos seguintes		

percentuais:  \$ 2º A rescisão do parcelamento, motivada pelo descumprimento das normas que o regulam, implicará restabelecimento				
do montante da multa proporcionalmente ao valor da receita não satisfeita e que exceder o valor obtido com a garantia apresentada.				
		aplica-se também às penalidades aplicadas	§ 3° O disposto no caput aplica-se também às penalidades aplicadas isoladamente."(NR)	
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003		10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar	Art. 23. O art. 62 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 62. O regime de entreposto aduaneiro de que tratam os arts. 9° e 10 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, com a redação dada pelo art. 69 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, poderá, mediante autorização da Secretaria da Receita Federal, observados os requisitos e condições estabelecidos na legislação específica, ser também operado em:		"Art. 62	"Art. 62	

I - instalações portuárias de	I – instalações portuárias – instalações portuárias
uso privativo misto,	previstas no inciso III do art. previstas no inciso III do art.
previstas na alínea b do	2° da Lei n° 12.815, de 5 de 2° da <u>Lei n° 12.815, de 5 de</u>
inciso II do § 2º do art. 4º da	junho de 2013; j <u>unho de 2013</u> ;
Lei nº 8.630, de 25 de	
fevereiro de 1993; e	
II - plataformas destinadas à	II – bens destinados à II – bens destinados à
pesquisa e lavra de jazidas	pesquisa e lavra de jazidas pesquisa e lavra de jazidas
de petróleo e gás natural em	de petróleo e gás natural em de petróleo e gás natural em
construção ou conversão no	construção ou conversão no construção ou conversão no
País, contratadas por	País, contratados por País, contratados por
empresas sediadas no	empresas sediadas no empresas sediadas no
exterior.	exterior e relacionados emexterior e relacionados em
	ato do Poder Executivo. ato do Poder Executivo.
Parágrafo único. No caso do	Parágrafo único. No caso do Parágrafo único. No caso do
inciso II, o beneficiário do	inciso II, o beneficiário doinciso II, o beneficiário do
regime será o contratado	regime será o contratado egime será o contratado
pela empresa sediada no	pela empresa sediada nopela empresa sediada no
exterior e o regime poderá	exterior e o regime poderá exterior e o regime poderá
ser operado também em	ser operado também emser operado também em
estaleiros navais ou em	estaleiros navais ou emestaleiros navais ou em
outras instalações industriais	outras instalaçõesoutras instalações
localizadas à beira-mar,	industriais, destinadas à industriais, destinadas à
destinadas à construção de	construção dos bens de queconstrução dos bens de que
estruturas marítimas,	trata aquele inciso."(NR) trata aquele inciso."(NR)
plataformas de petróleo e	
módulos para plataformas.	
Thousand para pramiorinas.	Art. 24. A alínea a do inciso Art. 24. A alínea a do inciso
	II do § 1° do art. 10 da Lei II do § 1° do art. 10 da Lei
Lei nº 9.393, de 19 de	
dezembro de 1996	nº 9.393, de 19 de dezembro
	de 1996, passa a vigorarde 1996, passa a vigorar
	com a seguinte redação: com a seguinte redação:
Art. 10. A apuração e o	'Art. 10
pagamento do ITR serão	
efetuados pelo contribuinte,	

		Ī		
independentemente de				
prévio procedimento da				
administração tributária, nos				
prazos e condições				
estabelecidos pela Secretaria				
da Receita Federal,				
sujeitando-se a				
homologação posterior.				
§ 1º Para os efeitos de	9	§1°	£ 10	
apuração do ITR,	3	31	§1°	
considerar-se-á:	•		••••••	
considerar-se-a.				
II - área tributável, a área		I	II	
total do imóvel, menos as				
áreas:				
a) de preservação	į	a) de preservação	a) de preservação	
permanente e de reserva		permanente e de reserva	permanente e de reserva	
legal, previstas na Lei nº	]	egal, previstas na Lei nº	legal, previstas na <u>Lei nº</u>	
4.771, de 15 de setembro de	-	12.651, de 25 de maio de	12.651, de 25 de maio de	
1965, com a redação dada			2012;	
pela Lei nº 7.803, de 18 de		"(NR)	"(NR)	
julho de 1989;		(1,12)	(2 (22)	
[				
		Art. 25. A alteração	Art. 25. A alteração	
			promovida pelo art. 24	
			aplica-se aos fatos geradores	
			ocorridos a partir de 1º de	
			janeiro de 2013.	
	<u>'</u>		,	
I -:0 12 702 1 11 1			<b>Art. 26.</b> A Lei nº 12.783, de	
Lei nº 12.783, de 11 de			11 de janeiro de 2013, passa	
janeiro de 2013			a vigorar com as seguintes	
			alterações:	
Art. 8º As concessões de	6	'Art. 8°	"Art. 8°	
geração, transmissão e	-			
distribuição de energia				

elétrica que não forem prorrogadas, nos termos desta Lei, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos.  S 3º Aplica-se o disposto nos §§ 1º ao 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de tistribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero§ 4º Ficam reduzidas a zero sa saliquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuiç	olátrica que não foram		
desta Lei, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos.  \$\frac{3^{\text{o}}}{3}\text{ Aplica-se o disposto nos \frac{\text{\$\frac{1}{8}}}{8}\text{ "so 6" do art. 1" às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo finico do art. 6", às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7", às concessões de distribuição.  \$\frac{4^{\text{o}}}{1}\text{ Ficam reduzidas a zero \frac{\text{\$\frac{4}{9}}}{2}\text{ Ficam reduzidas a zero \frac{\text{\$\frac{4}{9}}}{2} Acontribuição para o PIS/Pasep e da Ontribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição par	1		
modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos.  \$\frac{3^{\text{optimes}}}{3^{\text{optimes}}}\$ por até 30 (trinta) anos.  \$\frac{3^{\text{optimes}}}{3^{\text{optimes}}}}\$ por até 30 (trinta) anos.  \$3^{\text{optime			
concorrência, por até 30 (trinta) anos.  § 3º Aplica-se o disposto nos § § 1º ao 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo (único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero as aliquotas da Contribuição para o PIS/Pase p e dapara o PIS/Pase p e dapara o PIS/Pase p e dapara o Contribuição para o CONTRIBUITO PARA DE PARA DE PARA DE PARA DE PARA DE PARA			
(trinta) anos.			
\$ 3° Aplica-se o disposto nos \$\\$ 1° ao 6° do art. 1° às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6°, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7°, às concessões de distribuição.  \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem o \$ 2°. (Incluidoreferem o \$ 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)	, <u> </u>		
§ 3º Aplica-se o disposto nos § 8 º ao 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuiçãos alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Seguridade Social - Seguridad	(trinta) anos.		
nos §§ 1º ao 6º do art. 1º às outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.   § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição p			
outorgas decorrentes de licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de tistribuição.  \$ 4º Ficam reduzidas a zero§ 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Seguridade Soc			
licitações de empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.   \$ 4º Ficam reduzidas a zero \$ 4º Ficam reduzidas a zero \$ 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Segurida	nos §§ 1º ao 6º do art. 1º às		
empreendimentos de geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6°, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7°, às concessões de distribuição.  \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Con	outorgas decorrentes de		
geração de que trata o caput, o disposto no parágrafo único do art. 6º, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero \$ 4º Ficam reduzidas a zero \$ 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Co	licitações de		
o disposto no parágrafo único do art. 6°, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7°, às concessões de distribuição.  § 4° Ficam reduzidas a zero§ 4° Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o C	empreendimentos de		
único do art. 6°, às concessões de transmissão, e o disposto no art. 7°, às concessões de distribuição.  \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero \$ 4° Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição par	geração de que trata o caput,		
concessões de transmissão, e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero \$ 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contr			
e o disposto no art. 7º, às concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as indenizações a que seindenizações a que seindenizações a que se referem o § 2º. (Incluídoreferem o § 2º. pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	único do art. 6º, às		
concessões de distribuição.  § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero sa alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição	concessões de transmissão,		
§ 4º Ficam reduzidas a zero § 4º Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Seguridade Social -Seguridade Social -Seguridade Social -Seguridade Social -COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que seindenizações a que se referem o § 2º. (Incluídoreferem o § 2º. referem o § 2º. pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	e o disposto no art. $7^{\circ}$ , às		
as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	concessões de distribuição.		
para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)		§ 4° Ficam reduzidas a zero§ 4° Ficam reduzidas a zero§ 4° Ficam reduzidas a zero	
para o PIS/PASEP e dapara o PIS/Pasep e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)		as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição as alíquotas da Contribuição	
Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o Financiamento da Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)			
Financiamento da Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que seindenizações a que seindenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. referem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)			
Seguridade Social -Seguridade Social -COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que seindenizações a que seindenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. referem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)			
COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que seindenizações a que seindenizações a que se referem o § 2°. (Incluído referem o § 2°. pela Medida Provisória n° 612, de 2013)			
indenizações a que seindenizações a que seindenizações a que se referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°. referem o § 2°. pela Medida Provisória nº 612, de 2013)			
referem o § 2°. (Incluídoreferem o § 2°.  pela Medida Provisória n° 612, de 2013)			
pela Medida Provisória nº 612, de 2013)			
		pela Medida Provisória nº	
		612, de 2013)	
§ 5° Ficam reduzidas a 0\sum 5º (VETADO)." (NR)		§ 5° Ficam reduzidas a 0\sumbers 5º (VETADO)." (NR)	
(zero) as alíquotas da		(zero) as alíquotas da	
contribuição para o		contribuição para o	
PIS/Pasep e da Contribuição		PIS/Pasep e da Contribuição	
para o Financiamento da		La contraction of the contractio	
Seguridade Social -			
COFINS incidentes sobre a		COFINS incidentes sobre a	

Art. 15. A tarifa ou receita de que trata esta Lei deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversiveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo.  \$ 8° O regulamento do poder concedente disporá sobre os prazos para envio das informações de que tratam os §\$ 6° e 7°.  \$ 9° Ficam reduzidas a zero \$ 9° Ficam reduzidas a 0 \$ 9° Ficam reduzidas a 0 a alíquotas da Contribuição/zero) as alíquotas da (zero) as alíquotas da para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social		receita bruta da venda no mercado interno de gás natural para uso veicular."(NR)
das informações de que tratam os §§ 6º e 7º.  § 9º Ficam reduzidas a zero § 9º Ficam reduzidas a 0 § 9º Ficam reduzidas a 0 as alíquotas da Contribuição (zero) as alíquotas da (zero) as alíquotas da para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição PIS/Pasep e da Contribuição Financiamento da para o Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem os §§ 1º e 2º referem os §§ 1º e 2º ."(NR) (Incluído pela Medida)	de que trata esta Lei deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo.	"Art. 15" "Art. 15
§ 9° Ficam reduzidas a zero § 9° Ficam reduzidas a 0 gero 9° Ficam reduzidas a 0 as alíquotas da Contribuição (zero) as alíquotas da para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição PIS/Pasep e da Contribuição Financiamento da para o Financiamento da Seguridade Social -Seguridade Social -Seguridade Social -Seguridade Social -COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem os §§ 1° e 2° referem os §§ 1° e 2°."(NR) (Incluído pela Medida	das informações de que	
Art. 27. A Lei nº 12.783, de Art. 27. A Lei nº 12.783, de		as alíquotas da Contribuição (zero) as alíquotas da (zero) as alíquotas da para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Contribuição para o Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição PIS/Pasep e da Contribuição Financiamento da para o Financiamento da Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as COFINS incidentes sobre as indenizações a que se indenizações a que se referem os §§ 1° e 2° referem

	11 de janeiro de 2013, passa a vigorar acrescida do vigorar acrescida do seguinte art. 26-A: seguinte art. 26-A:	
Art. 26. Ficam convalidados todos os atos praticados na vigência da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.		
	Art. 26-A. As reduções de "Art. 26-A. As reduções de que tratam o § 4º do art. 8º que tratam o § 4º do art. 15 desta Lei, aplicadas às indenizações constantes dos arts. 21 da constantes dos arts. 21 da cujas obrigações de Medida Provisória nº 612, Medida Provisória nº 612, pagamento sejam assumidas de 4 de abril de 2013, serão de 4 de abril de 2013, serão pelo poder concedente emaplicadas às indenizações aplicadas às indenizações até cinco anos após a datacujas obrigações de de publicação desta Lei, pagamento sejam assumidas pagamento sejam assumidas alcançadas, inclusive, aspelo poder concedente empelo poder concedente em parcelas dessas indenizações até 5 (cinco) anos após a pagas depois do data de publicação desta data de publicação desta prazo. (Incluído pela Medida Lei, alcançadas, inclusive, Lei, alcançadas, inclusive, Provisória nº 612, de 2013) as parcelas dessas parcelas dessas indenizações pagas depois indenizações pag	
Art. 27. A Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:		
Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012  Art. 4º A União facultará às	Art. 28. A Lei nº 12.715, de Art. 28. A Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com as passa a vigorar com as seguintes alterações:  "Art. 4º	
rit. 1 /1 Omao facultara as	Δι. τ Διι. τ	

pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 2012 até o ano-calendário de 2015, e às pessoas jurídicas, a partir do ano-calendário de 2013 até o ano-calendário de 2016, na qualidade de incentivadoras, a opção de deduzirem do imposto sobre a renda os valores correspondentes às doações e aos patrocínios diretamente efetuados em prol de ações e serviços de que tratam os arts. 1º a 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições destinatárias a que se referem os arts. 2º e 3º.				
§ 6º As deduções de que trata este artigo:		§ 6°	§ 6°	
I - relativamente às pessoas físicas:		I	I	
d) ficam limitadas a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao programa de que trata o art. 1º, e a um por cento do imposto sobre a renda devido com relação ao	e) ficam limitadas a um pore) ficam limitadas a 1% (ume) ficam limitadas a 1% (um cento do imposto sobre apor cento) do imposto sobre por cento) do imposto sobre renda devido com relação ao a renda devido com relação a renda devido com relação programa de que trata o ao programa de que trata o 1°, e a um por cento doart. 1°, e a 1% (um porart. 1°, e a 1% (um por imposto sobre a renda cento) do imposto sobre a devido com relação ao renda devido co			
programa de que trata o art.	programa de que trata o art.	programa de que trata o art.	programa de que trata o art.	

3°; e (Incluído pela MPV n° 582, de 2012, mas não convertido em lei)	3°; e (Incluído pela Medida <sup>3</sup> °; e Provisória nº 612, de 2013)	3°; e
II - relativamente às pessoas	II	II
jurídicas tributadas com base no lucro real:		
base no fucto fear.		
c) ficam limitadas a um por	d) ficam limitadas a um pord) ficam limitadas a 1% (	umd) ficam limitadas a 1% (um
cento do imposto sobre a	cento do imposto sobre apor cento) do imposto so	
renda devido em cada	renda devido em cadaa renda devido em ca	
período de apuração	período de apuração período de apura	çãoperíodo de apuração
trimestral ou anual com	trimestral ou anual comtrimestral ou anual c	
relação ao programa de que	relação ao programa de que relação ao programa de o	
trata o art. 1°, e a um por	trata o art. 1°, e a um portrata o art. 1°, e a 1% (	
cento do imposto sobre a	cento do imposto sobre apor cento) do imposto so	
renda devido em cada período de apuração	renda devido em cada renda devido em cada período de apuração período de apuraçõe	
período de apuração trimestral ou anual com	período de apuração período de apura trimestral ou anual comtrimestral ou anual c	, k
relação ao programa de que	relação ao programa de querelação ao programa de o	
trata o art. 3°, observado em	trata o art. 3°, observado emtrata o art. 3°, observado	
ambas as hipóteses o	ambas as hipóteses oambas as hipóteses	
disposto no § 4º do art. 3º da	disposto no § 4º do art. 3º dadisposto no § 4º do art. 3º	
Lei nº 9.249, de 26 de	Lei nº 9.249, de 26 de Lei nº 9.249, de 26	de <u>Lei nº 9.249, de 26 de</u>
<u>dezembro de 1995</u> . (Incluído	dezembro de 1995. (Incluído dezembro de 1995.	dezembro de 1995.
pela MPV n° 582, de 2012,	pela Medida Provisória nº"(NR)	"(NR)
mas não convertido em lei)	612, de 2013)	
Aut 10 Figs said a		55 At. 40
Art. 40. Fica criado o Programa de Incentivo à	"Art. 40	"Art. 40
Inovação Tecnológica e		
Adensamento da Cadeia		
Produtiva de Veículos		
Automotores - INOVAR-		
AUTO com objetivo de		
apoiar o desenvolvimento		
tecnológico, a inovação, a		

segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.	
§ 3º A habilitação ao Inovar-Auto será concedida em ato conjunto pelos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.	§ 3° A habilitação ao § 3° A habilitação ao Inovar- INOVAR-AUTO será Auto será concedida em ato concedida em ato dodo Ministro de Estado do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria Desenvolvimento, Indústria Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. e Comércio Exterior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 612, de 2013)
§ 4º Somente poderá habilitar-se ao regime a empresa que:	§ 4°
II - assumir o compromisso de atingir níveis mínimos de eficiência energética relativamente a todos os veículos comercializados no País, conforme regulamento.	II - assumir o compromisso II - assumir o compromisso de atingir níveis mínimos dede atingir níveis mínimos de eficiência energética, eficiência energética, eficiência energética, conforme regulamento.  (Redação dada pela Medida
Art. 42. Acarretará o cancelamento da habilitação ao Inovar-Auto:	"Art. 42
I - o descumprimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei ou pelos atos complementares do Poder Executivo; ou	I - o descumprimento dos I - o descumprimento dos requisitos estabelecidos por requisitos estabelecidos por requisitos estabelecidos por requisitos estabelecidos por esta Lei ou pelos atosesta Lei ou pelos atosesta Lei ou pelos atos complementares do Podercomplementares do Poder Executivo, exceto quanto ao Executivo, exceto quanto ao Executivo, exceto quanto ao compromisso de que trata o compromisso de que trata o inciso II do § 4º do art. 40; inciso II do § 4º do art. 40;

	ou (Redação dada pela Medida
Art. 43. Fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor do crédito presumido apurado a empresa que	Art. 43. Fica sujeita à multa de:  de: (Redação dada pelamulta de:  Medida Provisória nº 612, de 2013)
descumprir obrigação acessória relativa ao Inovar-Auto.	I - dez por cento do valor do I — 10% (dez por cento) do I — 10% (dez por cento) do crédito presumido apurado, valor do crédito presumido valor do crédito presumido a empresa que descumprir apurado a empresa que apurado a empresa que obrigação acessória relativadescumprir obrigação descumprir obrigação ao INOVAR-AUTO acessória relativa ao Inovar-estabelecida nesta Lei ou em Auto estabelecida nesta Lei Auto estabelecida nesta Lei ato específico da Secretaria ou em ato específico daou em ato específico da da Receita Federal do Brasil Secretaria da Receita Secretaria da Receita do Ministério da Fazenda; Federal do Brasil do Federal do Brasil do (Incluído pela Medida Ministério da Fazenda; Ministério da Fazenda; Provisória nº 612, de 2013)
	II - R\$ 50,00 (cinquenta II - R\$ 50,00 (cinquenta II - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para até o primeiro reais) para até o primeiro centésimo, inclusive, maior centésimo, inclusive, maior que o consumo energético que o consumo energético correspondente à meta de correspondente à meta de eficiência energética, eficiência energética, eficiência energética, expressa em megajoules por expressa em megajoules por quilômetro, estabelecida quilômetro, estabelecida para a empresa habilitada; para a empresa habilitada; (Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013)
	III - R\$ 90,00 (noventaIII - R\$ 90,00 (noventaIII - R\$ 90,00 (noventa reais) a partir do primeiro reais) a partir do primeiro centésimo, exclusive, até ocentésimo, exclusive, até o segundo centésimo, segundo centésimo, segundo centésimo, inclusive, maior que oinclusive, maior que o consumo energético consumo energético ensumo energético en ener

	correspondente à meta de correspondente à meta de eficiência energética, eficiência energética, eficiência energética, expressa em megajoules por expressa em megajoules por quilômetro, estabelecida quilômetro, estabelecid	
	para a empresa habilitada; para a empresa habilitada; para a empresa habilitada; (Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	
	IV - R\$ 270,00 (duzentos eIV - R\$ 270,00 (duzentos eIV - R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) a partir dosetenta reais) a partir dosetenta reais) a partir do	
	segundo centésimo, segundo centésimo, exclusive, até o terceiro exclus	
	centésimo, inclusive, maiorcentésimo, inclusive, maiorcentésimo, inclusive, maior que o consumo energético que o consumo energético correspondente à meta decorrespondente de consumo de co	
	eficiência energética, eficiência energética, espressa em megajoules por expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa en expres	
	quilômetro, estabelecida quilômetro, estabelecida para a empresa habilitada; e para a empresa habilitada; e	
	(Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	
	V - R\$ 360,00 (trezentos eV - R\$ 360,00 (trezentos eV - R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) a partir dosessenta reais) a parti	
	terceiro centésimo, terceiro centésimo, terceiro centésimo, exclusive, para cada exclusive, para cada centésimo maior que ocentésimo maior que ocentésimo, terceiro centésimo, terceiro centésimo centésimo maior que ocentésimo maior que ocentésimo maior que ocentésimo centésimo centes ce	
	consumo energéticoconsumo energéticoconsumo energético correspondente à meta decorrespondente de de decorrespondente de decorresponden	
	eficiência energética, eficiência energética, espressa em megajoules por expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa em megajoules en expressa en expres	
	quilômetro, estabelecida quilômetro, estabelecida para a empresa habilitada. para a empresa habilitada.	
	(Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	
Parágrafo único. O	§ 1° O percentual de que § 1° O percentual de que	
percentual de que trata	trata o inciso Iltrata o inciso I do caput	
o caput deverá ser aplicado	do <b>caput</b> deverá ser aplicado sobre odeverá ser aplicado sobre o	

sobre o valor do crédito presumido referente ao mês anterior ao da verificação da infração.	crédito presumido referente ao mês anterior ao da verificação da infração. (Incluído pela Medida Provisória nº 612, de 2013)	referente ao mês anterior ao da verificação da infração.	, ,	
	tratam os incisos II, III, IV e V do <b>caput</b> deverão ser multiplicados pelo número de veículos comercializados pela empresa infratora a partir de 4 de abril de 2013 ou a partir da primeira habilitação ao INOVAR-AUTO, se esta for posterior	tratam os incisos II, III, IV e V do caput deverão ser multiplicados pelo número de veículos comercializados pela empresa infratora a partir de 4 de abril de 2013 ou a partir da primeira habilitação ao Inovar-Auto se esta for posterior a 4 de abril de 2013."(NR)	§ 2º Os valores de que tratam os incisos II, III, IV e V do caput deverão ser multiplicados pelo número de veículos comercializados pela empresa infratora a partir de 4 de abril de 2013 ou a partir da primeira habilitação ao Inovar-Auto, se esta for posterior a 4 de abril de 2013."(NR)	
Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008,	,	11.727, de 23 de junho de 2008, passa a vigorar com a	<b>Art. 29.</b> O art. 11 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:	
Art. 11. Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de cana-deaçúcar, classificada na posição 12.12 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, efetuada para pessoa jurídica produtora de álcool, inclusive para fins carburantes.		pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de cana-deaçúcar, classificada na posição 12.12 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.	"Art. 11. Fica suspenso o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na venda de cana-deaçúcar, classificada na posição 12.12 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.	

Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011	Art. 30. A Lei nº 12.468, de Art. 30. (VETADO). 26 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 9°-A, 9°-B e 9°-C:	
Art. 9º Os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem, as quais poderão cobrar taxa de contribuição de seus associados.  Parágrafo único. (VETADO).		
	"Art. 9°-A A exploração de(VETADO) serviço de utilidade pública de táxi depende de autorização do poder público local, que poderá ser outorgada a qualquer interessado que satisfaça os requisitos estabelecidos em lei relativos à segurança, higiene e conforto dos veículos e à habilitação dos condutores.	
	Parágrafo único. O poder (VETADO)  público manterá registro dos  títulos de autorização e dos  veículos vinculados ao  serviço de táxi."  "Art. 9°-B A autorização (VETADO)  para a exploração de serviço	

		de táxi não poderá ser		
		transferida sem anuência		
		prévia do poder público		
		autorizante, assegurado o		
		direito de sucessão na forma		
		da legislação civil.		
		Parágrafo único. Após a	(VETADO)	
		transferência, a autorização		
		somente poderá ser exercida		
		por outro condutor titular		
		que preencha os requisitos		
		exigidos para a outorga."		
		"Art. 9°-C Em caso de	(VETADO)	
		transferência em	l l	
		decorrência de direito de		
		sucessão, o novo		
		autorizatário sucederá o		
		anterior em todos os direitos		
			l l	
		e obrigações decorrentes da		
		isenção tributária de que		
		trata o art. 1º da <u>Lei nº</u>		
		8.989, de 24 de fevereiro de		
		<u>1995</u> ."		
Art. 10. (VETADO).				
rut. 10. (VEITEO).		A 4 21 O 4 20 1 T : 0	A 4 21 (VETADO)	
		<b>Art. 31.</b> O art. 3° da Lei n°		
Lei nº 10.150, de 21 de		10.150, de 21 de dezembro		
dezembro de 2000		de 2000, passa a vigorar		
		acrescido do seguinte § 13:		
Art. 3º A novação de que		"Art. 3°	(VETADO)	
trata o art. 1º far-se-á				
mediante:				
incurante.				
§ 12. Ato do Poder				
Executivo regulamentará as				
situações em que poderão				
, T F				

ser exigidas garantias adicionais nas novações de dívidas referidas neste artigo.				
		§ 13. Não será exigida para novação, certidão negativa de débitos perante a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS quando for para utilização única e exclusiva para pagamento de débitos para com a União de qualquer natureza, desde que os pedidos sejam protocolados até 31 de dezembro de 2014."(NR)		
Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001  Art. 14. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de		Art. 32. O inciso V do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14		
1999, são isentas da COFINS as receitas:  V - do transporte		V - do transporte	(VETADO)	
internacional de cargas ou passageiros;		internacional de cargas ou passageiros e do serviço prestado por instalações portuárias de uso público,		

Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972	localizadas dentro do porto organizado;
Art. 23. Far-se-á a	vigorar com as seguintes vigorar com as seguintes alterações:  "Art. 23
intimação:	
§ 2° Considera-se feita a intimação:	§ 2°
III - se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada:	III - se por meio eletrônico: III - se por meio eletrônico:  a) 15 (quinze) dias contadosa) 15 (quinze) dias contados da data registrada noda data registrada no
a) no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; ou	comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; sujeito passivo;
	b) na data em que o sujeitob) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a eleendereço eletrônico a ele atribuído pela administração atribuído pela administração tributária, se ocorrida antestributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a; ou a; ou
b) no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;	c) na data registrada no meio magnético ou meio magnético ou equivalente utilizado pelo equivalente utilizado pelo sujeito passivo; sujeito passivo; sujeito passivo; "(NR) "(

utilização pelos Estados e
pelo Distrito Federal dos
valores repassados pela
União, com base no disposto
na Medida Provisória nº 82,
de 7 de dezembro de 2002,
em rodovias federais ou
outros programas de
infraestrutura de transportes,
ou, ainda, no ressarcimento
ou indenização por despesas
incorridas, anteriormente à
edição daquela Medida
Provisória, em rodovias
federais, direta ou
indiretamente, sem convênio
ou com convênio em
desacordo com o plano de
trabalho ou de aplicação dos
recursos.
Parágrafo único. Na (VETADO)
hipótese do ressarcimento
ou indenização de que trata
a parte final do caput, a
documentação
comprobatória do
adimplemento das
condições dispostas no § 3°
do art. 2° da <u>Medida</u>
Provisória n° 82, de 7 de
dezembro de 2002, e os
respectivos termos de
recebimento dos valores
repassados implicam o
reconhecimento pela União
da regular aplicação dos

	recursos pelos Estados e
	pelo Distrito Federal nos
	fins a que se destina,
	independentemente de outra
	prestação de contas.
T . 040 F40 1 44 1	Art. 35. A Lei n° 12.512, de Art. 35. A Lei n° 12.512, de
Lei nº 12.512, de 14 de	14 de outubro de 2011, 14 de outubro de 2011,
outubro de 2011	passa a vigorar com as passa a vigorar com as
	seguintes alterações: seguintes alterações:
Art. 13. Fica a União	"Art. 13" "Art. 13
autorizada a transferir	
diretamente ao responsável	
pela família beneficiária do	
Programa de Fomento às	
Atividades Produtivas	
Rurais os recursos	
financeiros no valor de até	
R\$ 2.400,00 (dois mil e	
quatrocentos reais) por	
família, na forma do	
regulamento.	
§ 1° A transferência dos	§ 1° A transferência dos § 1° A transferência dos
recursos de que trata o caput	recursos de que trata o caputrecursos de que trata o caput
dar-seá em, no mínimo, 3	ocorrerá, no mínimo, em 2 ocorrerá, no mínimo, em 2
(três) parcelas e no período	(duas) parcelas e no período (duas) parcelas e no período
máximo de 2 (dois) anos, na	máximo de 2 (dois) anos, na máximo de 2 (dois) anos, na
forma do regulamento.	forma do regulamento. forma do regulamento.
20111111 110 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	Forma de 1984-minorio.
	······································
§ 3° A função de agente	
operador do Programa de	
Fomento às Atividades	
Produtivas Rurais será	
atribuída à instituição	
financeira oficial, mediante	

remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.	
	§ 4° À família beneficiada § 4° À família beneficiada
	pelo disposto no caput não se aplica o benefício dose aplica o benefício do
	caput do art. 13-A."(NR) caput do art. 13-A."(NR)
	'Art. 13-A. Para''Art. 13-A. Para
	beneficiários localizados na beneficiários localizados na
	Região do Semiárido, fica a Região do Semiárido, fica a
	União autorizada aUnião autorizada a transferir, diretamente ao transferir, diretamente ao
	responsável pela famíliaresponsável pela família
	beneficiária do Programa de beneficiária do Programa de
	Fomento às Atividades Fomento às Atividades
	Produtivas Rurais, recursos Produtivas Rurais, recursos
	financeiros no valor de atéfinanceiros no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais)
	por família, para utilização por família, para utilização
	de técnicas de convivência de técnicas de convivência
	com o Semiárido, na formacom o Semiárido, na forma
	indicada por assistência por assistência
	técnica. técnica.
	§ 1° Incluem-se no Programa, na forma do Programa, na forma do
	caput, além das famílias emcaput, além das famílias em
	situação de extremasituação de extrema
	pobreza, nos termos do pobreza, nos termos do
	inciso I do caput do art. 11, inciso I do caput do art. 11,
	aquelas em situação de pobreza, conforme disposto
	no § 6° do art. 2° da Lei n°no § 6° do art. 2° da Lei n°
	10.836, de 9 de janeiro de 10.836, de 9 de janeiro de
	2004. 2004.
	§ 2° Aplica-se o disposto

	nos §§ 1°, 2° e 3° do art. 13 nos §§ 1°, 2° e 3° do art. 13 às transferências do as transferências do	
	beneficio de que trata obeneficio de que trata o	
	caput. caput.	
	§ 3° À família beneficiada § 3° À família beneficiada	
	pelo disposto no caput não pelo disposto no caput não	
	se aplica o benefício dose aplica o benefício do	
	caput do art. 13. caput do art. 13.	
	§ 4° A transferência de § 4° A transferência de	
	recursos fica condicionada à recursos fica condicionada à	
	disponibilidade disponibilidade	
	orçamentária e financeira orçamentária e financeira	
	prevista para o Programa. prevista para o Programa.	
	§ 5° O regulamento poderá § 5° O regulamento poderá	
	estabelecer critérios estabelecer critérios	
	adicionais para o adicionais para o	
	recebimento do beneficio de recebimento do beneficio de	
	que trata o caput e demaisque trata o caput e demais	
	condições para o seucondições para o seu	
	pagamento." pagamento."	
Art. 14. A cessação da		
transferência de recursos no		
âmbito do Programa de		
Fomento às Atividades		
Produtivas Rurais ocorrerá		
em razão da não		
observância das regras do Programa, conforme o		
regulamento.	44 + 21 0 1 44 + 21 0 1	
Art. 31. Os recursos de que	"Art. 31. Os recursos de que "Art. 31. Os recursos de que	
tratam os arts. 6° e 13	tratam os arts. 6°, 13 e 13-Atratam os arts. 6°, 13 e 13-A	
poderão ser majorados pelo	poderão ser majorados pelo poderão ser majorados pelo	
Poder Executivo em razão	Poder Executivo em razão Poder Executivo em razão	
da dinâmica	da dinâmicada dinâmica	
socioeconômica do País e de	socioeconômica do País e desocioeconômica do País e de	

estudos técnicos sobre o	estudos técnicos sobre o estudos técnicos sobre o
tema, observada a dotação	tema, observada a dotação tema, observada a dotação
orçamentária disponível.	orçamentária orçamentária
, ,	disponível."(NR) disponível."(NR)
	Art. 36. A Lei n° 9.718, deArt. 36. A Lei n° 9.718, de
Lei n° 9.718, de 27 de	27 de novembro de 1998, 27 de novembro de 1998,
novembro de 1998	passa a vigorar com aspassa a vigorar com as
	seguintes alterações: seguintes alterações:
Art. 3° O faturamento a que	'Art. 3°
se refere o artigo anterior	
corresponde à receita bruta	
da pessoa jurídica.	
	§ 10. As pessoas jurídicas § 10. Em substituição à § 10. Em substituição à
	integrantes da Rederemuneração por meio doremuneração por meio do
	Arrecadadora de Receitas pagamento de tarifas, as pagamento de tarifas, as
	Federais - Rarf poderão pessoas jurídicas que pessoas jurídicas que
	excluir da base de cálculo da prestem serviços de prestem serviços de
	Cofins o valor auferido emarrecadação de receitas arrecadação de receitas
	cada período de apuração federais poderão excluir da federais poderão excluir da
	como remuneração dos base de cálculo da Cofins obase de cálculo da Cofins o
	serviços de arrecadação devalor a elas devido em cadavalor a elas devido em cada
	receitas federais, dividido período de apuração como período de apuração como
	pela alíquota referida no art. remuneração por esses remuneração por esses
	18 da Lei nº 10.684, de 30 serviços, dividido pelaserviços, dividido pela
	de maio de 2003. (Incluído alíquota referida no art. 18 alíquota referida no art. 18
	pela Medida Provisória nº da Lei nº 10.684, de 30 de da <u>Lei nº 10.684, de 30 de</u>
	601, de 2013, com vigência maio de 2003. <u>maio de 2003</u> .
	encerrada em 3 de junho de
	2013)
	§ 11. Caso não seja possível § 11. Caso não seja possível § 11. Caso não seja possível
	fazer a exclusão de que trata fazer a exclusão de que trata fazer a exclusão de que trata
	o § 10 na base de cálculo da o § 10 na base de cálculo da o § 10 na base de cálculo da
	Cofins referente ao período Cofins referente ao período Cofins referente ao período
	<mark>em que auferida</mark> em que auferida <mark>em que auferida</mark>

remuneração, o montante remuneração, o mor excedente poderá ser excedente poderá excluído da base de cálculo excluído da base de cá da Cofins dos períodos da Cofins dos per subsequentes. (Incluído pela subsequentes. Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	ser excedente poderá ser lculo excluído da base de cálculo
§ 12. A Secretaria da § 12. A Secretaria Receita Federal do Brasil do Receita Federal do Brasil do Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nos disciplinará o disposto si § 10 e 11, inclusive quanto § 10 e 11, inclusive quanto § 10 e 11, inclusive quanto auferido como remuneração como remuneração dos serviços de arrecadação serviços de arrecadação de receitas federais receitas federais."(NR) (Incluído pela Medida Provisória nº 601, de 2013, com vigência encerrada em 3 de junho de 2013)	sil do Receita Federal do Brasil do cenda Ministério da Fazenda nosdisciplinará o disposto nos anto §§ 10 e 11, inclusive quanto evido à definição do valor devido doscomo remuneração dos o deserviços de arrecadação de
Art. 37. Fica permiti compra, venda e trans de ouro produzido em de garimpo autorizadas	da a <b>Art. 37.</b> Fica permitida a portecompra, venda e transporte áreas de ouro produzido em áreas pelode garimpo autorizadas pelo nos Poder Público federal, nos termos desta Lei.
ouro, dentro circunscrição da r aurífera produtora, a (uma) instituição legalr autorizada a realiza compra, será acompar por cópia do respe	e do Art. 38. O transporte do da ouro, dentro da egião circunscrição da região té laurífera produtora, até l nente (uma) instituição legalmente r aautorizada a realizar a hado compra, será acompanhado ctivo por cópia do respectivo avra, título autorizativo de lavra,

não ao avigindo autumão ao avigindo autum	
não se exigindo outronão se exigindo outro	
documento. documento.	
§ 1° O transporte de ouro§ 1° O transporte de ouro	
referido no caput poderá serreferido no caput poderá ser	
feito também pelofeito também pelo	
garimpeiro, em qualquergarimpeiro, em qualquer	
modalidade de trabalho modalidade de trabalho	
prevista no art. 4º da Lei nº prevista no art. 4º da <u>Lei nº</u>	
11.685, de 2 de junho de 11.685, de 2 de junho de	
2008, pelos seus parceiros, 2008, pelos seus parceiros,	
pelos membros da cadeia pelos membros da cadeia	
produtiva, e pelos seusprodutiva, e pelos seus	
respectivos mandatários, respectivos mandatários,	
desde que acompanhado por desde que acompanhado por	
documento autorizativo dedocumento autorizativo de	
transporte emitido pelotransporte emitido pelo	
titular do direito minerário titular do direito minerário	
que identificará o nome doque identificará o nome do	
portador, o número do título portador, o número do título	
autorizativo, sua localização autorizativo, sua localização	
e o período de validade da o período de validade da	
autorização de transporte. autorização de transporte.	
§ 2° O transporte referido§ 2° O transporte referido	
neste artigo está circunscritoneste artigo está circunscrito	
à região aurífera produtora, à região aurífera produtora,	
desde a área de produção atédesde a área de produção até	
uma instituição legalmente uma instituição legalmente	
autorizada a realizar aautorizada a realizar a	
compra, de modo que ocompra, de modo que o	
documento autorizativo terádocumento autorizativo terá	
validade para todos osvalidade para todos os	
transportes de ourotransportes de ouro	
realizados pelo mesmorealizados pelo mesmo	
portador. portador.	
T. T.	
§ 3° Entende-se por § 3° Entende-se por	

membros da cadeiamembros da cadeia produtiva todos os agentes que atuam em atividades que atuam em atividades auxiliares do garimpo, tais como piloto de avião, como piloto de avião, comerciantes de comerciantes de suprimentos ao garimpo, suprimentos ao garimpo, fornecedores de óleo	
combustível, equipamentos e outros agentes.	
§ 4º Entende-se por parceiro § 4º Entende-se por parceiro todas as pessoas físicas que atuam na extração do ouro atuam na extração do ouro com autorização do titular do direito minerário e quedo direito minerário e que tenham acordo com este na participação no resultado da	
extração mineral. extração mineral.  § 5º Entende-se por região § 5º Entende-se por região aurífera produtora a região aurífera produtora a região	
geográfica coberta pelageográfica coberta pela província geológicaprovíncia geológica caracterizada por uma caracterizada por uma	
mesma mineralização de mesma mineralização de ouro em depósitos do tipo primário e secundário, primário e secundário, aluvionar, eluvionar e eluvionar, eluvionar e	
coluvionar, e onde estão coluvionar, e onde estão localizadas as frentes de localizadas as frentes de lavra.	
Art. 39. A prova da Art. 39. A prova da regularidade da primeira regularidade da primeira aquisição de ouro produzido sob qualquer regime de aproveitamento será feita proveitamento será feita	

com base em: com base em:	
I – nota fiscal emitida por – nota fiscal emitida por	
cooperativa ou, no caso de cooperativa ou, no caso de	
pessoa física, recibo de pessoa física, recibo de	
venda e declaração de venda e declaração de	
origem do ouro emitido pelo origem do ouro emitido pelo	
vendedor identificando avendedor identificando a	
área de lavra, o Estado ouárea de lavra, o Estado ou	
Distrito Federal e o Distrito Federal e o	
Município de origem do Município de origem do	
ouro, o número do processo ouro, o número do processo	
administrativo no órgão administrativo no órgão	
gestor de recursos minerais gestor de recursos minerais	
e o número do título o número do título	
autorizativo de extração; e autorizativo de extração; e	
II - nota fiscal de aquisição II - nota fiscal de aquisição	
emitida pela instituição emitida pela instituição	
autorizada pelo Bancoautorizada pelo Banco	
Central do Brasil a realizar a Central do Brasil a realizar a	
compra do ouro. compra do ouro.	
§ 1º Para os efeitos deste§ 1º Para os efeitos deste	
artigo, a instituição a instituição	
legalmente autorizada alegalmente autorizada a	
realizar a compra de ourorealizar a compra de ouro	
deverá cadastrar os dados dedeverá cadastrar os dados de	
identificação do vendedor, identificação do vendedor,	
tais como nome, número detais como nome, número de	
inscrição no Cadastro deinscrição no Cadastro de	
Pessoa Física do Ministério Pessoa Física do Ministério	
da Fazenda - CPF ouda Fazenda - CPF ou	
Cadastro Nacional da Cadastro Nacional da	
Pessoa Jurídica do Pessoa Jurídica do	
Ministério da Fazenda - Ministério da Fazenda -	
CNPJ, e o número deCNPJ, e o número de	
registro no órgão de registro no órgão de registro	
registro no orgao de registro no orgao de registro	

do comércio da sede do comércio da sede do	
vendedor. vendedor.	
§ 2° O cadastro, a§ 2° O cadastro, a	
declaração de origem do declaração de origem do	
ouro e a cópia da Carteira de ouro e a cópia da Carteira de	
Identidade - RG do Identidade - RG do	
vendedor deverão ser	
arquivados na sede da	
instituição legalmente instituição legalmente	
autorizada a realizar aautorizada a realizar a	
compra do ouro, paracompra do ouro, para	
fiscalização do órgão gestor fiscalização do órgão gestor	
de recursos minerais e da de recursos minerais e da	
Secretaria da Receita Secretaria da Receita	
Federal do Brasil, pelo Federal do Brasil, pelo	
período de 10 (dez) anos, período de 10 (dez) anos,	
contados da compra e venda contados da compra e venda	
do ouro. do ouro.	
§ 3° É de responsabilidade § 3° É de responsabilidade	
do vendedor a veracidade do vendedor a veracidade	
das informações por eledas informações por ele	
prestadas no ato da compraprestadas no ato da compra	
e venda do ouro. e venda do ouro.	
§ 4° Presumem-se a§ 4° Presumem-se a	
legalidade do ouro adquirido legalidade do ouro adquirido	
e a boa-fé da pessoa jurídica a boa-fé da pessoa jurídica	
adquirente quando asadquirente quando as	
informações mencionadas informações mencionadas	
neste artigo, prestadas peloneste artigo, prestadas pelo	
vendedor, estiverem vendedor, estiverem	
devidamente arquivadas na devidamente arquivadas na	
sede da instituição da instituição	
legalmente autorizada alegalmente autorizada a	
realizar a compra de ouro.	
Art. 40. A prova da Art. 40. A prova da	
r · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

	regularidade da posse e do regularidade da posse e do	
	transporte de ouro para transporte de ouro para	
	qualquer destino, após aqualquer destino, após a	
	primeira aquisição, seráprimeira aquisição, será	
	feita mediante a feita mediante a	
	apresentação da respectiva apresentação da respectiva	
	nota fiscal, conforme o nota fiscal, conforme o	
	disposto no § 1º no art. 3º da disposto no § 1º no art. 3º da	
	Lei nº 7.766, de 11 de maio Lei nº 7.766, de 11 de maio	
	de 1989. <u>de 1989</u> .	
	§ 1º Portaria do Diretor-§ 1º Portaria do Diretor-	
	Geral do órgão gestor de Geral do órgão gestor de	
	recursos minerais a serrecursos minerais a ser	
	expedida no prazo de 180 expedida no prazo de 180	
	(cento e oitenta) dias da (cento e oitenta) dias da	
	publicação desta Lei publicação desta Lei	
	disciplinará os documentos disciplinará os documentos	
	comprobatórios e modelos comprobatórios e modelos	
	de recibos e do cadastrode recibos e do cadastro	
	previstos a que se referem, previstos a que se referem,	
	respectivamente, os incisos Irespectivamente, os incisos I	
	e II do caput e o § 1° do art.e II do caput e o § 1° do art.	
	39 desta Lei. 39 desta Lei.	
	§ 2º Para fins do disposto no § 2º Para fins do disposto no	
	art. 39 desta Lei, até aart. 39 desta Lei, até a	
	entrada em vigor da Portaria entrada em vigor da Portaria	
	do órgão gestor de recursos do órgão gestor de recursos	
	minerais, serão consideradas minerais, serão consideradas	
	regulares as aquisições de regulares as aquisições de	
	ouro, já efetuadas porouro, já efetuadas por	
	instituição legalmente instituição legalmente	
	autorizada a realizar aautorizada a realizar a	
	compra do ouro, anteriores à compra do ouro, anteriores à	
	publicação desta Lei, publicação desta Lei,	
	documentadas ou não pordocumentadas ou não por	
	meio dos recibos emmeio dos recibos em	
	mero dos recibos enúmero dos recibos enq	

modelos disponíveis no modelos disponíveis no comércio em geral, desdecomércio em geral, desde que haja a adequada identificação dos respectivos vendedores.	
§ 3° Quando se tratar de ouro transportado, dentro da região aurífera produtora, região aurífera produtora, pelos garimpeiros, em pelos garimpeiros, em qualquer modalidade de qualquer modalidade de trabalho prevista no art. 4° trabalho prevista no art. 4° da Lei n° 11.685, de 2 deda Lei n° 11.685, de 2 de junho de 2008, pelos junho de 2008, pelos parceiros, pelos membros da parceiros, pelos membros da cadeia produtiva e pelos cadeia produtiva e pelos seus respectivos mandatários, a prova da mandatários, a prova da regularidade de que trata o regularidade de que trata o caput dar-se-á por meio de documento autorizativo de transporte emitido pelo titular do direito minerário titular do direito minerário nos termos do § 1° do art. 38 nos termos do § 1° do art. 38	
desta Lei.  Art. 41. O garimpeiro, em Art. 41. O garimpeiro, em qualquer modalidade de qualquer modalidade de trabalho prevista no art. 4° trabalho prevista no art. 4° da Lei n° 11.685, de 2 de junho de 2008, os seus junho de 2008, os seus	
parceiros, os membros daparceiros, os membros da cadeia produtiva e os respectivos mandatários respectivos mandatários com poderes especiais têm com poderes especiais têm direito à comercialização do ouro diretamente com instituição legalmente	

	autorizada a realizar a compra. compra.
	Art. 42. Até que seja expedida a Portaria mencionada no § 1º do art. mencionada no § 1º do art. 40 desta Lei, ou por 12 do desta Lei, ou por 12 (doze) meses após a data de (doze) meses após a data de publicação desta Lei, o que publicação desta Lei, o que ocorrer primeiro, éocorrer primeiro, é reconhecida a regularidade reconhecida a regularidade da aquisição de ouro por instituição legalmente autorizada a realizar aautorizada a realizar a compra, e seus mandatários, compra, e seus mandatários, desde que regularmente identificados os respectivos vendedores.
Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004	Art. 43. O art. 1º da Lei nº Art. 43. (VETADO). 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:	"Art. 1° (VETADO)
XLII – (VETADO); 	XLIII — preparações e(VETADO)  conservas de peixes  classificadas nos códigos

	1604.13.10, 1604.13.90,	
	1604.14.10, 1604.14.20,	
	1604.14.30, 1604.20.10,	
	1604.20.20, 1604.20.30 da	
	Tipi.	
	"(NR)	
	Art. 44. A empresa titular de Art. 44. (VETADO).	
	empreendimento industrial	
	beneficiária do crédito	
	presumido do Imposto sobre	
	Produtos Industrializados de	
	que trata a Lei nº 9.826, de	
	23 de agosto de 1999,	
	poderá renunciar a esse	
	benefício e optar por apurar	
	crédito presumido nos	
	termos estabelecidos pelo	
	art. 11-A da <u>Lei nº 9.440, de</u>	
	14 de março de 1997.	
	Parágrafo único. A opção de(VETADO)	
	que trata o caput gerará	
	efeitos a partir da data de	
	sua efetivação, vedada a	
	apuração retroativa de	
	créditos.	
	Art. 45. O art. 42 da Lei nº Art. 45. (VETADO).	
T -2 0 11 775 J - 17 J -		
Lei nº 11.775, de 17 de	11.775, de 17 de setembro	
setembro de 2008	de 2008, passa a vigorar	
	com a seguinte redação:	
Art. 42. Fica autorizada a	"Art 42. Fica autorizada a(VETADO)	
liquidação antecipada das	liquidação antecipada das	
operações com risco do	operações de crédito rural	
Tesouro Nacional e dos	que tenham sido	
Fundos Constitucionais de	renegociadas com base no §	
Financiamento que tenham	6° do art. 5° da Lei n° 9.138,	
maneramento que termam	0 40 Ht. 0 44 DOLL 7.1305	

no § 6° do art. 5° da Lei n°	e na Resolução CMN nº
9.138, de 29 de novembro	2.471, de 26 de fevereiro de
de 1995, e na Resolução	1998, observadas as
nº 2.471, de 26 de fevereiro	seguintes condições:
de 1998, do CMN.	
	I - para a liquidação do(VETADO)
	saldo devedor relativo ao
	principal devido, atualizado
	pelo Índice Geral de Preços
	de Mercado - IGP-M, desde
	a data da contratação,
	considerando como base de
	cálculo o valor contratado
	correspondente ao valor
	nominal dos Certificados do
	Tesouro Nacional - CTN
	emitidos na forma da
	Resolução CMN n° 2.471,
	de 26 de fevereiro de 1998,
	observar ainda:
	a) que deverão ser(VETADO)
	acrescidos ao saldo devedor.
	apurado na forma do item
	"a", os juros contratuais
	vincendos no ano da
	liquidação, calculados <i>pro</i>
	rata die entre o vencimento
	da parcela de juros anterior
	e a data de liquidação da
	operação;
	b) que deverá ser deduzido(VETADO)
	do saldo devedor o valor dos
	Certificados do Tesouro
	Nacional — CTN,
	atualizados pelo IGP-M,

acrescidos de juros
calculados à taxa efetiva de
12% a.a. (doze por cento ao
ano), considerando o valor
dos títulos equivalente à
10,367% (dez inteiros e
trezentos e sessenta e sete
milésimos por cento) do
valor nominal da operação
na data da renegociação;
II – para a liquidação da(VETADO)
dívida mediante antecipação
das parcelas vincendas de
juro, será considerado o
valor da parcela devida
anterior à data da liquidação
da dívida, atualizada até a
data de liquidação na forma
contratual para a condição
de adimplência,
considerando a redução da
taxa de juros e a limitação
do IGP-M de que trata o art.
2° da Lei n° 10.437, de 25
de abril de 2002,
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
observando ainda:
a) que a liquidação será feita (VETADO)
pela multiplicação do valor
da parcela apurada na forma
do inciso II pelo número de
parcelas vincendas;
b) que será exigida a(VETADO)
liquidação das parcelas
vencidas e não pagas, sem a
redução na taxa de juros e
limitação do IGP-M de que

	trata o art. 2° da <u>Lei nº</u>
	10.437, de 25 de abril de
	2002, podendo a instituição
	financeira pactuar encargos
	a serem aplicados para as
	parcelas vencidas após o seu
	vencimento, desde que não
	inferiores aos encargos
	estabelecidos no art. 5° da
	Medida Provisória nº 2.196-
	3, de 24 de agosto de 2001;
	c) que a instituição (VETADO)
	financeira credora, no caso
	de operações com risco
	integral de sua
	responsabilidade, a seu
	critério, poderá utilizar
	descontos adicionais a título
	de custo de oportunidade
	pelo recebimento antecipado
	das parcelas vincendas.
Parágrafo único. As	§ 1° As condições e a(VETADO)
condições e a metodologia	metodologia para a
para a liquidação de que	liquidação de que trata o
trata o caput deste artigo	caput deste artigo serão
serão definidas pelo	definidas pelo Ministro de
Ministro de Estado da	Estado da Fazenda e
Fazenda.	somente se aplicarão às
	operações adimplentes ou
	que venham a ficar
	adimplentes até a dada da
	liquidação.
	§ 2° Os Certificados do (VETADO)
	Tesouro Nacional - CTN,
	vinculados à operação como
	garantia do principal devido,
	Barania do binistra de itao)

	no caso de liquidação na
	forma do inciso II, terão o
	seu resgate no vencimento
	final da operação pactuada
	com o objetivo de
	liquidação do principal,
	conforme definido na
	Resolução CMN nº 2.471,
	de 26 de fevereiro de 1998.
	§ 3° Quando o débito for(VETADO)
	liquidado na forma de
	antecipação de parcelas
	vincendas conforme
	definido no inciso II deste
	artigo, o Tesouro Nacional
	efetuará, mediante
	declaração de
	responsabilidade dos valores
	atestados pelas instituições
	financeiras, no vencimento
	de cada parcela pactuada e
	até o vencimento final da
	operação, o pagamento
	relativo à equalização entre
	o valor contratual para
	pagamento de juros e o
	valor contratualmente
	recebido, que mesmo
	antecipada, observará a
	regra contratual na apuração
	da parcela devida no seu
	vencimento.
	Art. 46. A Lei n° 12.716, de Art. 46. (VETADO).
Lei n° 12.716, de 21 de	21 de setembro de 2012,
setembro de 2012	passa a vigorar com as
	seguintes alterações:

	L			
Art. 5° Fica o Poder	"Ar	rt. 5°	VETADO)	
Executivo autorizado a				
instituir linha de crédito				
rural com recursos dos				
Fundos Constitucionais de				
Financiamento do Nordeste				
- FNE e do Norte - FNO				
para liquidação, até 31 de				
dezembro de 2014, de				
operações de crédito rural				
de custeio e de investimento				
com risco compartilhado ou				
integral do Tesouro				
Nacional, do FNE, do FNO				
ou das instituições				
financeiras oficiais federais,				
independentemente da fonte				
de recursos, contratadas até				
30 de dezembro de 2006 no				
valor original de até R\$				
100.000,00 (cem mil reais),				
que estiverem em situação				
de inadimplência em 30 de				
junho de 2012, observadas				
as seguintes condições:				
(Redação dada pela Medida				
Provisória nº 610, de 2 de				
abril de 2013) (Revogado				
pela Lei nº 12.844, de 2013)				
			VETADO)	
§ 12. Admite-se a				
liquidação das operações				
passíveis de enquadramento				
neste artigo, pelo saldo				
devedor apurado na forma				
do inciso II do caput,				

vedada a faculdade prevista no § 6°. (Incluído pela Medida Provisória nº 610, de 2013) (Revogado pela Lei nº 12.844, de 2013)	
	§ 13. O limite de R\$(VETADO)
	35.000,00 (trinta e cinco mil
	reais) para aplicação dos
	percentuais de rebate
	definidos pelas alíneas a e b
	do inciso IV deste artigo
	deverá ser considerado para
	cada operação
	contratada."(NR)
	"Art. 5°-A As operações de(VETADO)
	crédito rural, oriundas e
	contratadas com recursos
	dos Fundos Constitucionais
	de Financiamento do Nordeste - FNE e do Norte
	- FNO, com vencimentos
	em 2012, 2013 e 2014, que
	estiverem em situação de
	adimplência em 2011, serão
	prorrogadas para pagamento
	em condições de
	normalidade em 20 (vinte)
	anos, com 5 (cinco) anos de
	carência e com taxa de juros
	de 3% (três por cento) ao
	ano."
Art. 6º O art. 8º-A da Lei	
nº 11.775, de 17 de	
setembro de 2008, passa a	
vigorar com as seguintes	
alterações:	

Art. 47. Ficam prorrogados Art. 47. (VETADO).
até 31 de dezembro de 2014
os prazos a que se referem
os arts. 7°, 8°, 15, 29, 30 e
31 e os títulos constantes
dos Anexos III, V, VII e IX
da Lei n° 11.775, de 17 de
setembro de 2008, e o art.
69-A da Lei nº 12.249, de 11
de junho de 2010.
Parágrafo único. Ficam(VETADO)
remitidas as dívidas de que
trata o art. 15-B da <u>Lei nº</u>
11.322, de 13 de julho de
<u>2006</u> .
Art. 48. Fica a União Art. 48. (VETADO).
autorizada a equalizar parte
do custo de produção
referente à safra 2011/2012
das unidades industriais
produtoras de etanol que
desenvolvam suas
atividades nas áreas de
atuação da Superintendência
do Desenvolvimento do
Nordeste - SUDENE, da
Superintendência do
Desenvolvimento da
Amazônia - SUDAM e
Norte Fluminense.
§ 1° A equalização de que(VETADO)
trata o <i>caput</i> será de R\$ 0,40
(quarenta centavos de real)
por litro de etanol,
produzido e comercializado

na referida safra 2011/2012, concedida diretamente aos produtores de etanol, ou por meio de suas cooperativas de comercialização ou sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2º O Ministério da (VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleco, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujertará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuizo das demais penalidades previstas em lei.
produtores de etanol, ou por meio de suas cooperativas de comercialização ou sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petroleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuizo das demais
meio de suas cooperativas de comercialização ou sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou (VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
de comercialização ou sinúciatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou (VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
sindicatos representativos da classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustiveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou (VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuizo das demais
classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  § 2º O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuizo das demais
classe legalmente constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  § 2º O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuizo das demais
constituídos e devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Cás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo \$ 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetareiamente, sem prejuizo das demais
registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
Trabalho e Emprego.  \$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
\$ 2° O Ministério da(VETADO) Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  \$ 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
Fazenda e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
Natural e Biocombustíveis - ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
ANP estabelecerão em conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3° A aplicação irregular ou (VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
conjunto as condições operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
operacionais para o pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou (VETADO)  o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
pagamento, o controle e a fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
fiscalização da concessão da equalização de que trata este artigo.  § 3° A aplicação irregular ou(VETADO) o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
equalização de que trata este artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO)  o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
artigo.  § 3º A aplicação irregular ou(VETADO)  o desvio dos recursos  provenientes da equalização  de que trata este artigo  sujeitará o infrator à  devolução, em dobro, do  valor recebido, atualizado  monetariamente, sem  prejuízo das demais
§ 3° A aplicação irregular ou (VETADO)  o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
o desvio dos recursos provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
provenientes da equalização de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
de que trata este artigo sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
sujeitará o infrator à devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
devolução, em dobro, do valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
valor recebido, atualizado monetariamente, sem prejuízo das demais
monetariamente, sem prejuízo das demais
prejuízo das demais
Art. 10. Esta Medida Art. 49. Esta Lei entra em Art. 49. Esta Lei entra em Art. 2º Esta Medida
Provisória entra em vigor na vigor: vigor: Provisória entra em vigor na
data de sua publicação. data de sua publicação.
I - na data de sua
publicação, com efeitos publicação, com efeitos

retroativos a 4 de junho de retroativos a 4 de junho de 2013, em relação ao art. 13,2013, em relação ao art. 13,
nas partes em que altera onas partes em que altera o
art. 3° da Lei n° 12.546, deart. 3° da Lei n° 12.546, de
14 de dezembro de 2011, em 14 de dezembro de 2011, em
que inclui a alínea c no que inclui a alínea c no
inciso II do § 1º do art. 8º inciso II do § 1º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 deda Lei nº 12.546, de 14 de
da Lei ii 12.346, de 14 deda Lei ii 12.346, de 14 de dezembro de 2011, e nadezembro de 2011, e na
parte em que altera o inciso parte em que altera o inciso
II do caput do art. 9° da Lei II do caput do art. 9° da Lei
n° 12.546, de 14 den° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e emdezembro de 2011, e em
relação aos arts. 16, 17 e 35 relação aos arts. 16, 17 e 35
desta Lei; desta Lei;
II - a partir do primeiro dia II - a partir do primeiro dia
do quarto mês subsequente do quarto mês subsequente
ao de sua publicação, emao de sua publicação, em
relação: relação:
a) ao art. 13, na parte ema) ao art. 13, na parte em
que inclui o inciso IV noque inclui o inciso IV no
caput do art. 7° e os incisos caput do art. 7° e os incisos
XI e XII no § 3° do art. 8° da XI e XII no § 3° do art. 8° da
Lei n° 12.546, de 14 de Lei n° 12.546, de 14 de
dezembro de 2011; e que dezembro de 2011; e que
altera o caput e o § 4º do art. altera o caput e o § 4º do art.
8° da Lei n° 12.546, de 14 de 8° da Lei n° 12.546, de 14 de
dezembro de 2011; dezembro de 2011;
b) ao inciso I do art. 14b) ao inciso I do art. 14
desta Lei; desta Lei;
c) ao art. 15 desta Lei; c) ao art. 15 desta Lei;
III - a partir do primeiro dia III - a partir do primeiro dia
do quarto mês subsequente do quarto mês subsequente
ao da publicação da Medida da publicação da Medida
Provisória nº 612, de 4 de Provisória nº 612, de 4 de

abril de 2013, em relação ao abril de 2013, em relação ao
art. 12 e aos incisos III e IVart. 12 e aos incisos III e IV
do art. 14; do art. 14;
IV - a partir de 1° de janeiro IV - a partir de 1° de janeiro
de 2014 em relação: de 2014 em relação:
a) aos incisos V, VI e VII doa) aos incisos V, VI e VII do
caput do art. 7° da Lei n° caput do art. 7° da Lei n°
12.546, de 14 de dezembro 12.546, de 14 de dezembro
de 2011, acrescentados pelo de 2011, acrescentados pelo
art. 13 desta Lei; art. 13 desta Lei;
b) aos incisos XIII, XIV, XVb) aos incisos XIII, XIV, XV
e XVI do § 3° e ao § 11, do e XVI do § 3° e ao § 10, do
art. 8° da Lei n° 12.546, de art. 8° da Lei n° 12.546, de
14 de dezembro de 2011, 14 de dezembro de 2011,
acrescentados pelo art. 13
desta Lei; e desta Lei; e
desta Lei, e
Correção efetuada pela
Câmara dos Deputados,
por meio de ofício, devido
à inexatidão material em
texto do autógrafo:
b) aos incisos XIII, XIV, XV
e XVI do § 3° e ao § 10, do
art. 8° da Lei n° 12.546, de
14 de dezembro de 2011.
acrescentados pelo art. 13
_
desta Lei; e
c) ao inciso II do art. 14c) ao inciso II do art. 14
desta Lei; desta Lei;
V - na data de suaV - na data de sua
publicação para os demaispublicação para os demais
dispositivos, produzindodispositivos, produzindo
efeitos quanto ao art. 27 aefeitos quanto ao art. 27 a
partir da entrada em vigorpartir da entrada em vigor
partii ua ciitaua ciii vigoipartii ua ciitaua ciii vigoi

	da Lei nº 12.783, de 11 de	da Lei nº 12.783, de 11 de
	janeiro de 2013.	janeiro de 2013.
Lei nº 10.420, de 10 de		
abril de 2002		
Art. 10. A adesão dos		
agricultores familiares ao		
Fundo Garantia-Safra		
obedecerá as disposições do		
regulamento, observadas as		
seguintes condições:		
VI – é vedada a adesão ao		
Fundo Garantia-Safra do		
agricultor familiar que		
irrigar parte, ou a totalidade		
da área cultivada com as		
lavouras mencionadas no		
inciso II deste artigo, sem		
prejuízo do disposto no § 3º		
do art. 8º desta Lei.		
		1
		Art. 50. Ficam revogados:
Lei nº 12.716, de 21 de		I - o art. 5° da Lei n° 12.716,
setembro de 2012	de 21 de setembro de 2012;	de 21 de setembro de 2012;
Art. 5º Fica o Poder		
Executivo autorizado a		
instituir linha de crédito		
rural com recursos dos		
Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste		
- FNE e do Norte - FNO		
para liquidação, até 31 de		
dezembro de 2013, de		
operações de crédito rural		
de custeio e de investimento		

com risco compartilhado ou		
integral do Tesouro		
Nacional, do FNE, do FNO		
ou das instituições		
financeiras oficiais federais,		
independentemente da fonte		
de recursos, contratadas até		
30 de dezembro de 2006 no		
valor original de até R\$		
100.000,00 (cem mil reais),		
que estiverem em situação		
de inadimplência em 30 de		
junho de 2012, observadas		
as seguintes condições:		
I - limite de crédito por		
mutuário: soma dos saldos		
devedores ajustados e		
consolidados das operações		
a serem liquidadas, não		
podendo ultrapassar R\$		
200.000,00 (duzentos mil		
reais) por beneficiário,		
observado que, quando o		
saldo devedor total		
ultrapassar esse limite, o		
mutuário deve pagar		
integralmente o valor		
excedente ao referido limite		
para fazer jus a linha de		
crédito de que trata este		
artigo;		
II - forma de apuração do		
valor do crédito: ajuste nos		
saldos devedores das		
operações a serem		
liquidadas com a nova		

operação, retirando-se os	
encargos de inadimplemento	
e as multas e aplicando-se	
os encargos de normalidade	
sem bônus e sem rebate,	
calculados até a data da	
liquidação com a	
contratação da nova	
operação;	
III - amortização mínima <b>Art. 11.</b> Fica revogado o	
obrigatória, com base nainciso III do caput do art. 5°	
soma dos saldos devedoresda Lei nº 12.716, de 11 de	
ajustados e consolidados na <mark>junho de 2010</mark> .	
forma do inciso II:	
a) quando o valor for de até	
R\$ 35.000,00 (trinta e cinco	
mil reais), 2% (dois por	
cento) do valor apurado; e	
b) quando o valor for maior	
que R\$ 35.000,00 (trinta e	
cinco mil reais), 5% (cinco	
por cento) do valor apurado;	
IV - além dos bônus	
previstos no § 5° do art. 1°	
da Lei nº 10.177, de 12 de	
janeiro de 2001, as	
operações contratadas com	
base na linha de crédito de	
que trata este artigo no valor	
de até R\$ 35.000,00 (trinta e	
cinco mil reais) fazem jus	
aos seguintes rebates sobre	
o principal de cada parcela	
paga até a data de	
vencimento pactuada:	

	1		
a) 15% (quinze por cento)			
quando as atividades forem			
desenvolvidas em			
Municípios localizados na			
área do semiárido			
nordestino;			
,			
b) 10% (dez por cento)			
quando as atividades forem			
desenvolvidas nos demais			
Municípios das regiões			
Norte e Nordeste;			
V - garantias: as admitidas			
para o crédito rural,			
podendo ser mantidas as			
mesmas garantias			
constituídas nos			
financiamentos que serão			
liquidados com a			
contratação da nova			
operação;			
VI - risco da operação: a			
mesma posição de risco das			
operações a serem			
liquidadas com a linha de			
crédito de que trata este			
artigo, exceto as operações			
contratadas com risco do			
Tesouro Nacional que terão			
o risco transferido para o			
respectivo Fundo;			
VII - prazo de até 10 (dez)			
anos para o pagamento do			
saldo devedor,			
estabelecendo-se novo			
esquema de amortização, de		 	

acordo com a capacidade de		
pagamento do mutuário.		
§ 1º Não são passíveis de		
enquadramento na linha de		
crédito de que trata este		
artigo as operações		
renegociadas com base		
nos §§ 3° ou 6° do art. 5° da		
Lei nº 9.138, de 29 de		
novembro de 1995, cedidas		
à União ao amparo		
da Medida Provisória		
nº 2.196-3, de 24 de agosto		
de 2001, repactuadas ou não		
nos termos da Lei nº 10.437,		
de 25 de abril de 2002.		
§ 2º Quando a garantia		
exigir o registro em cartório		
do instrumento contratual da		
linha de crédito de que trata		
o caput deste artigo, admite-		
se a utilização de recursos		
do FNE ou do FNO para		
financiar as respectivas		
despesas no âmbito da nova		
operação de que trata este		
artigo, com base no		
respectivo protocolo do		
pedido de assentamento e		
limitada a 10% (dez por		
cento) do valor total da		
operação de crédito a ser		
contratada, ainda que, com		
essas despesas, se ultrapasse		
o limite de R\$ 200.000,00		
(duzentos mil reais) por		

beneficiário.		
§ 3º Ficam suspensas as		
execuções judiciais e os		
respectivos prazos		
processuais referentes às		
operações enquadráveis		
neste artigo até 30 de		
dezembro de 2012, desde		
que o mutuário formalize à		
instituição financeira o		
interesse em liquidar a		
operação, cabendo à		
instituição financeira		
comunicar à justiça a		
referida formalização.		
§ 4º O prazo de prescrição		
das dívidas de que trata este		
artigo fica suspenso a partir		
da data de publicação desta		
Lei até a data limite para		
contratação da linha de		
crédito de que trata este		
artigo.		
§ 5º A adesão à contratação		
da operação de que trata este		
artigo para as dívidas que		
estejam em cobrança		
judicial importa em extinção		
destes processos, devendo o		
mutuário desistir de		
quaisquer outras ações		
judiciais que tenha por		
objeto discutir a operação a		
ser liquidada com os		
recursos de que trata este		

	 	1	
artigo.			
§ 6º Admite-se o			
financiamento das despesas			
com honorários advocatícios			
e demais despesas			
processuais com os recursos			
da linha de crédito de que			
trata este artigo, limitado a			
10% (dez por cento) do			
valor total a ser contratado,			
ainda que, com essas			
despesas, se ultrapasse o			
limite de R\$ 200.000,00			
(duzentos mil reais) por			
beneficiário.			
§ 7º O mutuário que vier a			
inadimplir na linha de			
crédito de que trata este			
artigo ficará impedido de			
tomar novos financiamentos			
em bancos oficiais,			
enquanto não for			
regularizada a situação da			
respectiva dívida.			
§ 8º Para fins da concessão			
da linha de crédito de que			
trata este artigo, os saldos			
devedores das operações de			
crédito rural contratadas			
com cooperativas,			
associações e condomínios			
de produtores rurais,			
inclusive as operações			
efetuadas na modalidade			
grupal ou coletiva, serão			

	T	
apurados:		
I - por instrumento de		
crédito individual quando		
firmado por beneficiário		
final do crédito;		
II - no caso de operação que		
não tenha envolvido repasse		
de recursos a cooperados ou		
associados, pelo resultado		
da divisão dos saldos		
devedores pelo número total		
de cooperados ou associados		
ativos da entidade;		
III - no caso de condomínios		
de produtores rurais, por		
participante identificado		
pelo respectivo Cadastro de		
Pessoa Física - CPF,		
excluindo-se cônjuges; ou		
IV - no caso de crédito		
grupal ou coletivo, por		
mutuário constante da		
cédula de crédito.		
§ 9º O ônus decorrente do		
ajuste dos saldos devedores		
previsto no inciso II		
do caput deste artigo		
relativo às operações de		
risco integral das instituições financeiras		
instituições financeiras oficiais será assumido pelas		
instituições financeiras oficiais.		
§ 10. Os custos referentes		
ao ajuste de que trata o		

		1	
inciso II do caput nas			
operações de risco parcial			
ou integral do Tesouro			
Nacional, do FNE ou do			
FNO podem ser suportados			
pelas respectivas fontes,			
respeitada a proporção do			
risco de cada um no total			
das operações liquidadas			
com base neste artigo.			
§ 11. Caberá ao Conselho			
Monetário Nacional definir			
os beneficiários, encargos			
financeiros e demais			
condições da linha de			
crédito de que trata este			
artigo.			
§ 12. Admite-se a			
liquidação das operações			
passíveis de enquadramento			
neste artigo, pelo saldo			
devedor apurado na forma			
do inciso II do caput,			
vedada a faculdade prevista			
no § 6°.			
Lei nº 12.546, de 2011			
Art. 7º Até 31 de dezembro			
de 2014, contribuirão sobre			
o valor da receita bruta,			
excluídas as vendas			
canceladas e os descontos			
incondicionais concedidos,			
em substituição às			
contribuições previstas nos			
incisos I e III do art. 22 da			

Lei n° 8.212, de 24 de julho	
de 1991, à alíquota de 2%	
(dois por cento):	
	77
VIII - as empresas que	II - os incisos VIII a XI do II - os incisos VIII a XI do
prestam os serviços	caput do art. 7° e os incisos caput do art. 7° e os incisos
classificados na	XVII a XX do § 3° do art. XVII a XX do § 3° do art.
Nomenclatura Brasileira de	8°, ambos da Lei n° 12.546,8°, ambos da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011. de 14 de dezembro de 2011.
Serviços - NBS, instituída	de 14 de dezembro de 2011. de 14 de dezembro de 2011.
pelo Decreto nº 7.708, de 2 de abril de 2012, nos	
códigos 1.1201.25.00,	
1.1201.23.00, 1.1403.29.10, 1.2001.33.00,	
1.2001.39.12, 1.2001.54.00,	
1.2003.60.00 e	
1.2003.70.00;	
(Incluído pela MPV nº 612,	
de 4 de abril de 2013, com	
vigência a partir de 1º de	
janeiro de 2014)	
IX - as empresas de	
construção de obras de	
infraestrutura, enquadradas	
nos grupos 421, 422, 429 e	
431 da CNAE 2.0; (Incluído pela MPV nº 612,	
de 4 de abril de 2013, com	
vigência a partir de 1º de	
janeiro de 2014)	
X - as empresas de	
engenharia e arquitetura	
enquadradas no grupo 711	
da CNAE 2.0; e	
(Incluído pela MPV nº 612,	
de 4 de abril de 2013, com	
vigência a partir de 1º de	

ionaina da 2014)		-	
janeiro de 2014)			
XI - as empresas de			
manutenção, reparação e			
instalação de máquinas e			
equipamentos enquadrados			
nas classes 3311-2, 3312-1,			
3313-9, 3314-7, 3319-8,			
3321-0 e 3329-5 da CNAE			
2.0.			
(Incluído pela MPV nº 612,			
de 4 de abril de 2013, com			
vigência a partir de 1º de			
janeiro de 2014)			
Art. 8º Até 31 de dezembro			
de 2014, contribuirão sobre			
o valor da receita bruta,			
excluídas as vendas			
canceladas e os descontos			
incondicionais concedidos, à			
alíquota de 1% (um por			
cento), em substituição às			
contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22			
da Lei no 8.212, de 24 de			
julho de 1991, as empresas			
que fabricam os produtos			
classificados na Tipi,			
aprovada pelo <u>Decreto</u> no			
7.660, de 23 de dezembro de			
2011, nos códigos referidos			
no <u>Anexo desta Lei</u> .			
§ 3º O disposto			
no caput também se aplica			
às empresas:			

XVII - de transporte por	II - os incisos VIII a XI do II - os incisos VIII a XI do
navegação de travessia,	caput e os incisos XVII a caput e os incisos XVII a
enquadradas na classe 5091-	XX do § 3° do art. 8°, XX do § 3° do art. 8°,
2 da CNAE 2.0; (Incluído	ambos da Lei nº 12.546, de ambos da Lei nº 12.546, de
pela MPV nº 612, de	14 de dezembro de 2011.   14 de dezembro de 2011.
04.06.2013)	
XVIII - de prestação de	
serviços de infraestrutura	
aeroportuária, enquadradas	
na classe 5240-1 da CNAE	
2.0; (Incluído pela MPV nº	
612, de 04.06.2013)	
XIX - de transporte	
ferroviário de cargas,	
enquadradas na classe 4911-	
6 da CNAE 2.0; e (Incluído	
pela MPV nº 612, de	
04.06.2013)	
XX - jornalísticas e de	
radiodifusão sonora e de	
sons e imagens de que trata	
a Lei nº 10.610, de 20 de	
dezembro de 2002,	
enquadradas nas classes	
1811-3, 5811-5, 5812-3,	
5813-1, 5822-1, 5823-9,	
6010-1, 6021-7 e 6319-4 da	
CNAE 2.0. (Incluído pela	
MPV nº 612, de 04.06.2013)	

Anexos – Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2013	Anexos – Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013
(texto aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal)	(VET n° 26, de 2013)
ANEXO I	ANEXO I
(Acréscimo ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)	(Acréscimo ao Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)
NCM	NCM
39.23 (exceto 3923.30.00 Ex.01)	39.23 (exceto 3923.30.00 Ex.01)
4009.41.00	4009.41.00
4811.49	4811.49
4823.40.00	4823.40.00
6810.19.00	6810.19.00
6810.91.00	6810.91.00
69.07	69.07
69.08	69.08
7307.19.10	7307.19.10
7307.19.90	7307.19.90
7307.23.00	7307.23.00
7323.93.00	7323.93.00
73.26	73.26
7403.21.00	7403.21.00
7407.21.10	7407.21.10
7407.21.20	7407.21.20
7409.21.00	7409.21.00
7411.10.10	7411.10.10
7411.21.10	7411.21.10
74.12	74.12
7418.20.00	7418.20.00
76.15	76.15
8301.40.00	8301.40.00
8301.60.00	8301.60.00
8301.70.00	8301.70.00
8302.10.00	8302.10.00
8302.41.00	8302.41.00
8307.90.00	8307.90.00

9209 00 10	9309 00 10
8308.90.10	8308.90.10
8308.90.90	8308.90.90
8450.90.90	8450.90.90
8471.60.80	8471.60.80
8481.80.11	8481.80.11
8481.80.19	8481.80.19
8481.80.91	8481.80.91
8481.90.10	8481.90.10
8482.10.90	8482.10.90
8482.20.10	8482.20.10
8482.20.90	8482.20.90
8482.40.00	8482.40.00
8482.50.10	8482.50.10
8482.91.19	8482.91.19
8482.99.10	8482.99.10
8504.40.40	8504.40.40
8507.30.11	8507.30.11
8507.30.19	8507.30.19
8507.30.90	8507.30.90
8507.40.00	8507.40.00
8507.50.00	8507.50.00
8507.60.00	8507.60.00
8507.90.20	8507.90.20
8526.91.00	8526.91.00
8533.21.10	8533.21.10
8533.21.90	8533.21.90
8533.29.00	8533.29.00
8533.31.10	8533.31.10
8534.00.1	8534.00.1
8534.00.20	8534.00.20
8534.00.3	8534.00.3
8534.00.5	8534.00.5
8544.20.00	8544.20.00
8607.19.11	8607.19.11
8607.29.00	8607.29.00
0007.22.00	0007.27.00

9029.90.90	9029.90.90
9032.89.90	9032.89.90
ANEXO II	ANEXO II
(Anexo II da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)	(Anexo II da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)
Lojas de departamentos ou magazines, enquadradas na Subclasse CNAE 4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines, enquadradas na Subclasse CNAE 4713-0/01
Comércio varejista de materiais de construção, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/05
Comércio varejista de materiais de construção em geral, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral, enquadrado na Subclasse CNAE 4744-0/99
enquadrado na Classe CNAE 4751-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, enquadrado na Classe CNAE 4751-2
enquadrado na Classe CNAE 4752-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, enquadrado na Classe CNAE 4752-1
Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, enquadrado na Classe CNAE 4753-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, enquadrado na Classe CNAE 4753-9
Comércio varejista de móveis, enquadrado na Subclasse CNAE 4754-7/01	Comércio varejista de móveis, enquadrado na Subclasse CNAE 4754-7/01
Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho enquadrado na Classe CNAE 4755-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho, enquadrado na Classe CNAE 4755-5
	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico, enquadrado na Classe CNAE
4759-8	4759-8
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria, enquadrado na Classe CNAE 4761-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria, enquadrado na Classe CNAE 4761-0
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas, enquadrado na Classe CNAE 4762-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas, enquadrado na Classe CNAE 4762-8
CNAE 4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/01
	Comércio varejista de artigos esportivos, enquadrado na Subclasse CNAE 4763-6/02
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal enquadrado na Classe CNAE 4772-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, enquadrado na Classe CNAE 4772-5
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, enquadrado na Classe CNAE 4781-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, enquadrado na Classe CNAE 4781-4
Comércio varejista de calçados e artigos de viagem, enquadrado na Classe CNAE 4782-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem, enquadrado na Classe CNAE 4782-2
Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/05

Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, enquadrado na Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, enquadrado na Subclasse CNAE 4789-0/08

Subclasse CNAE 4789-0/08

Observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas neste Anexo correspondem Observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas neste Anexo correspondem

Observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas neste Anexo correspondem Observação: As Classes e Subclasses CNAE referidas neste Anexo correspondem àquelas relacionadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

152